

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

ATA N° 01/2026 – Conselho Fiscal

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026, realizada no dia 27 de janeiro de 2026.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às onze horas, foi realizada de forma híbrida, na sede da Autarquia Previdenciária do Município do Ipojuca - IpojucaPrev e pela plataforma Microsoft Teams, através do link repassado a todos os membros titulares e suplentes dos órgãos colegiados do IpojucaPrev, a primeira reunião ordinária do Conselho Fiscal do ano de dois mil e vinte e seis.

Desta forma, participaram da reunião:

Wallyson Diógenes, representante da empresa Lema Economia & Finanças; o Presidente do Conselho Deliberativo, Marcos Paulo Alves Cavalcanti de Oliveira, e os demais membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo: Maria De Lourdes Celestino Muniz De Souza, e Joaldo José da Silva; o Presidente do Conselho Fiscal, Márcio Fernando Soares da Silva e os demais membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal: Anderson Jofre Gomes Da Silva, Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras, Adricléia Ramos Silva Oliveira e João Luiz da Silva; o Presidente do Comitê de Investimentos, Marcelo Vilas Boas Marinheiro Da Silva, e os demais membros titulares e suplentes do Comitê de Investimentos: Anderson Jofre Gomes Da Silva, Agrinaldo Araújo Júnior, Vanusa Souza Nascimento Oliveira, Márcio Fernando Soares da Silva, Tacyto Themystocles Morais De Azevedo, Maria De Lourdes Celestino Muniz De Souza e Aline Melo De Freitas; o Diretor de Investimentos do IpojucaPrev e Membro Titular do Comitê de Investimentos, Sr. José Carlos van der Linden; e o Presidente Executivo do IpojucaPrev e Membro Titular do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo José da Silva.

Destaca-se que com o objetivo de externar e demonstrar as ações que estão sendo executadas e priorizando sempre o contínuo desenvolvimento do IpojucaPrev e consequentemente da Diretoria de Investimentos, foram convidados todos os membros titulares e suplentes de todos os Órgãos Colegiados do IpojucaPrev para acompanhar a reunião. Com o quórum suficiente de membros, a reunião foi iniciada e conduzida pelo Diretor de Investimentos, Sr. José Carlos van der Linden, que primeiramente agradeceu a participação dos membros presentes. A reunião teve como objetivo principal informar e deliberar sobre fatos relevantes referentes à Diretoria de Investimentos e demais atividades pertinentes do IpojucaPrev, visando à maior transparência e o melhor desempenho da autarquia, contendo as seguintes pautas:

- 01 - Apresentação dos Resultados e do Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - Dezembro/2025;**
- 02 - Proposta de Alocação para Fevereiro/2026;**
- 03 - Atualização/Credenciamento das Instituições e Produtos de Investimento;**
- 04 - Atualização da Política de Investimentos para o ano de 2026;**
- 05 - Proposta de Calendários de Reuniões dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026;**

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

**06 - Fim do Mandato e Renovação das portarias dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IpojucaPrev;
07 - Prestação de Contas do mês de Dezembro/2025 – Diretoria Administrativa Financeira.**

O Sr. Marcelo Marinheiro começou fazendo uma breve apresentação de todos os assuntos que seriam expostos ao decorrer da reunião, conforme as pautas que tinham sido enviadas previamente por e-mail, juntamente com os documentos pertinentes.

01 - Apresentação dos Resultados e do Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento -

Dezembro/2025: A pauta foi conduzida pelo Sr. Marcelo Marinheiro. Primeiramente, foi feita uma apresentação sobre o cenário econômico e político externo e interno e como esses fatos impactaram os fundos de investimentos contidos na carteira, além de evidenciar as expectativas do mercado para o futuro, seguindo as perspectivas dos analistas expondo o cenário nacional e internacional. Depois do cenário econômico, foi apresentado o fechamento da carteira no mês de novembro, a posição dos investimentos, sua disponibilidade para resgate, sua carência, o saldo no final de novembro, a participação do fundo previdenciário sobre o total das aplicações dos fundos de investimentos, a quantidade de cotas, a relação entre o investimento no fundo e a participação sobre o patrimônio líquido do FUNPREI e o seu enquadramento de acordo com a Resoluções CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e a Política de Investimentos do IpojucaPrev.

O ano de 2025 foi marcado por um cenário global permeado por incertezas, com crescimento modesto nas principais economias e elevação de tensões geopolíticas e comerciais. Apesar disso, o desempenho dos ativos financeiros domésticos foi, em geral, positivo. No Brasil, a atividade desacelerou de forma moderada ao longo do ano, mas com sustentação vinda do setor de serviços e de um mercado de trabalho ainda resiliente, o que manteve a renda e o consumo no período.

O principal vetor doméstico seguiu sendo a combinação entre incerteza fiscal e política monetária restritiva. O patamar de juros permaneceu contracionista, com o Copom sinalizando cautela e dependência de dados para garantir a convergência da inflação à meta. A transição na presidência do Banco Central gerou, em um primeiro momento, incerteza por parte do mercado quanto à condução da política monetária. Entretanto, a atuação do BC mostrou continuidade de uma postura ortodoxa e comprometida com o regime de metas, o que foi bem recebido pelos agentes de mercado.

A inflação apresentou melhora no fechamento do ano e encerrou 2025 em 4,26%, dentro do intervalo de tolerância da meta, embora com episódios de pressão ao longo do caminho, especialmente em itens mais voláteis do IPCA. O resultado foi uma desinflação parcial, suficiente para reduzir parte do risco de deterioração adicional do cenário, ainda que insuficiente para eliminar a necessidade de prudência, diante especialmente da persistência das incertezas fiscais, que continuaram a pressionar os prêmios de risco e a

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

provocar oscilações na curva de juros em determinados momentos, sobretudo nos vértices intermediários e longos, com impacto sobre ativos de maior duration.

No exterior, o ano de 2025 combinou decisões monetárias relevantes e tensões comerciais e geopolíticas. Nos Estados Unidos, o PIB recuou no primeiro trimestre, mas demonstrou recuperação nos períodos seguintes. A inflação permaneceu elevada e acima da meta do Federal Reserve (Fed), pressionada por políticas tarifárias. O mercado de trabalho apresentou fragilidade ao longo do ano, ao mesmo tempo em que se observaram sinais de arrefecimento em indicadores de atividade, o que abriu espaço para cortes graduais de juros no segundo semestre, sem caracterizar um ciclo agressivo, ainda que episódios como o shutdown tenham dificultado a leitura dos dados econômicos.

Na Europa, o desempenho econômico se mostrou mais resiliente do que o esperado. Mesmo em um cenário adverso, a região sofreu menos do que as projeções indicavam, mantendo a inflação comportada mesmo diante de um quadro tarifário desafiador. Esse contexto permitiu maior estabilidade na condução da política monetária, sem movimentos abruptos, e revisões positivas nas projeções de crescimento do PIB ao longo do ano, ainda que em patamar moderado.

Na China, a conjuntura econômica permaneceu desafiadora, com perda de força do consumo interno e efeitos ainda relevantes da crise imobiliária. A inflação ao consumidor ficou negativa durante boa parte do ano, com apenas uma leve recuperação no final do período, enquanto os preços ao produtor seguiram em deflação, evidenciando excesso de capacidade frente a demanda enfraquecida. Apesar dos estímulos adotados pelo governo, incluindo medidas voltadas ao consumo, a resposta da economia foi limitada. Ainda assim, mesmo diante dessa conjuntura estrutural, o país seguiu em busca de alcançar a meta de crescimento de 5% estipulada pelo governo, sustentado por políticas direcionadas e apoio estatal.

Acerca do desempenho dos investimentos em 2025, na renda fixa nacional os melhores resultados concentraram-se nos índices prefixados, com destaque para os de maior duration, com o IRF-M 1+ e o IRF-M avançando 20,07% e 18,22%, respectivamente. Os ativos mais conservadores, como CDI (14,31%) e IRF-M 1 (14,76%), seguiram com desempenho robusto, superando a meta atuarial com baixa volatilidade. Já os índices indexados à inflação registraram desempenho mais moderado, mas também com retornos aderentes à meta atuarial, com destaque para os de maior duration, que apresentam volatilidade mais elevada.

Na renda variável, o Ibovespa se destacou positivamente, acumulando alta de 33,95%, impulsionado, entre outros fatores, pelo fluxo estrangeiro observado ao longo do ano. No exterior, o S&P 500 avançou 16,39%, sustentado sobretudo pelas expectativas em torno do setor de tecnologia, com destaque para ativos relacionados à inteligência artificial. O Global BDRX, por sua vez, registrou retorno mais moderado, de

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

8,42%, impactado pela desvalorização do dólar frente ao real durante o ano, que apresentou variação de - 11,18%.

Também foi mostrada a distribuição por segmento, por artigo/resolução, por instituição gestora, por administrador e subsegmento, o retorno dos investimentos, a volatilidade dos ativos, e as rentabilidades dos seus respectivos benchmarks, o retorno dos investimentos após as movimentações de aplicações e resgates no mês de novembro, as aplicações e os resgates que foram feitos no mês de novembro, o saldo atual, o retorno mensal e anual tanto da carteira como da meta atuarial, o GAP entre elas e o VaR, a evolução patrimonial do FUNPREI, os dados e gráficos de comparação entre a rentabilidade mensal da carteira do FUNPREI de 0,74% (acumulada no ano de 13,89%) e da meta atuarial de 0,75% (acumulada no ano de 9,69%).

Foi demonstrada as principais alterações na carteira durante o ano de 2026, demonstrando que houve o aumento das aplicações em CDI, subindo a participação da carteira de 20% em janeiro para 30% em dezembro, aproveitando a alta da taxa SELIC e aumento da compra direta de Título Público Federal, subindo de 23% da carteira para quase 34%, aproveitando as altas taxas oferecidas no mercado para conseguir papéis que garantam a meta no longo prazo. Foi demonstrado também o desempenho em 12 meses (gap de 4,20% em relação à meta), 24 meses (gap de 2,41% em relação à meta) e 36 meses (gap de 7,32% em relação à meta).

O Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes do Comitê de Investimentos e seguiu para análise do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Fiscal presentes na reunião aprovaram por unanimidade o relatório.

02 - Proposta de Alocação para Fevereiro/2026: Diante do cenário econômico abordado anteriormente, foi apresentado um estudo realizado pela empresa de consultoria LEMA em parceria com a Diretoria de Investimentos do IpojucaPrev, tendo como finalidade direcionar os recursos oriundos dos repasses mensais dentro de uma estratégia que equilibra risco e retorno.

A presente proposta tem como objetivo orientar a alocação dos recursos oriundos dos repasses mensais dentro de uma estratégia que preserve o equilíbrio entre risco e retorno, assegure aderência às diretrizes da Política de Investimentos vigente e promova o alinhamento gradual à Resolução CMN nº 5.272, de 2025, cuja vigência se inicia em 08 de fevereiro de 2026.

O cenário econômico segue marcado por volatilidade e incertezas, que limitam a atratividade de ativos de maior risco e de estratégias de renda fixa com maior duration. No entanto, o ambiente doméstico permanece favorável para alocações conservadoras, em função do elevado patamar da taxa Selic, atualmente em 15,00% ao ano, com expectativa de se manter em níveis de dois dígitos ao longo de 2026. Além disso, embora o IPCA ainda se situe acima da meta, a inflação apresentou desaceleração relevante

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

ao longo de 2025, encerrando o ano abaixo do limite superior do intervalo de tolerância. Nesse contexto, entende-se que ativos de menor risco, especialmente aqueles referenciados ao CDI e ao IRF-M 1, tendem a seguir entregando rentabilidades superiores à meta atuarial em 2026, com baixo risco de mercado, elevada liquidez e maior previsibilidade de resultados.

Com isso, recomenda-se que os novos recursos sejam direcionados ao fundo TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES. A recomendação fundamenta-se em seu histórico consistente, combinado ao ambiente de juros elevados anteriormente citado, no qual o fundo mantém boa aderência ao CDI, com baixo risco associado à estratégia e liquidez diária, conferindo maior flexibilidade para eventuais ajustes futuros na carteira. No comparativo de desempenho, observa-se que os fundos analisados apresentam resultados muito próximos entre si e alinhados ao CDI, refletindo comportamento homogêneo entre os produtos. Do ponto de vista de risco, todos os fundos apresentaram níveis de volatilidade semelhantes e compatíveis com o segmento. Parte desse alinhamento decorre do enquadramento regulatório comum, uma vez que todos os fundos avaliados estão classificados no artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272, correspondente ao antigo artigo 7º, inciso I, alínea b, da Resolução CMN nº 4.963/2021, contemplando fundos com alocação integral em títulos públicos federais, o que resulta em elevada correlação com o CDI.

Adicionalmente, sob o aspecto operacional, o fundo da XP apresenta maior eficiência para a execução da estratégia, especialmente no que se refere à flexibilidade para futuras realocações voltadas a novas aquisições diretas em títulos públicos, fator que motivou sua priorização nesta recomendação. Por fim, ressalta-se que a alocação proposta observa integralmente os limites e diretrizes estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo a carteira compatível com um perfil conservador e com o atual contexto macroeconômico e regulatório.

patamar da taxa Selic, a estratégia amplia a contratação de taxa real de longo prazo, reforçando o alinhamento da carteira às obrigações previdenciárias de longo prazo do passivo atuarial e às diretrizes estabelecidas pelo Estudo de ALM 2025.

Foi explicado que a movimentação também estaria aderente à nova regulamentação dos investimentos implantada pela Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, conforme pauta 4 abordada nessa reunião. Pois a sugestão seria pela aplicação em Título Públicos Federais, estratégia de alocação aderente aos RPPS sem certificação do pró-gestão e de acordo com o informe inicial elaborado pelo DRPPS/SRPC como forma prestar as primeiras orientações sobre a aplicação da nova Resolução CMN nº 5.272, no qual, independente da Política para 2026 não ter sido ainda aprovada.

Ressaltamos que o estudo de alocação tomou como base a posição dos investimentos do FUNPREI, os valores atualmente disponíveis em conta na data próxima à reunião, assim, poderão ter valores defasados por conta de valorização ou desvalorização das cotas dos fundos em carteira, com base na Resolução CMN nº 4.963/2021.

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

APLICAÇÕES PARA FEVEREIRO DE 2026

RESGATES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO	VALOR
-	-	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 5.000.000,00
TOTAL			R\$ 5.000.000,00

APLICAÇÕES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO / ATIVO	VALOR
Artigo 7, Inciso I Resolução 5.272/2025	26.559.284/0001-44	TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RF SIMPLES	R\$ 5.000.000,00
TOTAL			R\$ 5.000.000,00

A proposta de alocação de recursos foi aceita por unanimidade dos membros do Comitê de Investimentos presentes na reunião e seguiu para análise do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Fiscal presentes na reunião aprovaram a proposta encaminhada pelo Comitê de Investimentos.

O fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RF SIMPLES, utilizado como gestão de caixa ao fazer aplicações e resgates automaticamente, de acordo com a necessidade, ainda está em processo de convocação de Assembleia Geral Extraordinária para passar do enquadramento Art. 7, Inciso V na resolução 5.272/2025 (Art. 7º, Inciso III, alínea 'a' na resolução 4.693/2021) para o enquadramento Art. 7, Inciso I (Art.7, Inciso I, b na resolução 4.693/2021). Estando, portanto, desenquadrado para novas aplicações temporariamente. Ao procurar a Caixa Asset para saber sobre esse processo de alteração do regulamento, fomos informados pela gerente, Carla Lima, que a carteira do fundo estaria formada 100% por Títulos Públicos Federais, mas que o fundo estaria com o regulamento alterado até o começo de março. Por segurança, ficou definido que as aplicações e resgates automáticos seriam desativados temporariamente, até o reenquadramento do fundo. Os recursos disponíveis no dia 27 de janeiro de 2026, que são de aproximadamente R\$ 22,7 Milhões, dos quais a Diretoria Administrativa solicitou R\$ 2,7 Milhões para fazer os pagamentos e repasses restantes no início do mês. Portanto, teriam ainda R\$ 20 Milhões restantes. Foi sugerido que se deixasse mais R\$ 3 Milhões para eventuais necessidades de pagamentos. Quanto aos recursos que forem sendo depositados na conta corrente, esses precisariam ser aplicados manualmente por enquanto. Portanto, em relação aos outros R\$ 17 Milhões, foi sugerido as seguintes aplicações, para serem realizadas ainda no mês de janeiro de 2026:

APLICAÇÕES PARA JANEIRO DE 2026

RESGATES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO	VALOR
Artigo 7, Inciso III, a Resolução 4.963/2021	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RF SIMPLES	R\$ 17.000.000,00
TOTAL			R\$ 17.000.000,00

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

APLICAÇÕES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO / ATIVO	VALOR
Artigo 7, Inciso III, a Resolução 4.963/2021	26.559.284/0001-44	TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RF SIMPLES	R\$ 5.000.000,00
Artigo 7, Inciso I, b Resolução 4.963/2021	03.399.411/0001-90	BRANCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENTA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 12.000.000,00
TOTAL			R\$ 17.000.000,00

A proposta de alocação de recursos foi aceita por unanimidade dos membros do Comitê de Investimentos presentes na reunião e seguiu para análise do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Conselho Fiscal presentes na reunião aprovaram a proposta encaminhada pelo Comitê de Investimentos.

03 – Atualização/Credenciamento das Instituições e Produtos de Investimento: Antes da realização de qualquer aplicação é necessário que as Instituições Financeiras e seus respectivos produtos de investimento sejam devidamente credenciadas perante o IpojucaPrev, com aprovação do Comitê de Investimentos e análise dos Conselhos para que assim possa ser verificado e analisado detalhadamente as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e os demais critérios como: atos de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente quando aplicável; observação de elevado padrão ético das empresas e regularidade fiscal e previdenciária das instituições que visam receber as aplicações dos RPPS seguindo a Portaria MTP 1467/2022. No âmbito do Município, a regulamentação é feita pelos seguintes documentos: Portaria nº 119, de 09 de novembro de 2017 (atualizada pela Portaria nº 69, de 02 de Junho de 2021) e a Portaria nº 70, de 02 de Junho de 2021. No mês de janeiro de 2026, não foram analisados os documentos jurídicos, financeiros, fiscais e técnicos de instituições financeiras e seus fundos, para renovação ou realização de um novo credenciamento.

04 - Atualização da Política de Investimentos para o ano de 2026: A Política de Investimentos com base na Resolução CMN 4.963/2021 havia sido discutida e ajustada durante a 4ª Reunião Extraordinária dos órgãos colegiados ocorrida no dia 15 de dezembro de 2025. Porém, com a publicação da Resolução CMN 5.272/2025, a Política de Investimentos para o ano de 2026 deveria ser refeita, com um novo prazo até o final de janeiro de 2026, fazendo os ajustes necessários à nova resolução. Portanto, foi apresentado uma nova Política de Investimentos, enfatizando as mudanças ocorridas. A proposta está de acordo com o que determina a legislação vigente e especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025 e a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social nº 1.467/2022, e as suas atualizações. Tendo vigência para todo o ano de dois mil e vinte e seis. A Política de Investimentos foi aberta e apresentada ponto a ponto, dando destaque aos principais pontos, tais como: modelo de gestão própria, de acordo com os limites de alçada definidos anteriormente aprovados. Apesar disso, foi destacado que as reuniões do Comitê continuarão a ser realizadas em conjunto com os Conselhos, dando total ciência desses órgãos

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

sobre o processo decisório e a motivação das aplicações e/ou resgates; Seguem as principais informações destacadas: Modelo de gestão adotado será o de gestão própria, utilizando a estrutura de governança do próprio RPPS; Os limites de alçadas de responsabilidades e financeiras foram definidos, conforme deliberação previa, ocorrida na 4ª reunião ordinária dos Órgãos Colegiados do IpojucaPrev, realizada no dia 29 de abril de 2021, os parâmetros de rentabilidade a serem perseguidos, que deverá ser de 5,62%, já considerando a taxa definida pela Portaria MTP 2.010/2025, de acordo com o Duration do passivo do FUNPREI, que foi de 15,22 anos (5,47%), calculado pela Actuarial. Além disso, de acordo com a previsão do § 4º do art. 39 da Portaria 1.467/2022, sendo acrescida em 0,15 a cada ano em que a carteira de investimentos atingiu a meta atuarial nos últimos 5 anos (meta atingida em um ano, portanto + 0,15%). Compondo uma meta de 5,47% para o ano de 2025. O Sr. Marcelo Marinheiro informou que esse acréscimo foi utilizado, visando um melhor resultado atuarial e redução do déficit atuarial; A estratégia de alocação para o ano de 2026 teve alterações significativas com a vigência da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025. Considerando que atualmente o IpojucaPrev está sem pró-gestão, a nova resolução permite apenas aplicações em fundos formados por 100% Títulos Públicos, Compra direta de Títulos Públicos realizadas ou no leilão do governo ou por meio de plataforma eletrônica, podendo manter até 5% em empréstimo consignado. Portanto, a metodologia para a definição dos limites que havia sido definida anteriormente, teve que ser alterada, sendo implantada a seguinte estratégia alvo: As aplicações no “Art. 7º, Inciso II - Títulos Públicos (oferta primária ou plataforma eletrônica)” terão estratégia alvo em 43,07%, conforme dados do último ALM. Os limites mínimos e máximos foram de 100% a mais ou a menos em relação à estratégia alvo e aplicações no “Art. 7º, Inciso I - FI RF e ETF 100% Títulos Públicos” terão estratégia alvo do restante da carteira, ou seja 56,93% Os limites mínimos e máximos foram de 100% a mais ou a menos em relação à estratégia alvo.

O parágrafo primeiro do art. 27 da Resolução 5.272, os RPPS terão dois anos contados a partir da entrada em vigor desta Resolução para adequar sua carteira aos limites impostos pela nova norma. Podendo este prazo ser estendido para os investimentos que estabeleçam, à época da aplicação, prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas poderão ser mantidas até o final de seus respectivos prazos. Considerando que o IpojucaPrev mantém uma carteira diversificada entre as estratégias de alocação previstas na resolução anterior, será dada a preferência pela manutenção das aplicações, dentro do prazo estipulado, enquanto o processo de renovação do pró-gestão continua sendo realizado. De toda forma, novas aplicações nesses artigos estão totalmente vedadas, por força da vedação da resolução CMN 5.272

A metodologia de rebalanceamento discutida e apresentada na versão anterior da Política de Investimentos de 2026, na vigência da resolução CMN 4.963/2021, visando mitigar concentrações excessivas e realinhar a composição da carteira de investimentos aos percentuais definidos na Estratégia de Alocação da Política de Investimentos, não foi incluída, pois as aplicações foram bem limitadas pela resolução CMN 5.272/2025. Portanto, o plano de contingência manterá a metodologia de acompanhamento e revisão mensal, após a análise dos indicadores de retorno e risco dos ativos.

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

Após a certificação do pró-gestão, a política de investimentos será revisada, alterando as estratégias de alocação e reinserindo regras de rebalanceamento e planos de contingência.

Depois de abordado todos os temas contidos na minuta da Política de Investimentos, o Sr. Marcelo Marinheiro, perguntou aos membros do Comitê e aos conselheiros se, perante o apresentado, a minuta da política de investimentos que foi enviada antecipadamente por e-mail a todos os presentes, se alguém tinha alguma dúvida, sugestão ou questionamento à política apresentada. Todos os membros do Comitê de Investimentos presentes na reunião aprovaram por unanimidade a minuta da Política de Investimentos para o ano de 2026. Em seguida, a Política também foi aprovada por todos os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal presentes na reunião.

05 - Proposta de Calendários de Reuniões dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026: Foi apresentada proposta de calendário para a realização das reuniões ordinárias do Comitê e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal referentes ao exercício de 2026, mantendo-se o padrão de realização na última quarta-feira de cada mês, com algumas exceções previamente indicadas. Deliberou-se que os membros procederiam à análise das datas propostas e, na próxima reunião, apresentariam eventuais sugestões de alteração, caso fosse identificada alguma incompatibilidade. Ficou ainda acordado que as reuniões continuarão a ser realizadas de forma conjunta entre os Conselhos e o Comitê.

06 - Fim do Mandato e Renovação das portarias dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IpojucaPrev: Foi informado sobre o fim do mandato dos conselhos deliberativo e fiscal. Em 03 de fevereiro de 2023, foi publicada a Portaria nº 7.679/2023, na qual foram designados membros para o Conselho Deliberativo e estabelecia um mandato até 04 de fevereiro de 2026, conforme prazo previsto no §2º do art. 64 da Lei nº 1442/2006. No mesmo dia 03 de fevereiro de 2023, foi publicada a Portaria nº 7.678/2023, na qual foram designados membros para o Conselho Fiscal e estabelecia um mandato até 04 de fevereiro de 2026, conforme prazo previsto no §2º do art. 66 da Lei nº 1442/2006. Portanto, foram solicitadas as indicações para os órgãos responsáveis, de acordo com a Lei nº 1442/2006, que são o prefeito, o presidente da câmara e sindicato dos servidores. Assim que forem recebidas as indicações, será enviada a solicitação para emissão da nova portaria, que terá vigência a partir de 04 de fevereiro de 2026;

07 - Prestação de Contas do mês de Dezembro/2025 – Diretoria Administrativa Financeira: O Presidente Executivo do IpojucaPrev, Sr. Eduardo José da Silva fez a prestação de contas e apresentação dos dados quantitativos e qualitativos do RPPS referentes ao mês de Dezembro de 2025, informando: os totais de atendimentos protocolados, bem como a principal natureza dos mesmos, o resumo das ações da CPL (Comissão Permanente de Licitação), o quantitativo e qualitativo da folha de pagamento, os totais de despesas, contribuições previdenciárias e receitas orçamentárias do FUNPREI, bem como, o demonstrativo de acompanhamento da taxa administrativa do IpojucaPrev do mês de referência da prestação de contas. A

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

Diretoria Administrativa e Financeira colocou-se à disposição para prestar maiores esclarecimentos sobre os dados e suas atribuições.

O Presidente Executivo do IpojucaPrev, Sr. Eduardo Silva, bem como outros membros presentes na reunião, registraram seus sinceros agradecimentos pela colaboração, atuação dedicada e participação ativa dos membros dos Órgãos Colegiados junto à Diretoria Executiva do IpojucaPrev ao longo do ano de 2025, reconhecendo a importância do compromisso e do trabalho conjunto para o fortalecimento da gestão previdenciária.

Tendo abordado todos os assuntos previstos na pauta e sem mais nenhuma observação dos presentes, o Diretor de Investimentos do IpojucaPrev, Sr. Jose Carlos de Aguiar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

Os anexos pertencentes da ata são:

- 01 – Relatório de Acompanhamento da Política de Investimentos - Dezembro de 2025;
- 02 – Relatório Analítico de Investimentos - Dezembro de 2025;
- 03 – Apresentação dos Resultados - Dezembro de 2025;
- 04 – Proposta de Alocação para Janeiro e Fevereiro de 2026;
- 05 – Política de Investimentos para o ano de 2026;
- 06 – Proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026;
- 07 – Apresentação da Diretoria de Investimentos;
- 08 – Balancetes de Receitas e Despesas do FUNPREI - Dezembro de 2025;
- 09 – Balancetes de Receitas e Despesas do IpojucaPrev - Dezembro de 2025;
- 10 – Apresentação da Diretoria ADM Financeira - Dezembro de 2025;

Composição Do Conselho Fiscal		
Nome	Matrícula	Membro
Marcio Fernando Soares Da Silva	180006-0	Titular
Jimmy De Lima Pessoa	180047-7	Suplente
Anderson Jofre Gomes Da Silva	66615/1	Titular
Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras	70235/1	Suplente
Severino Paulo Da Fonseca	650	Titular
Adriclélia Ramos Silva Oliveira	70569	Suplente
Severino Gonçalves De Assis Guerra	013	Titular
João Luiz Da Silva	591	Suplente



AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Competência: Dezembro/2025

Ipojuca/PE, 27 de Janeiro de 2026

ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br

CONF: /81/ 3551-2523 / 3551-2084

D4Sign 0bdc2bf-aaf8-4fb4-9da2-9dff13f762c2 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Sumário

1. Introdução	3
1.1. Autarquia Previdenciária Do Município Do Ipojuca	3
1.2. Diretoria De Investimentos	3
1.3. Comitê De Investimentos	3
2. Objetivo Do Relatório	4
3. Cenário Macroeconômico No Período De Referência	5
3.1. Cenário Internacional	5
3.2. Cenário Nacional	5
4. Atualização e Novos Credenciamentos Das Instituições e Produtos de Investimentos	6
5. Carteira De Investimentos	7
5.1. Composição Da Carteira De Investimentos	8
5.2. Composição Da Carteira Em Relação Ao Enquadramento E Estratégia De Alocação	8
5.3. Composição Dos Ativos Por Gestor	9
5.4. Composição Dos Ativos por Administrador	9
5.5. Composição Dos Ativos Por Sub-Segmento	9
5.6. Índices E Benchmarks de Referência	10
5.7. Rentabilidade Da Carteira	10
5.8. Contribuição De Performance	11
5.9. Evolução Patrimonial Mensal	12
6. Aplicações E Resgates	13
7. Risco X Retorno Dos Ativos Por Segmento	13
7.1. Renda Fixa	14
7.1.1. Renda Fixa – Compra Direta de Título Público Federal	14
7.1.2. Renda Fixa – Letras Financeiras	16
7.1.3. Renda Fixa – Fundos que investem em TP Pré-Fixados	16

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

7.1.4. Renda Fixa – fundos indexados à inflação.....	17
7.1.5. Renda Fixa – CDI.....	19
7.1.6. Renda Fixa – Crédito Privado	20
7.2. Renda Variável.....	22
7.2.1. Fundos De Ações – IBOVESPA (IBOV).....	22
7.2.2. Fundos De Ações – SmallCaps (SMLL).....	23
7.2.3. Fundos De Ações – Dividendos (IDIV)	24
7.3 Investimentos no Exterior	25
7.3.1. Investimentos no Exterior – Com Hedge Cambial.....	25
7.3.2. Investimentos no Exterior – Sem Hedge Cambial	28
7.4 Capital Protegido	29
8. Fundos Estressados.....	31
8.1 ocorrências nos fundos estressados	32
9. Considerações Finais.....	32

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

1. INTRODUÇÃO

1.1 AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA

A Autarquia Previdenciária do Município do Ipojuca (IpojucaPrev) foi criada pela Lei nº 1.794, de 27 de fevereiro de 2015, e tem como finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município, exercendo a administração do Fundo Previdenciário do Município do Ipojuca (FUNPREI). Ademais, compete principalmente: cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas previdenciárias; planejar, projetar, regulamentar e operacionalizar o RPPS; arrecadar e gerir os recursos e fundos do FUNPREI; propor a política e diretrizes de investimentos dos recursos do FUNPREI; realizar avaliações atuariais e propor ajustes à organização e operação do FUNPREI.

1.2 DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

O IpojucaPrev atualmente tem a seguinte estrutura básica: Presidência, Procuradoria Geral; Diretoria de Investimento; e Diretoria Administrativa- Financeira. Segundo a Lei nº 1.794, de 27 de fevereiro de 2015, a Diretoria de Investimentos deverá: decidir sobre investimentos das reservas garantidoras de benefícios do FUNPREI, observando a política e as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Previdenciário Municipal e as leis gerais; representar o IpojucaPrev perante as Instituições Financeiras; responsabilizar-se por manter as informações sobre a carteira de investimentos em arquivo separado e seguro; e estar a disposição sempre que solicitado por qualquer integrante do IpojucaPrev, quanto dos Órgãos Colegiados que são o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos.

1.3 COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos do FUNPREI foi criado pelo Decreto 23, de 14 de setembro de 2010, no qual foi posteriormente alterado pelo Decreto 872, de 13 de janeiro de 2022. O artigo 1º do Decreto nº 23/2010 (alterado pelo Decreto nº 872/2022) versa sobre a criação do Comitê de Investimentos e estabelece que o órgão será de natureza consultiva, com o objetivo de assessorar a Autarquia Previdenciária do Município do Ipojuca (IpojucaPrev) quanto às decisões relacionadas à gestão dos ativos previdenciários, com observâncias às exigências legais vigentes à matéria e aos princípios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos e tudo que lhe norteia.

A composição do órgão é prevista no art. 2º do Decreto nº 23/2010 (alterado pelo Decreto nº 872/2022). A Portaria nº 1.643, de 31 de janeiro de 2025 designou os membros titulares e suplentes para o mandato de 04 anos iniciado em 31/01/2025 até 31/01/2029, deixando a composição conforme a tabela seguinte:

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

NOME	MATRÍCULA	TIPO DE VÍNCULO	REPRESENTATIVIDADE	ÓRGÃO	ATRIBUIÇÃO	CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
MARCELO VILAS BOAS	66614/1	EFETIVO	PODER EXECUTIVO	IPOJUCAPREV	TITULAR	CGINV III	29/11/2026
MARINHEIRO DA SILVA						CEA	18/09/2026
ANDERSON JOFRE GOMES	66615/1	EFETIVO	PODER EXECUTIVO	SEC.	SUPLENTE	COFIS I	20/01/2027
DA SILVA				ADMINISTRAÇÃO		CPA-20	27/01/2026
AGRINALDO ARAÚJO	67185	EFETIVO	PODER EXECUTIVO	SEC. SAÚDE	TITULAR	CGINV I	29/01/2028
JÚNIOR							
VANUSA SOUZA	66613	EFETIVO	PODER EXECUTIVO	SEC. FINANÇAS	SUPLENTE	CGINV I	22/09/2026
NASCIMENTO							
TACTO THEMISTOCLES	69724	EFETIVO	PODER EXECUTIVO	FINANÇAS	TITULAR	CGINV I	21/03/2028
MORAIS DE AZEVEDO							
MARIA DE LOURDES							
CELESTINO MUNIZ DE	1081/1	EFETIVO	PODER EXECUTIVO	IPOJUCAPREV	SUPLENTE	CODEL I	31/10/2026
SOUZA							
JOSE CARLOS DE AGUIAR	80109	EXCLUSIVAMENTE	DIRETOR DE	IPOJUCAPREV	TITULAR	DIRIG I	26/12/2028
VAN DER LINDEN		COMISSIONADO	INVESTIMENTOS				
MARCIO FERNANDO	180006-0	EFETIVO	PODER LEGISLATIVO	CÂMARA	SUPLENTE	COFIS I	21/03/2028
SOARES DA SILVA							
EDUARDO JOSÉ DA SILVA	7999383	EFETIVO	PRESIDENTE	IPOJUCAPREV	TITULAR	DIRIG I	02/07/2029
			EXECUTIVO				
DIEGO SOSTENES DA COSTA	66997/1	EFETIVO	PODER EXECUTIVO	FINANÇAS	SUPLENTE	-	-
ALINE MELO DE FREITAS	1286/1	EFETIVO	PODER LEGISLATIVO	CÂMARA	TITULAR	CGRPPS	23/03/2026
GABRIEL DANTAS DE LEON	1813073	EFETIVO	PODER LEGISLATIVO	CÂMARA	SUPLENTE	CGINV I	20/06/2029

2. OBJETIVO DO RELATÓRIO

Este relatório de acompanhamento tem o objetivo de informar e externalizar prioritariamente a todos os servidores ativos, aposentados ou pensionistas que possuem relação com o RPPS os dados quantitativos e qualitativos da carteira de investimentos, demonstrando principalmente sua correlação com a Política de Investimento vigente. Detalhando os ativos da carteira, inclusive quanto aos indicadores de desempenho e gerenciamento de risco, o contexto econômico, político e social interno e externo, demonstrando a evolução patrimonial, a atualização da lista de instituições financeiras credenciadas a receber aportes e demais assuntos pertinentes da Diretoria de Investimentos no mês de referência do relatório. Desta forma, contribuindo e priorizando a transparência perante os órgãos externos e internos de auditoria. Além de contribuir para uma gestão mais eficaz e eficiente do RPPS.

Ou seja, este relatório significa a prestação de contas mensal e o acompanhamento da Política de Investimentos vigente, além dos serviços ocorridos na análise de investimentos que é de extrema relevância para o ipojucaPrev, salientamos também que todos os atos feitos no período mencionado seguiram as normas estabelecidas por leis municipais, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, como também as normas emanadas pela Secretaria de Previdência – SPREV do Ministério da Economia – ME e, a cada dia, tentamos aprimorar a governança para que alcancemos a excelência planejada e projetada.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

3. CENÁRIO MACROECONÔMICO NO PERÍODO DE REFERÊNCIA

3.1 CENÁRIO INTERNACIONAL

No exterior, o ano de 2025 combinou decisões monetárias relevantes e tensões comerciais e geopolíticas. Nos Estados Unidos, o PIB recuou no primeiro trimestre, mas demonstrou recuperação nos períodos seguintes. A inflação permaneceu elevada e acima da meta do Federal Reserve (Fed), pressionada por políticas tarifárias. O mercado de trabalho apresentou fragilidade ao longo do ano, ao mesmo tempo em que se observaram sinais de arrefecimento em indicadores de atividade, o que abriu espaço para cortes graduais de juros no segundo semestre, sem caracterizar um ciclo agressivo, ainda que episódios como o *shutdown* tenham dificultado a leitura dos dados econômicos.

Na Europa, o desempenho econômico se mostrou mais resiliente do que o esperado. Mesmo em um cenário adverso, a região sofreu menos do que as projeções indicavam, mantendo a inflação comportada mesmo diante de um quadro tarifário desafiador. Esse contexto permitiu maior estabilidade na condução da política monetária, sem movimentos abruptos, e revisões positivas nas projeções de crescimento do PIB ao longo do ano, ainda que em patamar moderado.

Na China, a conjuntura econômica permaneceu desafiadora, com perda de força do consumo interno e efeitos ainda relevantes da crise imobiliária. A inflação ao consumidor ficou negativa durante boa parte do ano, com apenas uma leve recuperação no final do período, enquanto os preços ao produtor seguiram em deflação, evidenciando excesso de capacidade frente a demanda enfraquecida. Apesar dos estímulos adotados pelo governo, incluindo medidas voltadas ao consumo, a resposta da economia foi limitada. Ainda assim, mesmo diante dessa conjuntura estrutural, o país seguiu em busca de alcançar a meta de crescimento de 5% estipulada pelo governo, sustentado por políticas direcionadas e apoio estatal.

3.2 CENÁRIO NACIONAL

O ano de 2025 foi marcado por um cenário global permeado por incertezas, com crescimento modesto nas principais economias e elevação de tensões geopolíticas e comerciais. Apesar disso, o desempenho dos ativos financeiros domésticos foi, em geral, positivo. No Brasil, a atividade desacelerou de forma moderada ao longo do ano, mas com sustentação vinda do setor de serviços e de um mercado de trabalho ainda resiliente, o que manteve a renda e o consumo no período.

O principal vetor doméstico seguiu sendo a combinação entre incerteza fiscal e política monetária restritiva. O patamar de juros permaneceu contracionista, com o Copom sinalizando cautela e dependência de dados para garantir a convergência da inflação à meta. A transição na presidência do Banco Central gerou, em um primeiro momento, incerteza por parte do mercado quanto à condução da política monetária. Entretanto, a atuação do BC mostrou continuidade de uma postura ortodoxa e comprometida com o regime de metas, o que foi bem recebido pelos agentes de mercado.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

A inflação apresentou melhora no fechamento do ano e encerrou 2025 em 4,26%, dentro do intervalo de tolerância da meta, embora com episódios de pressão ao longo do caminho, especialmente em itens mais voláteis do IPCA. O resultado foi uma desinflação parcial, suficiente para reduzir parte do risco de deterioração adicional do cenário, ainda que insuficiente para eliminar a necessidade de prudência, diante especialmente da persistência das incertezas fiscais, que continuaram a pressionar os prêmios de risco e a provocar oscilações na curva de juros em determinados momentos, sobretudo nos vértices intermediários e longos, com impacto sobre ativos de maior *duration*.

Acerca do desempenho dos investimentos em 2025, na renda fixa nacional os melhores resultados concentraram-se nos índices prefixados, com destaque para os de maior *duration*, com o IRF-M 1+ e o IRF-M avançando 20,07% e 18,22%, respectivamente. Os ativos mais conservadores, como CDI (14,31%) e IRF-M 1 (14,76%), seguiram com desempenho robusto, superando a meta atuarial com baixa volatilidade. Já os índices indexados à inflação registraram desempenho mais moderado, mas também com retornos aderentes à meta atuarial, com destaque para os de maior *duration*, que apresentam volatilidade mais elevada.

Na renda variável, o Ibovespa se destacou positivamente, acumulando alta de 33,95%, impulsionado, entre outros fatores, pelo fluxo estrangeiro observado ao longo do ano. No exterior, o S&P 500 avançou 16,39%, sustentado sobretudo pelas expectativas em torno do setor de tecnologia, com destaque para ativos relacionados à inteligência artificial. O Global BDRX, por sua vez, registrou retorno mais moderado, de 8,42%, impactado pela desvalorização do dólar frente ao real durante o ano, que apresentou variação de -11,18%.

4. ATUALIZAÇÃO E NOVOS CREDENCIAMENTOS DAS INSTITUIÇÕES E PRODUTOS DE INVESTIMENTOS

Para o procedimento de seleção das Instituições Financeiras foi considerada toda a regulamentação prevista pelos órgãos de controle. Em especial a resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021. Sendo a legislação as novas aplicações de recursos dos RPPS são permitidas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN. Com isso, foi verificada a necessidade de atualizar os modelos de termos de credenciamento divulgados no site da SPREV, conforme previsto a Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022, no Link: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/portaria-mtp-no-1-467-de-02-junho-de-2022>.

No âmbito do IpojucaPrev, a regulamentação do credenciamento foi feita a partir da Portaria nº 119, de 09 de Dezembro de 2017, atualizada pela Portaria nº 69, de 02 de Junho de 2021. A relação de documentos e parâmetros analisados estão devidamente descritos na Portaria nº 70, de 02 de Junho de 2021. Com o advento da Portaria MTP 1467/2022 a vigência dos termos de credenciamento foi alterada de 1 (um) para 2 (dois anos), conforme inciso II do art. 106. De acordo com a resposta da consulta Gescon Nº L310642/2022, conforme orientação do equipe de Coordenação de Gerenciamento de Informações Previdenciárias, todos os

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

credenciamentos que estavam válidos a partir de 03/07/2022, ganharam mais um ano. E os novos credenciamentos que forem feitos a partir de 03/07/2022 precisarão ser atualizados a cada dois anos.

Durante o mês de Janeiro de 2026, foram analisados os documentos da seguinte Instituição Financeira ou Fundos de Investimento para credenciamento:

Todas as Instituições Financeiras Credenciadas no IpojucaPrev estão contidas no site do mesmo (<https://ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br/>) e a lista pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <https://ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br/publicacoes-oficiais/investimentos/administradores-e-gestores/> com os respectivos formulários e datas de credenciamento. As Instituições que possuem seus credenciamentos suspensos são mensalmente acompanhadas internamente pela Diretoria de Investimentos minimizando qualquer risco oportuno.

5. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Os Investimentos são de extrema relevância no tratamento da gestão de recursos previdenciários destinados ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder no âmbito do IpojucaPrev. A carteira de Investimentos da Autarquia é constantemente analisada por seu gestor e todos que compõem a Diretoria de Investimentos em conjunto com a empresa de consultoria e os membros do comitê de investimentos. No cronograma de gestão dos recursos, estão previstas reuniões mensais para discussão do cenário macroeconômico e as possíveis estratégias a serem adotadas para atender aos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Dessa forma, a gestão é compartilhada entre os participantes da tomada de decisão, buscando formas de aperfeiçoá-la e sempre priorizando alcançar bons resultados a partir de análises técnicas e métodos quantitativos e qualitativos, conforme previsto na Política de Investimentos aprovada.

A carteira é diversificada buscando ativos descorrelacionados, com o objetivo de mitigar ao máximo os riscos inerentes à carteira e ao mercado evitando que a mesma fique exposta ao risco não sistêmico (risco intrínseco) evitando que a sua rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, mercado ou indexador, visto que com uma diversificação eficiente de ativos, forma-se uma carteira com uma estratégia ancorada em diferentes benchmarks justamente para proporcionar o equilíbrio e o balanceamento necessários a uma melhor e maior segurança e liquidez, que resultará na mitigação dos riscos que também serão expostos ao decorrer deste relatório.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

5.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos do FUNPREI encerrou o mês de dezembro de 2025 composta pelos seguintes ativos:

ATIVO	SALDO	CARTEIRA(%)	RESG.	CARÊN.	4.963	RETORNO (R\$)	(%)	TX ADM
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	R\$ 19.142.078,52	2,75%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 215.440,39	1,14%	0,20%
CAIXA BRASIL 2030 III TP FI RF	R\$ 3.495.056,65	0,50%	D+0	15/08/30	7, I "b"	R\$ 23.559,89	0,68%	0,20%
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI ...	R\$ 13.719.533,57	1,97%	D+1	-	7, I "b"	R\$ 124.779,55	0,92%	0,25%
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	R\$ 8.605.424,33	1,23%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 103.089,41	1,21%	0,20%
BB TP FI RF REF DI	R\$ 32.969.768,75	4,73%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 395.346,55	1,21%	0,10%
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	R\$ 23.850.286,68	3,42%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 285.813,81	1,21%	0,15%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	R\$ 27.814.548,88	3,99%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 132.759,86	0,42%	0,80%
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	R\$ 81.883.587,64	11,75%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 991.048,95	1,23%	0,20%
BRANCO PREMIUM FI RF REF DI	R\$ 37.619.615,01	5,40%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 452.948,04	1,22%	0,20%
INVEST DUNAS FIDC MULTISSECTORIAL SÉ...	R\$ 36.147,31	0,01%	VR	-	7, V "a"	R\$ 888,56	2,52%	-
RTG PACTUAI CRÉDITO CORPORATIVO I F...	R\$ 21.544.945,23	3,09%	D+31	-	7, V "b"	R\$ 243.228,06	1,14%	0,50%
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL E...	R\$ 5.137.615,18	0,74%	46	-	7, V "b"	R\$ 61.092,99	1,20%	0,60%
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	R\$ 13.553.923,61	1,94%	D+15	-	8, I	R\$ -175.439,53	-1,28%	2,00%
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	R\$ 9.337.646,57	1,34%	D+20	-	8, I	R\$ -145.448,02	-1,53%	2,00%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	R\$ 13.315.372,51	1,91%	D+29	-	8, I	R\$ -595.543,71	-4,28%	2,00%
PLURAL DIVIDENDOS FIA	R\$ 8.263.090,77	1,19%	D+3	-	8, I	R\$ 90.804,04	1,11%	2,00%
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA	R\$ 6.450.818,00	0,93%	D+32	-	8, I	R\$ 16.768,38	0,26%	1,90%
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	R\$ 7.942.293,84	1,14%	D+3	-	8, I	R\$ -237.171,17	-2,90%	3,00%
KINITRO FIF AÇÕES	R\$ 8.957.061,14	1,29%	D+10	-	8, I	R\$ -131.025,96	-1,44%	2,00%
FINACAP MAURITSSAD FI AÇÕES	R\$ 5.358.731,60	0,77%	D+3	-	8, I	R\$ 16.644,67	0,31%	2,00%
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOM...	R\$ 4.945.476,63	0,71%	D+6	-	9, II	R\$ -22.591,67	-0,45%	0,80%
MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVI...	R\$ 3.846.151,15	0,55%	D+6	-	9, II	R\$ 173.576,42	4,73%	0,80%
CAIXA EXPERT PIMCO INCOME MULTIMER...	R\$ 12.944.498,49	1,86%	8	-	9, II	R\$ 171.200,85	1,34%	0,93%
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇ...	R\$ 22.462.624,39	3,22%	D+3	-	9, III	R\$ 680.268,80	3,12%	0,70%
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO FI MU...	R\$ 6.447.173,18	0,93%	D+3	18/07/26	10, I	R\$ 46.269,86	0,72%	1,15%
BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA	R\$ 2.650.524,79	0,38%	-	-	10, II	R\$ -560,06	-0,02%	0,28%
GERAÇÃO DE ENERGIA MULTIESTRATÉGI...	R\$ 0,00	0,00%	VR	-	10, II	R\$ 0,00	0,00%	0,30%
SINGULARE FII - REIT11	R\$ 619.416,70	0,09%	-	-	11	R\$ 3.713,45	0,59%	1,36%
VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS F...	R\$ 623.049,13	0,09%	-	-	11	R\$ -13.892,82	-2,18%	2,25%
TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 235.250.933,74	33,76%	-	-	7, I "a"	R\$ 1.893.987,36	0,81%	-
TÍTULOS PRIVADOS	R\$ 58.091.508,50	8,34%	-	-	7, IV	R\$ 467.534,64	0,81%	-
Total investimentos	R\$ 696.878.902,49	100,00%				R\$ 5.269.091,59	0,74%	
Disponibilidade	R\$ 71,12	-	-	-	-	-	-	-
Total patrimônio	R\$ 696.878.973,61	100,00%						

5.2 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA EM RELAÇÃO AO ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

ENQUADRAMENTO	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
7, I "a"	33,76%	R\$ 235.250.933,74	
7, III "a"	21,14%	R\$ 147.317.751,53	
7, I "b"	14,61%	R\$ 101.782.148,50	
8, I	10,50%	R\$ 73.178.938,04	
7, IV	8,34%	R\$ 58.091.508,50	
7, V "b"	3,83%	R\$ 26.682.560,41	
9, III	3,22%	R\$ 22.462.624,39	
9, II	3,12%	R\$ 21.736.126,27	
10, I	0,93%	R\$ 6.447.173,18	
10, II	0,38%	R\$ 2.650.524,79	
11	0,18%	R\$ 1.242.465,83	
7, V "a"	0,01%	R\$ 36.147,31	
Total	100,00%	R\$ 696.878.902,49	

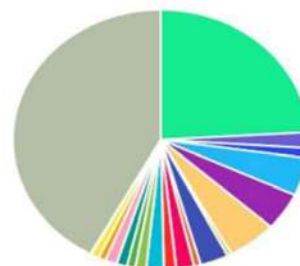


Fonte: LEMA Economia e Finanças

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

5.3 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS - POR GESTOR

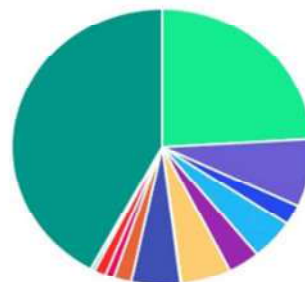
GESTOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	42,09%	R\$ 293.342.442,24	
CAIXA DISTRIBUIDORA	24,07%	R\$ 167.742.394,57	
BANCO BRADESCO	5,40%	R\$ 37.619.615,01	
BB GESTAO	4,73%	R\$ 32.969.768,75	
XP ALLOCATION	4,68%	R\$ 32.641.914,46	
BTG PACTUAL	3,09%	R\$ 21.544.945,23	
ICATU VANGUARDA	1,97%	R\$ 13.719.533,57	
CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS	1,94%	R\$ 13.553.923,61	
AZ QUEST	1,91%	R\$ 13.315.372,51	
4UM GESTÃO	1,34%	R\$ 9.337.646,57	
OWN PARTNERS	1,29%	R\$ 8.957.061,14	
BANCO DO NORDESTE	1,23%	R\$ 8.605.424,33	
PLURAL INVESTIMENTOS	1,19%	R\$ 8.263.090,77	
XP GESTÃO	1,14%	R\$ 7.942.293,84	
GUEPARDO INVESTIMENTOS	0,93%	R\$ 6.450.818,00	
RIO BRAVO	0,93%	R\$ 6.447.173,18	
FINACAP INVESTIMENTOS	0,77%	R\$ 5.358.731,60	
SUL AMÉRICA	0,74%	R\$ 5.137.615,18	
QLZ GESTÃO	0,47%	R\$ 3.309.721,23	
GV ATACAMA	0,09%	R\$ 619.416,70	
GENIAL GESTÃO	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 696.878.902,49	



Fonte: LEMA Economia e Finanças

5.4 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS - POR ADMINISTRADOR

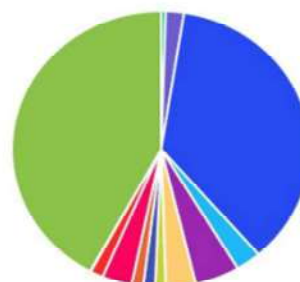
ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	42,09%	R\$ 293.342.442,24	
CAIXA ECONOMICA	24,07%	R\$ 167.742.394,57	
BEM - DISTRIBUIDORA	7,95%	R\$ 55.370.541,30	
BANCO BRADESCO	5,40%	R\$ 37.619.615,01	
BTG PACTUAL	5,30%	R\$ 36.949.179,55	
BB GESTAO	4,73%	R\$ 32.969.768,75	
XP SERVIÇOS	3,42%	R\$ 23.850.286,68	
S3 CACEIS	2,37%	R\$ 16.547.718,17	
INTRAG DTVM	1,91%	R\$ 13.315.372,51	
BANCO BNP PARIBAS	1,26%	R\$ 8.791.627,78	
BANCO DAYCOVAL	0,93%	R\$ 6.450.818,00	
BNY MELLON	0,38%	R\$ 2.650.524,79	
SINGULARE CORRETORA	0,09%	R\$ 655.564,01	
PLANNER CORRETORA	0,09%	R\$ 623.049,13	
RJI CORRETORA	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 696.878.902,49	



Fonte: LEMA Economia e Finanças

5.5 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS - POR SUB-SEGMENTO

BENCHMARK	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	42,09%	R\$ 293.342.442,24	
CDI	36,22%	R\$ 252.406.437,50	
IBOVESPA	4,83%	R\$ 33.626.563,98	
SMLL	3,25%	R\$ 22.653.019,08	
GLOBAL BDRX	3,22%	R\$ 22.462.624,39	
IRF-M 1	2,75%	R\$ 19.142.078,52	
IMA-B 5	1,97%	R\$ 13.719.533,57	
IPCA	1,39%	R\$ 9.717.114,67	
IBRX 50	1,29%	R\$ 8.957.061,14	
MSCI World	1,26%	R\$ 8.791.627,78	
IDIV	1,14%	R\$ 7.942.293,84	
IMA-B	0,50%	R\$ 3.495.056,65	
IFIX	0,09%	R\$ 623.049,13	
Total	100,00%	R\$ 696.878.902,49	



Fonte: LEMA Economia e Finanças

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

5.6 ÍNDICES E BENCHMARK'S DE REFERÊNCIA

Os indicadores chamados popularmente no mercado como benchmarks formam um conjunto de índices nos investimentos que são usados para referenciar um fundo de investimentos e também como ferramenta para acompanhamento e comparação de rendimentos de investimentos, que subsidiam as tomadas de decisões. Conforme detalhado a seguir que mostra a rentabilidade acumulada de cada índice ao ano em comparação também à meta atuarial da carteira:

RENTABILIDADES - DEZEMBRO



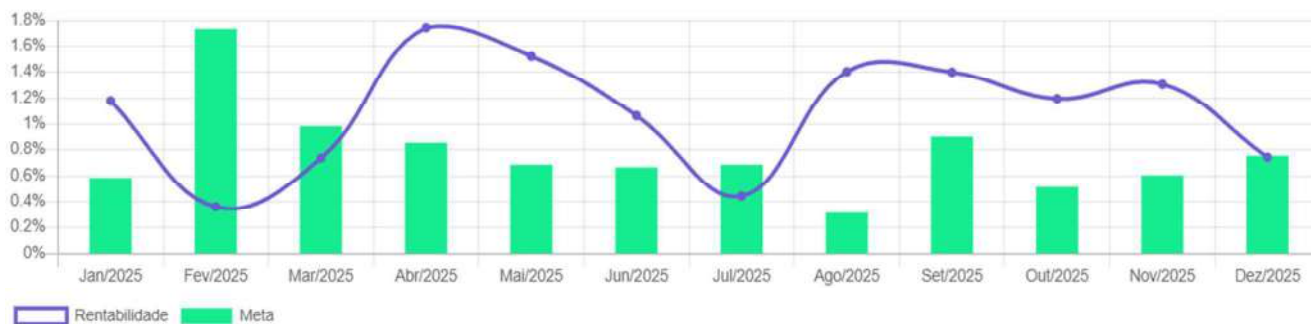
Rentabilidades - 2025



5.7 RENTABILIDADE DA CARTEIRA

A Rentabilidade da carteira de investimentos do FUNPREI teve o seguinte desempenho no mês e no acumulado do ano:

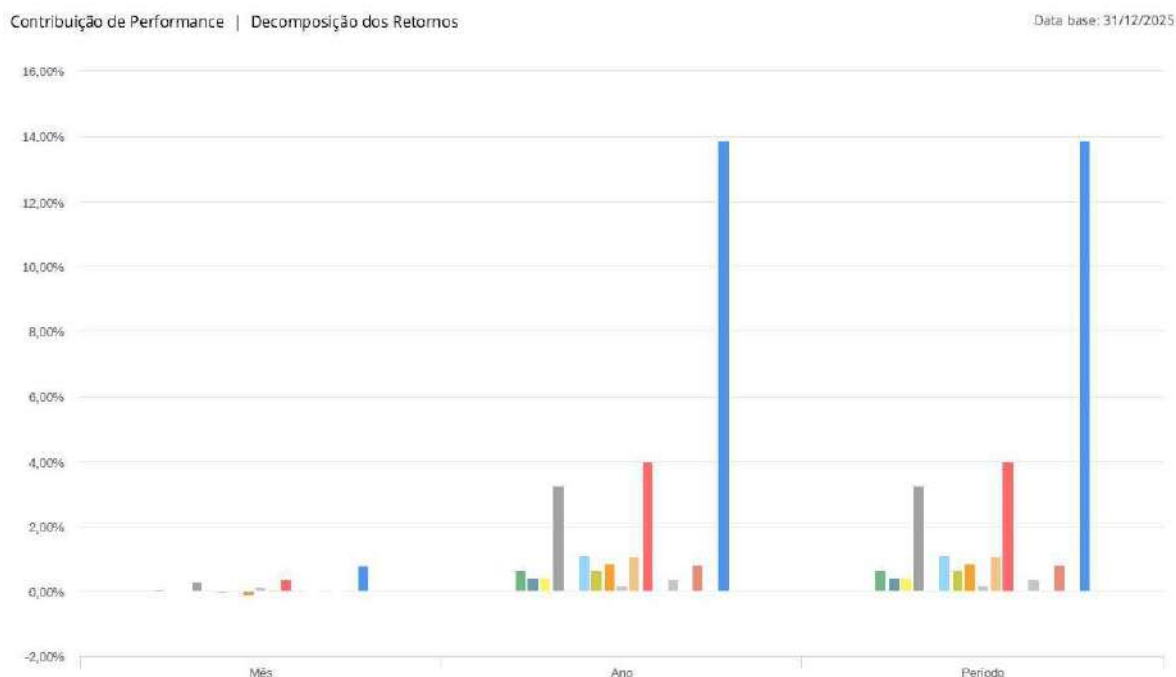
Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos



MÊS	RENTAB. MÊS	RENTAB.ACUMULADA	META MÊS	META ACUMULADA	ATINGIMENTO
JAN	1,18	1,18	0,58	0,58	203,00%
FEV	0,36	1,54	1,73	2,33	66,09%
MAR	0,73	2,29	0,98	3,34	68,00%
ABR	1,74	4,07	0,85	4,23	96,00%
MAI	1,52	5,65	0,68	4,94	114,00%
JUN	1,06	6,78	0,66	5,64	120,00%
JUL	0,44	7,25	0,68	6,36	113,99%
AGO	1,40	8,76	0,31	6,69	130,94%
SET	1,40	10,28	0,90	7,66	134,20%
OUT	1,19	11,59	0,51	8,21	141,17%
NOV	1,31	13,05	0,60	8,86	147,29%
DEZ	0,74	13,89	0,75	9,69	143,34%

5.8 CONTRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE

As estratégias de investimento foram divididas de acordo com as características das aplicações, segue abaixo a contribuição de performance das estratégias.



Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Contribuição por Estratégia	Mês	Ano	02/01/2025 31/12/2025
Capital Protegido - IBOV	0,01%	0,43%	0,43%
Compra Direta TPF	0,28%	3,29%	3,29%
Exterior - Com Hedge	0,02%	0,45%	0,45%
Exterior - Sem hedge	0,13%	0,19%	0,19%
Fundos Estressados	0,00%	-0,01%	-0,01%
Letras Financeiras	0,07%	1,08%	1,08%
RF - Crédito Privado	0,05%	0,63%	0,63%
RF CDI	0,35%	4,01%	4,01%
RF TP Gestão Ativa de Índices	0,00%	0,00%	0,00%
RF TP Inflação	0,02%	0,37%	0,37%
RF TP Pre-fixados	0,03%	0,81%	0,81%
RV Dividendos	-0,02%	0,66%	0,66%
RV Ibovespa	-0,04%	1,13%	1,13%
RV Small Caps	-0,11%	0,84%	0,84%
Contribuição por Estratégia	Mês	Ano	02/01/2025 31/12/2025
Quantum_FUNPREI - Acompanhamento PI	0,77%	13,88%	13,88%

Fonte: Monitoramento de carteira quantum

5.9 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL MENSAL

Segue abaixo o gráfico da evolução patrimonial mensal do FUNPREI.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL (MI R\$)_2025



Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

6. APLICAÇÃO E RESGATES

As aplicações e regastes são autorizadas e realizadas de acordo com os limites de alçadas pré-definidos na Política de Investimentos. Para todas as movimentações realizadas são preenchidos os formulários denominados de “Autorizações de Aplicação e Resgate – APR” assim as movimentações são minuciosamente detalhadas, por data, fundo e tipo de movimentação. Os documentos estão disponíveis no site do IpojucaPrev, podendo ser acessado através do Link: <https://ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br/transparencia/apr/demonstrativos-apr/>.

Informa-se, ainda, que as APRs também são registradas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social do Ministério da Economia – ME / SPREV, onde estão disponibilizados os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-CADPREV. Abaixo segue resumo das movimentações realizadas no mês de dezembro de 2025:

APR	Valor	Movimentação	CNPJ Fundo/ Código Título Público	Nome Fundo/ Título Público	Data da Efetivação	Alçada de deliberação
316/2025	R\$ 14.903,50	Amortização	16.841.067/0001-99	SINGULARE FII - REIT11	30/12/2025	Amortização do Fundo Imobiliário.

As Demais APR's são de movimentações realizadas referentes ao Fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA, inscrito sob o CNPJ nº 14.508.643/0001-55, e sob a gestão e administração da Caixa Econômica Federal. Tais movimentações são realizadas automaticamente a partir da necessidade de caixa do FUNPREI para fazer pagamento das suas obrigações e/ou necessidades financeiras para as Aplicações e/ou Resgates nos demais fundos.

7. RISCO X RETORNO DOS ATIVOS POR SEGMENTO

Nessa seção, serão analisados os dados de risco e retorno dos ativos, divididos primeiramente entre ativos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior. Depois, a divisão foi feita considerando a estratégia de investimentos dos ativos, sendo determinando um benchmark que melhor pode ser utilizado para comparação dos resultados. Serão analisados os principais pontos abordados na política de investimentos vigente.

Ademais, como parâmetros de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõem a carteira, serão observadas as referências abaixo os limites de VaR estabelecidos e será realizada uma reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas na Política de Investimentos forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 3,5% (três e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

7.1 RENDA FIXA

7.1.1 RENDA FIXA - COMPRA DIRETA DE TÍTULO PÚBLICO FEDERAL

Foi realizado um estudo de ALM (Asset and Liability Management) com o objetivo de otimizar a rentabilidade dos ativos de acordo com o perfil do passivo previdenciário, fazendo com que se tenha a melhor relação de risco e retorno.

O ALM indicou que fossem comprados diretamente as NTN-Bs (Títulos públicos indexados ao IPCA), fazendo a marcação na curva, evitando a volatilidade de mercado, em conformidade com o §4 do art. 7º do anexo VIII da portaria MTP nº 1.467/2022. O fato dos títulos serem marcados na curva significa que eles serão rentabilizados diariamente, conforme as taxas previamente acordadas no momento da compra, sem sofrer impacto da variação diária do seu preço de negociação.

Caso sejam resgatados antes do vencimento, estes serão negociados a partir da marcação a mercado, tendo, portanto, seu preço ajustado ao do dia em que for efetivado, podendo a Autarquia resgatar o investimento obtendo uma rentabilidade mais baixa ou mais alta que a previamente acordada. Considerando as condições que foram impostas no estudo de ALM, visando à mitigação de riscos de resgate antecipado dos Títulos Públicos, foi limitado o percentual de compra direta em 20% do Patrimônio Líquido e foi feito o casamento dos vencimentos dos papéis com o vencimento das obrigações futuras do RPPS.

6,53%

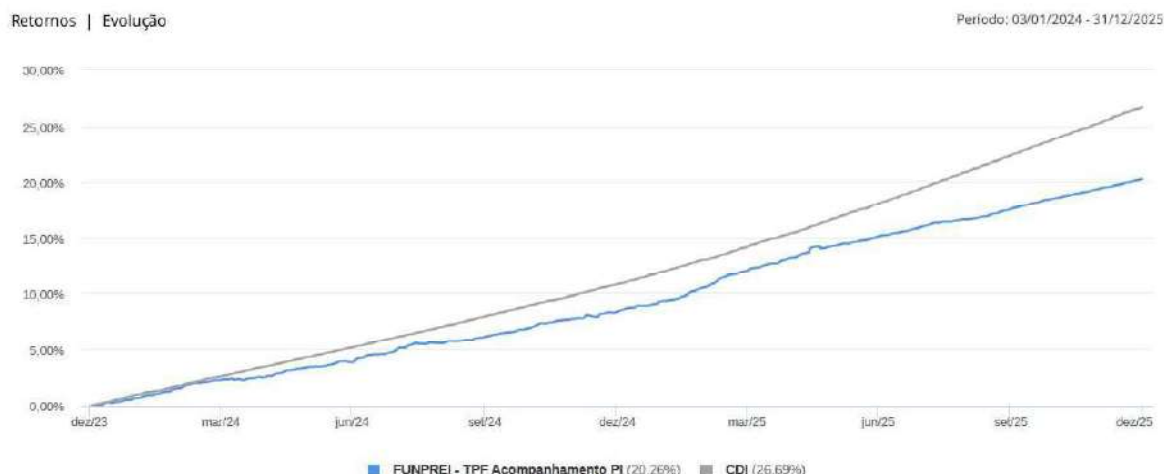
Seguem informações sobre as compras diretas de Títulos Públicos Federais realizadas até o fechamento da carteira de outubro de 2025:

TÍTULO	VENC.	COMPRA	QTD.	P.U.		MARCAÇÃO	VALOR COMPRA	VALOR ATUAL	RETORNO
				COMPRA	ATUAL				
NTN-B 2026	15/08/26	06/08/25	1335	4.494,37	4.573,69	CURVA 10,14%	R\$ 5.999.984,60	R\$ 6.105.879,12	R\$ 67.805,21 (1,12%)
NTN-B 2026	15/08/26	24/09/21	307	3.900,48	4.720,08	CURVA 4,55%	R\$ 1.197.446,76	R\$ 1.449.063,31	R\$ 9.560,67 (0,66%)
NTN-B 2026	15/08/26	06/01/22	100	3.976,86	4.700,52	CURVA 5,27%	R\$ 397.686,14	R\$ 470.051,78	R\$ 3.381,00 (0,72%)
NTN-B 2027	15/05/27	30/05/23	1898	4.214,06	4.479,20	MERCADO	R\$ 7.998.281,58	R\$ 8.501.517,72	R\$ 92.426,69 (1,10%)
NTN-B 2029	15/05/29	24/05/24	1290	4.264,88	4.604,03	CURVA 6,14%	R\$ 5.501.689,74	R\$ 5.939.201,32	R\$ 46.932,45 (0,80%)
NTN-B 2030	15/08/30	06/01/22	316	4.051,28	4.817,72	CURVA 5,29%	R\$ 1.280.204,51	R\$ 1.522.398,08	R\$ 10.975,56 (0,73%)
NTN-B 2030	15/08/30	25/11/24	1450	4.274,50	4.545,07	CURVA 6,84%	R\$ 6.198.028,90	R\$ 6.590.357,05	R\$ 55.850,00 (0,85%)
NTN-B 2030	15/08/30	24/09/21	951	4.016,33	4.931,05	CURVA 4,68%	R\$ 3.819.531,39	R\$ 4.689.432,01	R\$ 31.445,23 (0,68%)
NTN-B 2032	15/08/32	21/11/22	686	4.004,42	4.312,54	MERCADO	R\$ 2.747.031,03	R\$ 2.958.400,62	R\$ 7.736,51 (0,26%)
NTN-B 2035	15/05/35	11/10/24	2474	4.283,39	4.465,66	CURVA 6,53%	R\$ 10.597.101,56	R\$ 11.048.054,62	R\$ 90.801,58 (0,83%)
NTN-B 2035	15/05/35	21/11/22	697	3.943,16	4.215,09	MERCADO	R\$ 2.748.382,52	R\$ 2.937.914,62	R\$ 10.908,23 (0,37%)
NTN-B 2035	15/05/35	06/01/22	356	4.056,13	4.848,44	CURVA 5,32%	R\$ 1.443.980,50	R\$ 1.726.046,21	R\$ 12.487,41 (0,73%)
NTN-B 2035	15/05/35	24/09/21	1081	4.179,92	5.044,46	CURVA 4,75%	R\$ 4.518.492,43	R\$ 5.453.056,85	R\$ 36.883,08 (0,68%)
NTN-B 2040	15/08/40	11/06/24	1398	4.292,66	4.610,90	CURVA 6,20%	R\$ 6.001.133,37	R\$ 6.446.043,69	R\$ 51.290,04 (0,80%)

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

NTN-B 2040	15/08/40	18/06/24	1175	4.252,88	4.559,69	CURVA 6,33%	R\$ 4.997.135,41	R\$ 5.357.632,79	R\$ 43.169,52 (0,81%)
NTN-B 2040	15/08/40	20/12/21	382	4.198,69	5.059,47	CURVA 5,20%	R\$ 1.603.897,77	R\$ 1.932.716,73	R\$ 13.790,52 (0,72%)
NTN-B 2040	15/08/40	06/01/22	388	4.132,47	4.965,27	CURVA 5,40%	R\$ 1.603.397,32	R\$ 1.926.525,22	R\$ 14.063,19 (0,74%)
NTN-B 2040	15/08/40	24/09/21	1400	4.188,52	5.235,28	CURVA 4,84%	R\$ 5.863.923,39	R\$ 7.329.398,87	R\$ 50.120,50 (0,69%)
NTN-B 2040	15/08/40	03/07/24	2623	4.193,90	4.482,12	CURVA 6,52%	R\$ 11.000.598,11	R\$ 11.756.609,76	R\$ 96.543,85 (0,83%)
NTN-B 2045	15/05/45	24/04/25	4134	3.928,46	3.932,97	CURVA 7,55%	R\$ 16.240.250,44	R\$ 16.258.885,71	R\$ 147.127,72 (0,91%)
NTN-B 2045	15/05/45	06/01/22	395	4.061,65	4.897,70	CURVA 5,50%	R\$ 1.604.353,29	R\$ 1.934.592,04	R\$ 14.281,87 (0,74%)
NTN-B 2045	15/05/45	24/09/21	1300	4.296,32	5.257,10	CURVA 4,88%	R\$ 5.585.216,00	R\$ 6.834.224,16	R\$ 46.956,24 (0,69%)
NTN-B 2045	15/05/45	20/12/21	387	4.137,39	5.007,29	CURVA 5,31%	R\$ 1.601.169,44	R\$ 1.937.821,23	R\$ 13.995,38 (0,73%)
NTN-B 2045	15/05/45	13/12/22	646	3.865,42	4.090,01	MERCADO	R\$ 2.497.059,65	R\$ 2.642.148,66	R\$ -1.616,42 (-0,06%)
NTN-B 2050	15/08/50	06/01/22	251	4.141,45	5.002,95	CURVA 5,50%	R\$ 1.039.504,98	R\$ 1.255.740,42	R\$ 9.271,25 (0,74%)
NTN-B 2050	15/08/50	24/09/21	740	4.289,62	5.404,11	CURVA 4,90%	R\$ 3.174.319,33	R\$ 3.999.038,76	R\$ 27.543,02 (0,69%)
NTN-B 2050	15/08/50	18/10/21	477	4.189,29	5.233,62	CURVA 5,15%	R\$ 1.998.291,40	R\$ 2.496.438,18	R\$ 17.704,00 (0,71%)
NTN-B 2050	15/08/50	20/12/21	837	4.216,06	5.115,68	CURVA 5,33%	R\$ 3.528.844,70	R\$ 4.281.827,28	R\$ 30.994,59 (0,73%)
NTN-B 2055	15/05/55	24/04/25	11107	3.871,35	3.868,88	CURVA 7,44%	R\$ 42.999.084,08	R\$ 42.971.663,87	R\$ 384.982,83 (0,90%)
NTN-B 2055	15/05/55	18/10/21	1169	4.275,37	5.215,04	CURVA 5,15%	R\$ 4.997.904,79	R\$ 6.096.376,48	R\$ 43.232,38 (0,71%)
NTN-B 2055	15/05/55	24/09/21	2000	4.372,99	5.387,37	CURVA 4,92%	R\$ 8.745.972,01	R\$ 10.774.737,00	R\$ 74.394,83 (0,70%)
NTN-B 2055	15/05/55	20/12/21	248	4.200,78	5.103,59	CURVA 5,30%	R\$ 1.041.792,34	R\$ 1.265.690,98	R\$ 9.135,76 (0,73%)
NTN-B 2055	15/05/55	06/01/22	859	4.109,38	4.969,53	CURVA 5,49%	R\$ 3.529.954,67	R\$ 4.268.829,28	R\$ 31.482,02 (0,74%)
NTN-B 2060	15/08/60	06/08/25	8461	4.018,55	4.029,38	CURVA 7,18%	R\$ 34.000.967,59	R\$ 34.092.619,32	R\$ 298.330,65 (0,88%)
Total Públicos							R\$ 218.102.611,74	R\$ 235.250.933,74	R\$ 1.893.987,36 (0,81%)

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos Títulos Públicos Federais com marcação na curva, a partir das primeiras compras efetivadas.



Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

	dez/25	nov/25	out/25	set/25	ago/25	jul/25	jun/25	mai/25	abr/25	mar/25	fev/25	jan/25	dez/24	02/01/2025 31/12/2025
FUNPREI - TPF Acompanhamento PI	0,81%	0,65%	0,88%	0,76%	0,57%	0,79%	0,67%	0,94%	1,06%	1,38%	1,07%	0,88%	0,59%	10,97%
CDI	1,22%	1,05%	1,28%	1,22%	1,16%	1,28%	1,10%	1,14%	1,06%	0,96%	0,99%	1,01%	0,93%	14,31%

7.1.2 RENDA FIXA – LETRAS FINANCEIRAS

De acordo com o art IV da resolução 4.963/2021, os RPPS podem investir até 20% diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que esteja obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional. Para facilitar, o Ministério da Previdência faz uma lista exaustiva das Instituições que atendem a esse critério. Considerando que o principal risco desse tipo de ativo é o risco de crédito, foram acompanhados os ratings de créditos das aplicações nessa estratégia.

O ALM indicou que a marcação seja feita na curva, evitando a volatilidade de mercado, em conformidade com o §4 do art. 7º do anexo VIII da portaria MTP nº 1.467/2022. Os ativos marcados na curva deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, conforme as taxas previamente acordadas no momento da compra.

TÍTULO	VENC.	COMPRA	QTD.	P.U.		MARCAÇÃO	VALOR COMPRA	VALOR ATUAL	RETORNO
				COMPRA	ATUAL				
LF BTG PACTUAL IPCA	28/09/27	28/09/22	11	500.000,00	735.939,03	CURVA 7,75%	R\$ 5.500.000,00	R\$ 8.095.329,32	R\$ 68.409,58 (0,85%)
LF ITAÚ IPCA	04/10/27	04/10/24	1	13.806.000,00	15.869.932,01	CURVA 6,89%	R\$ 13.806.000,00	R\$ 15.869.932,01	R\$ 122.085,94 (0,78%)
LF BTG PACTUAL IPCA	26/10/27	26/10/22	9	500.000,00	733.146,24	CURVA 7,71%	R\$ 4.500.000,00	R\$ 6.598.316,15	R\$ 55.631,20 (0,85%)
LF BTG PACTUAL IPCA	28/05/29	28/05/24	110	50.000,00	59.338,33	CURVA 6,66%	R\$ 5.500.000,00	R\$ 6.527.215,82	R\$ 50.395,22 (0,78%)
LF BRADESCO IPCA	12/11/29	12/11/24	120	50.000,00	56.824,44	CURVA 6,93%	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.818.932,84	R\$ 50.081,40 (0,74%)
LF BTG PACTUAL IPCA	11/11/30	11/11/25	280	50.000,00	50.649,22	CURVA 8,36%	R\$ 14.000.000,00	R\$ 14.181.782,36	R\$ 120.931,30 (0,86%)
Total Privados							R\$ 49.306.000,00	R\$ 58.091.508,50	R\$ 467.534,64 (0,81%)

7.1.3 RENDA FIXA – FUNDOS QUE INVESTEM EM TP PRÉ-FIXADOS

Fundos que investem em Títulos Públicos Federais (TPF) prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais). Esses índices de referência da ANBIMA também são classificados de acordo com o vencimento dos seus papéis:

- IRF-M, TPF pré-fixado sem especificação de prazo dos títulos;
- IRF-M1, TPF pré-fixado com prazo de até 1 ano;
- IRF-M1+, TPF pré-fixado com prazo maior do que 1 ano.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 dia	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3,51%	7,28%	14,51%	25,20%	41,50%	58,11%	1,14%	14,51%	0,09%	-1,48	0,41%
IRF-M 1	3,56%	7,39%	14,76%	25,62%	42,26%	59,36%	1,16%	14,76%	0,09%	-1,07	0,42%

Fonte: Quantum Axis.

Os fundo dessa classe não ultrapassaram os limites de VAR definido na Política de investimentos e teve indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, conforme também pode ser verificado no gráfico de retorno acumulado e no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.



7.1.4 RENDA FIXA – FUNDOS INDEXADOS À INFLAÇÃO

Fundos que investem em Títulos Públicos Federais (TPF) indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tais como NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais). Esses índices de referência da ANBIMA também são classificados de acordo com o vencimento dos seus papéis, e nas tabelas abaixo serão apresentados os indicadores de risco e retorno de acordo com essas divisões:

• IMA-B 5, TPF indexado à inflação com prazo até 5 anos;

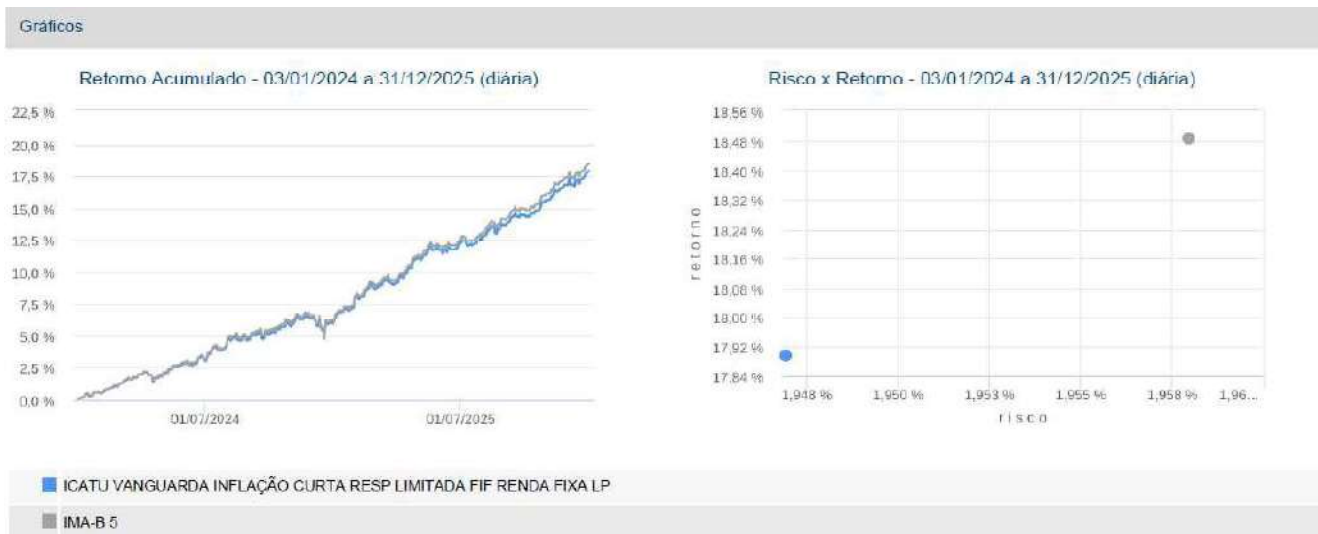
Com exceção do Icatu Vanguarda Inflação Curta FIC RF Prev, que é um fundo de gestão ativa que busca superar o seu benchmark, os demais fundos dessa categoria são formados por fundos vértices fechados e que devem ser levados até o vencimento para recebimento da taxa acordada na época da aplicação dos fundos. Nenhum dos fundos dessa classe ultrapassou os limites de VAR definido na Política de investimentos e tiveram indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RENTA FIXA LP	2,99%	5,06%	11,24%	17,94%	31,98%	44,25%	0,92%	11,24%	1,11%	-1,84	1,95%
IMA-B 5	3,08%	5,29%	11,65%	18,53%	32,90%	45,90%	0,95%	11,65%	1,10%	-1,70	1,96%

Fonte: Quantum Axis.

Todos os fundos tiveram indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, como pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema Quantum, com o período de 2 anos.



• IMA-B 5+, TPF indexado à inflação com prazo de 5 anos ou mais;

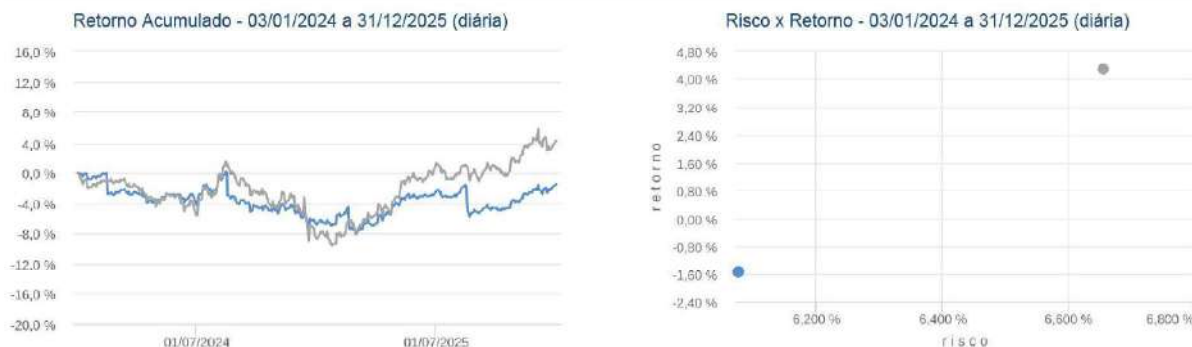
Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENTA FIXA	3,23%	0,92%	5,60%	-1,46%	7,95%	8,11%	0,68%	5,60%	2,14%	-2,04	6,07%
IMA-B 5+	3,69%	3,12%	14,20%	4,35%	24,46%	28,57%	-0,19%	14,20%	4,31%	-1,43	6,65%

Fonte: Quantum Axis.

O fundo vértice Caixa Brasil 2030 III TP FI RF não ultrapassou os limites de VAR definido na Política de investimentos. O fundo mantém um padrão de menor risco e retorno do que o seu benchmark, por ser formado por papéis com vencimento em 2030, prazo menor do que outros que formam índice, conforme pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Gráficos



Ativo	Retorno	Volatilidade
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	-1,55%	6,08%
IMA-B 5+	4,28%	6,66%

7.1.5 RENDA FIXA – CDI

Nessa estratégia, temos alguns fundos de Renda Fixa que são comparados ao CDI, que é a taxa que lastreia as operações interbancárias com prazo de 1 dia. Esse índice tem uma volatilidade baixa e serve como referencia para diversos produtos de renda fixa. Com esse benchmark, temos alguns ativos com características diferentes. Primeiramente, temos o Caixa Disponibilidade FIC RF, fundo de altíssima liquidez e que é utilizado como caixa por permitir uma maior rapidez de movimentação, uma vez que as aplicações e resgates são feitos de forma automática de acordo com a disponibilidade de dinheiro em caixa ou necessidade de utilização do recurso. Os fundos BB Perfil FIC RF DI Prev LP e Bradesco Premium FI RF Ref DI são fundos passivos que procuram acompanhar o desempenho do CDI, estando com desempenho de acordo com esse perfil de investimentos.

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RF REFERENCIADO DI LP	3,57%	7,40%	14,28%	26,64%	43,09%	60,82%	1,21%	14,28%	0,01%	-0,37	0,11%
BNB SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	3,57%	7,38%	14,27%	26,59%	42,97%	60,74%	1,21%	14,27%	0,01%	-0,51	0,11%
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RF REFERENCIADO DI	3,58%	7,43%	14,46%	27,65%	45,04%	63,89%	1,22%	14,46%	0,01%	3,17	0,11%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RF SIMPLES	3,32%	6,84%	13,11%	24,14%	38,52%	53,17%	1,13%	13,11%	0,00%	-9,95	0,10%
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	3,57%	7,43%	14,46%	27,09%	44,01%	62,26%	1,23%	14,46%	0,02%	1,19	0,11%
TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RF SIMPLES	3,56%	7,36%	14,23%	26,63%	43,03%	60,72%	1,21%	14,23%	0,01%	-0,41	0,11%
CDI	3,59%	7,43%	14,31%	26,74%	43,28%	61,01%	1,22%	14,31%	0,00%	0,00	0,11%

Fonte: Quantum Axis.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Os fundos não ultrapassaram o limite de VAR definido na Política de investimentos e teve o indicador de risco e retorno compatível com o seu benchmark, conforme pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

Gráficos



- BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP
- BNB SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA
- BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI
- CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES
- CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP
- TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES
- CDI

7.1.6 RENDA FIXA – CRÉDITO PRIVADO

Fundos de crédito privado investem em títulos de renda fixa de baixo risco de crédito emitidos por empresas privadas, tendo no mínimo 50% do seu Patrimônio Líquido em ativos de crédito, como por exemplo: debêntures, Letras Financeiras, dentre outros. Temos apenas um fundo nessa estratégia, O BTG Pactual Crédito Corporativo I FIC RF tem a carteira com o desempenho atrelado ao CDI.

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	3,33%	7,09%	14,72%	29,36%	46,37%	67,21%	1,14%	14,72%	0,09%	3,63	0,28%
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG IS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	3,47%	7,46%	15,06%	29,99%	48,27%	69,58%	1,20%	15,06%	0,03%	4,89	0,26%
CDI	3,59%	7,30%	13,98%	26,34%	43,14%	60,28%	1,05%	12,94%	0,00%	0,00	0,10%

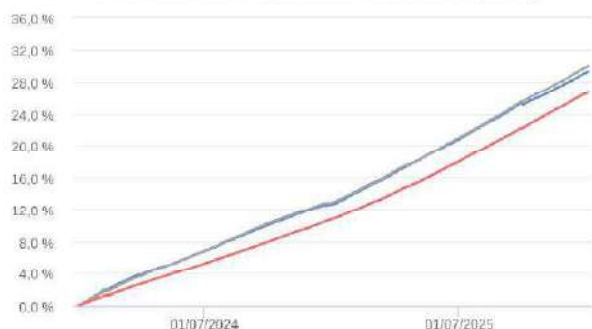
Fonte: Quantum Axis.

Visando uma maior segurança e o enquadramento à resolução dos RPPS, temos apenas fundos de crédito high grade, ou seja, que investem em ativos com baixo risco de crédito e boas classificações de rating de crédito. Mensalmente, é solicitado aos gestores a carteira aberta, para que seja comprovado que essas condições estejam sendo seguidas. Segue o resumo do rating de crédito de cada um dos fundos.

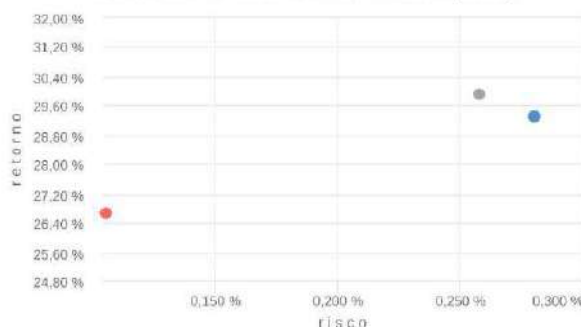
Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Gráficos

Retorno Acumulado - 03/01/2024 a 31/12/2025 (diária)



Risco x Retorno - 03/01/2024 a 31/12/2025 (diária)

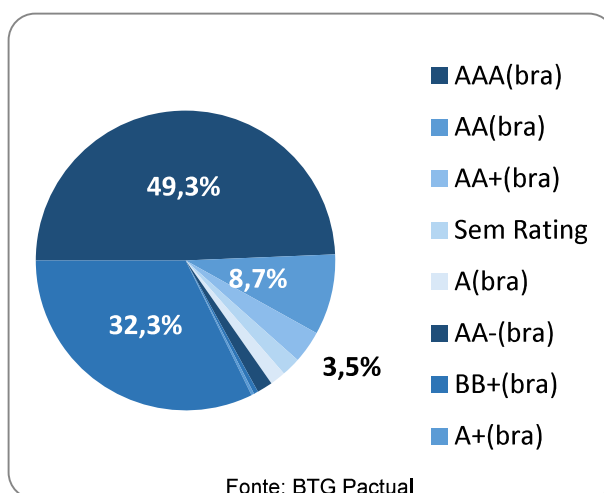


■ BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC CIC RENDA FIXA

■ SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG IS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP

■ CDI

GRÁFICO – Rating de crédito BTG Pactual Crédito Corporativo I FIC RF Carteira de 31/12/2025.



Considerando o relatório de posição com data-base em 30/08/2025, foi identificado que havia aplicação em papéis da Braskem, que teve rebaixamento de rating em escala nacional de AA-(bra) para CCC+(bra) pela Fitch. Foi enviado e-mail solicitando ao BTG, como gestor do fundo, qual foi o posicionamento com o rebaixamento de rating, e fomos informados que, durante o mês de Outubro, foi zerada a exposição ao ativo. Em relação a outros papéis presentes em carteira, como SIMPAR, RAIZEN, USIMINAS, a gestora afirmou que “

“O único emissor que sofreu uma forte remarcação, gerando um impacto material no fundo, foi Braskem. A estratégia de gestão tem sido conservadora, com menor alocação em debêntures, elevada posição de caixa e duration reduzida, o que contribui para mitigar a sensibilidade do portfólio às variações de preços no mercado secundário. Do ponto de vista estratégico, a equipe segue monitorando atentamente o mercado em busca de oportunidades de alocação que apresentem relação risco-retorno atrativa, especialmente em momentos de maior descompressão de spreads. O posicionamento prudente tem como objetivo preservar o capital

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

dos cotistas e manter flexibilidade para capturar oportunidades táticas conforme as condições de mercado evoluam.

A equipe de gestão realiza o acompanhamento contínuo do emissor, bem como dos principais indicadores econômicos, com revisões trimestrais ou sempre que houver eventos relevantes (divulgação de resultados, mudanças setoriais ou macroeconômicas, fatos relevantes, etc.) No caso específico de Braskem, dado a sensibilidade do caso, o acompanhamento já estava sendo realizado de perto antes mesmo do rebaixamento do rating. As análises envolvem diferentes cenários, incluindo cenários de estresse e são apresentados nos comitês de crédito formado por sócios e analistas.”

7.2 RENDA VARIÁVEL

7.2.1 FUNDOS DE AÇÕES – IBOVESPA (IBOV)

Fundos de ações que, devido as suas características, utilizam como benchmark o Ibovespa, principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3. O índice é resultado de uma carteira teórica de ativos composta pelas ações de companhias listadas na Bolsa Brasileira que atendem aos critérios previstos na sua metodologia, correspondendo a cerca de 80% do número de negócios e do volume financeiro do nosso mercado de capitais. Nas tabelas abaixo, são apresentados os indicadores de risco e retorno dos fundos de ações com o benchmark Ibovespa:

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FIF	7,14%	8,88%	24,62%	11,99%	33,93%	36,70%	-1,28%	24,62%	12,01%	-0,40	13,32%
FINACAP MAURITSSTAD RESP LIMITADA FIF AÇÕES	7,15%	13,46%	31,44%	17,84%	48,41%	54,20%	0,31%	31,44%	9,23%	-0,17	14,76%
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIF	3,60%	12,25%	25,38%	11,61%	57,86%	65,04%	0,26%	25,38%	12,04%	-0,28	17,42%
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	12,84%	20,64%	29,82%	32,46%	47,63%	55,25%	1,18%	29,82%	10,96%	0,21	17,02%
OWN PARTICIPAÇÕES FIF AÇÕES	5,68%	12,12%	38,35%	42,63%	83,25%	56,13%	-1,44%	38,35%	12,60%	0,44	16,29%
Ibovespa	10,18%	16,04%	33,95%	20,08%	46,83%	53,71%	1,29%	33,95%	9,87%	-0,12	14,05%

Fonte: Quantum Axis.

Nenhum dos fundos dessa classe ultrapassou os limites de VAR definido na Política de investimentos e tiveram indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, porém com valores diferentes, de acordo com a característica de cada um. Isso acontece devido a serem formados por fundos de gestão ativa, que fazem alocações buscando superar o Ibovespa. Isso também pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Gráficos



7.2.2 FUNDOS DE AÇÕES – SMALL CAPS (SMLL)

Fundos de ações que, devido as suas características, utilizam como benchmark o Índice SmallCaps, índice que busca refletir os ativos das empresas de menor capitalização na B3 e que atendem aos critérios previstos na sua metodologia. Tal estratégia é voltada para buscar empresas que geralmente apresentam potencial de crescimento mais elevado.

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	6,68%	6,33%	22,32%	10,57%	54,80%	36,48%	-1,53%	22,32%	11,05%	-0,27	18,86%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	4,70%	9,36%	31,09%	26,38%	45,71%	33,04%	-4,28%	31,09%	14,82%	0,07	15,83%
SMLL	2,67%	3,38%	30,70%	-2,02%	14,76%	-2,52%	-3,58%	30,70%	13,10%	-0,56	19,54%

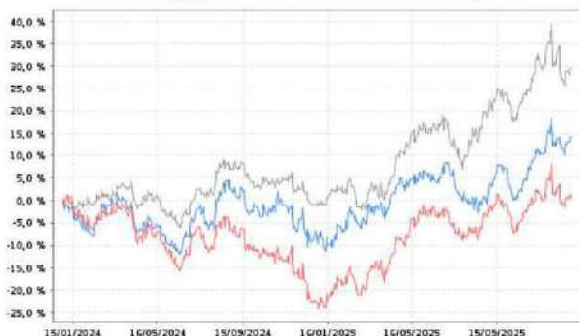
Fonte: Quantum Axis.

Os fundos dessa classe ultrapassaram os limites de VAR definido na Política de investimentos, mas tiveram desempenho de acordo com indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, porém com valores diferentes, de acordo com a característica de cada um. Isso acontece devido a serem formados por fundos de gestão ativa, que fazem alocações buscando superar o índice SMLL. Isso também pode ser verificado no diagrama dedispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

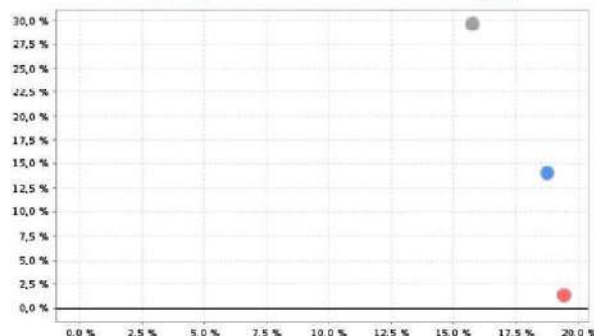
Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Gráficos

Retorno Acumulado - 03/01/2024 a 31/12/2025 (diária)



Risco x Retorno - 03/01/2024 a 31/12/2025 (diária)



Ativo	Retorno	Volatilidade
4UM SMALL CAPS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	14,05%	18,75%
AZ QUEST SMALL MID CAPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	20,62%	15,74%
SMLL	1,32%	19,42%

7.2.3 FUNDOS DE AÇÕES – DIVIDENDOS (IDIV)

Fundos de ações que, devido as suas características, utilizam como benchmark o Índice Dividendos (IDIV), índice que busca refletir o desempenho das empresas que se destacaram em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio em empresas maiores e mais saudáveis financeiramente. Geralmente apresentando menor volatilidade e tendo a visão de longo prazo.

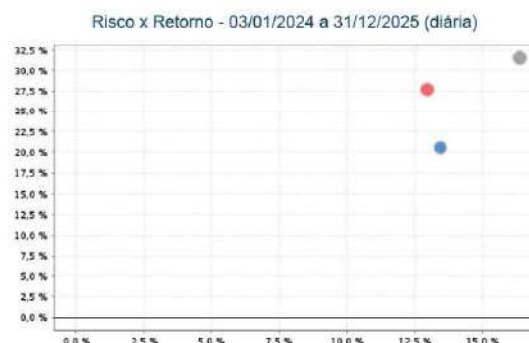
Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
PLURAL DIVIDENDOS FI AÇÕES	9,81%	16,87%	40,90%	19,64%	48,30%	76,28%	1,11%	40,90%	9,16%	-0,15	13,46%
XP INVESTOR DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	5,82%	15,04%	51,25%	30,00%	62,28%	88,11%	-2,90%	51,25%	12,29%	0,16	16,40%
IDIV	8,75%	14,31%	29,99%	26,58%	60,55%	80,86%	1,46%	29,99%	8,90%	0,06	12,99%

Fonte: Quantum Axis.

O fundo dessa classe não ultrapassou os limites de VAR definido na Política de investimentos e teve indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, porém com valores diferentes, de acordo com a sua característica. Isso acontece devido a ser um fundo de gestão ativa, que faz alocações buscando superar o índice IDIV. Isso também pode ser verificado nos gráficos de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Gráficos



■ PLURAL DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES
■ XP INVESTOR DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES
■ IDIV

7.3 INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Os investimentos no exterior são utilizados para diminuir o risco da carteira de investimentos, através de ativos descorrelacionados com o mercado local. Isso ocorre porque há riscos internos que afetam todas as classes de ativo, tanto de renda fixa como de renda variável. Os investimentos no exterior podem contar com hedge cambial ou não, conforme será explicado nos itens a seguir.

7.3.1 INVESTIMENTOS NO EXTERIOR – COM HEDGE CAMBIAL

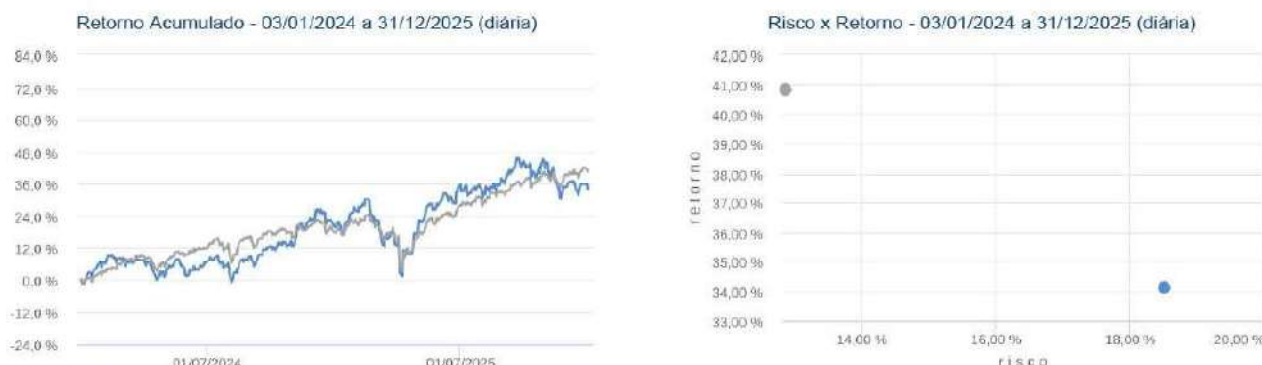
Nesse item, serão identificados os ativos que investem no exterior com hedge cambial, ou seja, não sofrem o impacto da variação do câmbio nos seus resultados. Como benchmarks foi utilizado o MSCI World (moeda original), que mede o desempenho das empresas de grande e médio porte com presença global e em países desenvolvidos. Por terem mais aderência à política de investimentos desses fundos.

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY IE FIC AÇÕES	-6,41%	-1,15%	11,72%	31,35%	86,92%	20,00%	-0,45%	11,72%	5,81%	0,19	18,55%
MSCI World (Moeda Original)	2,87%	10,03%	19,49%	39,80%	70,22%	37,09%	0,73%	19,49%	3,66%	0,44	12,86%

Fonte: Quantum Axis.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Gráficos



Ativo	Retorno	Volatilidade
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	34,12%	18,51%
MSCI World (Moeda Original)	40,85%	12,86%

O fundo CAIXA EXPERT PIMCO INCOME FIC FIM IE também é um fundo de Investimentos no Exterior, porém com o objetivo de obter oportunidades em diferentes mercados com base em uma sólida análise macroeconômica e permite acessar as melhores ideias de renda fixa da PIMCO sem exposição cambial e tendo baixa correlação com ativos brasileiros. O fundo investe em cotas do PIMCO GIS Income Fund, domiciliado na Irlanda, e a proteção cambial (hedge) é feita no próprio fundo offshore investido.

O fundo apresenta uma exposição ao mercado de renda fixa global sem exposição cambial direcional, tendo a referência econômica de retorno de CDI + 2,5%, portanto, nesse relatório de acompanhamento da Política, iremos tratar o CDI como benchmark de referência.

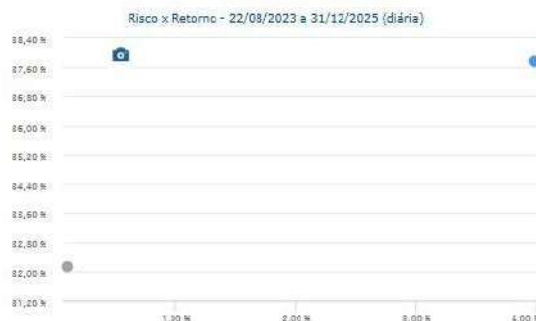
Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
CAIXA EXPERT PIMCO INCOME INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO LP	4,59%	9,32%	18,88%	28,61%			1,34%	18,88%	1,01%	0,22	3,61%
CDI	3,59%	7,43%	14,31%	26,74%	43,28%	61,01%	1,22%	14,31%	0,00%	0,00	0,11%

Fonte: Quantum Axis.

O fundo dessa classe não ultrapassou os limites de VAR definido na Política de investimentos e tiveram indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, como também pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período desde o início do FIC. A maior volatilidade é justificada pelas características do produto. Por ser um fundo de renda fixa global com investimentos em diversas estratégias diferentes, segue abaixo quadro demonstrativo, resumindo os percentuais em cada estratégia na data de referência do relatório.

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

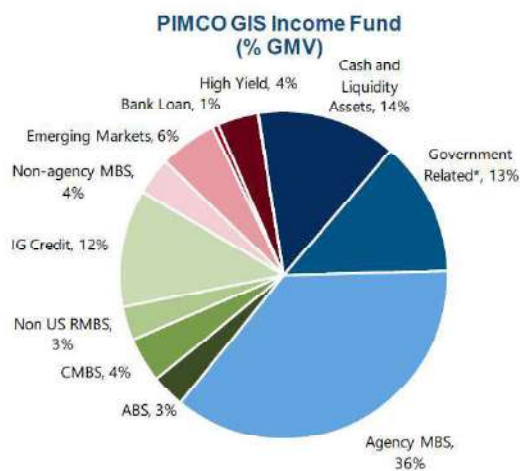
Gráficos



■ CAIXA EXPERT PIMCO INCOME INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP
■ CDI

No gráfico de pizza, que detalha o posicionamento da carteira, os itens azuis contam com garantia do governo, os verdes são investimentos high grade e os vermelhos são high Yield na escala global, mas que de acordo com os representantes da PIMCO, seriam equivalente ao High Yield em escala nacional

Posicionamento



Mudanças no mês:

- O fundo mantém exposições diversificadas no portfólio, com foco em liquidez, qualidade e senioridade na estrutura de capital.
- A duration total aumentou ligeiramente, encerrando o mês em 4,90 anos, com a duration dos EUA subindo de 3,82 para 3,91 anos.
- O fundo aumentou moderadamente a exposição a Agency MBS, enquanto reduziu levemente a exposição a Crédito Grau de Investimento.
- A composição da exposição cambial bruta do fundo continua dinâmica. Ao longo do mês, aumentou posições compradas em ZAR, MXN e PLN, reduziu posições vendidas em CNY, TWD e AUD e iniciou uma posição comprada em COP. Ao mesmo tempo, adicionou posições vendidas em ILS, NZD e CHF e reduziu posições compradas em JPY, GBP e BRL.

Principais Estatísticas do GIS Income

Duration (anos)	4,90
Yield estimado em Dólares	6,25%
Yield estimado em Reais	16,35%
Average quality	AA-
Rating Morningstar™ *	★★★★★

A classificação não é uma recomendação para comprar, vender ou manter um fundo. ©2025 Morningstar, Inc. Todos os direitos reservados. As informações contidas neste documento: (1) são de propriedade da Morningstar; (2) não podem ser copiadas ou distribuídas; e (3) não são garantidas como precisas, completas ou atualizadas. A Morningstar ou seus provedores de conteúdo não são responsáveis por quaisquer danos ou perdas que possam surgir do uso dessas informações.

*Rating para a classe de acumulação institucional.

Contribuição para yield estimado (bps)



Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Contribuições no mês

- Exposição a Agency-MBSs EUA, com fechamento dos spreads
- Exposição à taxa de juros base nos EUA, devido ao carregio
- Exposição comprada a moedas de Mercados Emergentes, à medida que se valorizaram frente ao dólar americano
- Exposição a dívida externa de Mercados Emergentes, com fechamento dos spreads
- Exposição vendida à duration japonesa, à medida que os yields de curto e médio prazo subiram

Detratores no mês

- Exposição comprada à duration nos EUA, à medida que os yields intermediários e de longo prazo subiram
- Exposição comprada à duration australiana, à medida que os yields subiram em toda a curva

Fonte: Relatório da PIMCO enviado pela Caixa Asset para a data de referência do relatório.

7.3.2 INVESTIMENTOS NO EXTERIOR – SEM HEDGE CAMBIAL

Nesse item, serão identificados os ativos que investem no exterior sem hedge cambial, ou seja, que sofrem o impacto da variação do câmbio nos seus resultados. Como benchmark foram utilizados: o índice Global BDRX, índice que representa uma carteira teórica formada pelos BDR's, que são valores mobiliários emitidos no Brasil que representam outros ativos emitidos por companhias do exterior, contando com risco cambial; o índice MSCI World, que mede o desempenho das empresas de grande e médio porte com presença global e em países desenvolvidos.

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	6,49%	16,62%	7,54%	80,97%	126,07%	61,55%	3,12%	7,54%	7,93%	1,06	18,32%
MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVISORY IE FIC AÇÕES	-0,79%	-2,87%	-1,37%	57,90%	117,93%	19,29%	4,73%	-1,37%	8,40%	0,63	20,89%
Global BDRX	6,76%	17,08%	8,42%	84,96%	133,67%	68,12%	3,30%	8,42%	7,76%	1,12	18,35%
MSCI World	6,43%	10,95%	6,17%	58,89%	79,51%	35,17%	3,91%	6,17%	5,33%	0,84	14,79%

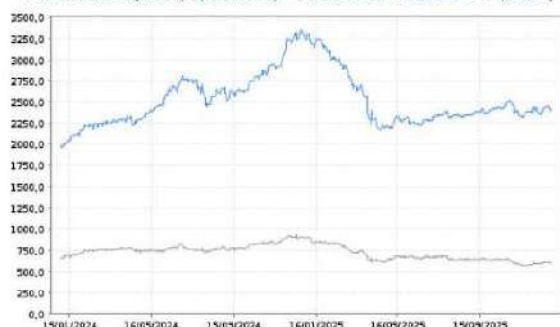
Fonte: Quantum Axis.

Nenhum dos fundos dessa classe ultrapassou os limites de VAR definido na Política de investimentos e tiveram indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, o que também pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

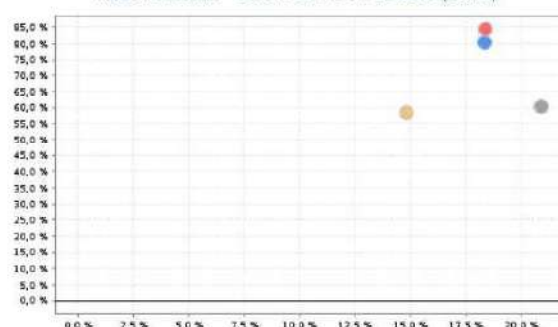
Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Gráficos

Patrimônio Líquido (R\$ Milhões) - 03/01/2024 a 31/12/2025 (diária)



Risco x Retorno - 03/01/2024 a 31/12/2025 (diária)



	Ativo	Retorno	Volatilidade	Patrimônio Líquido Atual
	CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I	80,34%	18,34%	R\$ 2.383.909.097,77
	MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVISORY CLASSE INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF AÇÕES	60,33%	20,88%	R\$ 607.293.596,11
	Global BDRX	84,38%	18,36%	-
	MSCI World	58,44%	14,80%	-

Nenhum dos fundos dessa classe ultrapassou os limites de VAR definido na Política de investimentos e tiveram indicadores de risco e retorno compatíveis com os seus benchmarks, o que também pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

7.4 CAPITAL PROTEGIDO

Os fundos de capital protegidos são fundos fechados que fazem uma operação estruturada que captura um movimento de alta de algum ativo, protegendo o capital investido. Nessa estratégia, temos dois fundos diferentes.

O fundo Rio Bravo Estratégico IPCA FI RF é um fundo de capital protegido que fez uma operação estruturada, buscando uma rentabilidade que acompanhe a variação do Ibovespa, com a proteção do capital investido, durante a vigência da estratégia de investimento. Conforme Fato relevante divulgado pelo administrador do fundo no dia 21/06/2022, os parâmetros do fundo foram:

- Enquadramento: Fundos de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a
- Período da Estratégia: de 02 de junho de 2023 a 16 de junho de 2025
- Barreira de Alta: 38%
- Pontuação IBOVESPA de Referência (01JUN 2023): 110.564,66 pontos
- Pontuação Barreira de alta: 152.579,23
- Prêmio de Rompimento de Barreira de alta: 6,5 % a.a.
- Retorno Mínimo: IPCA

Retornos dos cenários do fundo:

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Cenário	Rompimento Barreira de Alta*	Varição do IBOVESPA	Resultado no período**
1	Não	Positiva	IPCA do período + variação positiva do IBOVESPA
2	Não	Negativa	IPCA do período
3	Sim	Positiva	IPCA + 6,5% a.a.

*apurada no final da operação

**os resultados são brutos, antes de taxas e custos

Conforme comunicado da gestora Rio Bravo, a operação venceu no dia 16/06/2025, com a pontuação final do IBOVESPA de 139.255,91 pontos, equivalente a variação do índice de referência de 25,95% no período. Dessa forma, o Cenário 1 se concretizou, com retorno da operação estruturada em IPCA + 25,95% no período, o que corresponde a um retorno anualizado de IPCA + 12.02%.

O fundo RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO é uma operação estruturada que permite que o cotista fique exposto ao mesmo tempo aos 3 (três) índices que compõem as carteiras dos RPPS, quais sejam: índice de preços por meio do IMA-B5, bolsa local por meio do IBOVESPA e bolsa internacional por meio do S&P. Essa exposição, entretanto, é dinâmica de forma que o investidor possa capturar da melhor forma os movimentos do mercado e seus impactos nos referidos benchmarks, uma vez que a ponderação entre os três índices ocorrerá somente no final do prazo do investimento e será definida com base em suas respectivas rentabilidades, sendo que 50% do resultado será daquele índice com a melhor performance no período, 30% no índice com a segunda melhor performance e 20% no índice com a terceira melhor performance.

Conforme Fato relevante divulgado pelo administrador do fundo no dia 18/07/2024, os parâmetros do fundo são:

- Período da Estratégia: de **27 de junho de 2024 a 27 de julho de 2026**.
- Pontuação de Referência S&P500 (26 JUN 2024): 5.477,9000
- Pontuação de Referência IBOVESPA (26 JUN 2024): 122.641,3000
- Pontuação de Referência B5P211 (26 JUN 2024): 89,0021
- Retorno Mínimo: 0%

Dessa forma, a “Operação Estruturada” apresentará um dos seguintes resultados:

CENÁRIO	RETORNO ÍNDICES	RESULTADO NO PERÍODO
1	S&P500 > IBOVESPA > B5P211	50%*S&P500 + 30%*IBOVESPA + 20%*B5P211
2	S&P500 > B5P211 > IBOVESPA	50%*S&P500 + 30%*B5P211 + 20%*IBOVESPA
3	IBOVESPA > S&P500 > B5P211	50%*IBOVESPA + 30%*S&P500 + 20%*B5P211
4	IBOVESPA > B5P211 > S&P500	50%*IBOVESPA + 30%*B5P211 + 20%*S&P500
5	B5P211 > S&P500 > IBOVESPA	50%*B5P211 + 30%*S&P500 + 20%*IBOVESPA
6	B5P211 > IBOVESPA > S&P500	50%*B5P211 + 30%*IBOVESPA + 20%*S&P500

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Nome	Retorno								VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe - CDI	Volatilidade
	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Diária no mês Dez/2025	Diária no ano 2025	Diária no mês Dez/2025	Diária- Últimos 24 meses corridos	
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO RESP LTDA FIF MULTIMERCADO	2,32%	7,60%	16,91%				0,72%	16,91%	0,11%		
CDI	3,59%	7,43%	14,31%	26,74%	43,28%	61,01%	1,22%	14,31%	0,00%	0,00	0,11%

Fonte: Quantum Axis.

Gráficos



Os fundos não ultrapassaram os limites de VAR definido na Política de investimentos e tiveram indicadores de risco e retorno distintos do seu benchmark, conforme também pode ser verificado no diagrama de dispersão abaixo, retirado do sistema quantum, com o período de 2 anos.

8. FUNDOS ESTRESSADOS

O IpojucaPrev detém cotas de 6 fundos estressados que são fechados para resgate e que não têm liquidez para devolver os valores investidos pelos cotistas. Na maioria dos casos, os fundos adquiriram títulos de crédito que não foram honrados por seus devedores e coobrigados. Todos tiveram a troca de parte dos seus prestadores de serviço, tais como: administradores e gestores. Essas novas instituições estão trabalhando na tentativa de venda dos ativos para devolução do valor investido pelos cotistas, inclusive, de ações judiciais.

CNPJ	FUNDO	ENQUADRAMENTO
17.213.821/0001-09	CAIS MAUÁ DO BRASIL INFRAESTRUTURA FIP	FI em Participações - Art. 10º, II
11.490.580/0001-69	GERAÇÃO DE ENERGIA MULTISTRATÉGIA FIP	FI em Participações - Art. 10º, II
12.312.767/0001-35	BRASIL FLORESTAL MULTISTRATÉGIA FIP	FI em Participações - Art. 10º, II
13.633.964/0001-19	INVEST DUNAS FIDC MULTISSECTORIAL SÊNIOR LP	FI em Direitos Creditórios – Cota Sênior - Art. 7º, V, a
16.841.067/0001-99	SINGULARE FII - REIT11	FI Imobiliários - Art. 11º
13.842.683/0001-76	VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FII - VLJS11	FI Imobiliários - Art. 11º

Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos

Esses fundos demandam um acompanhamento mais próximo da gestão, uma vez que as decisões a serem tomadas impactam diretamente o resultado desse processo de desinvestimento. Para tal, é primordial a conversa constante com os atuais gestores/administradores desses fundos, a participação em Assembleias e deliberações a serem tomado, acompanhamento da divulgação de fatos relevantes e demais documentos oficiais. Por isso, os Conselheiros e membros do Comitê de Investimentos tiveram ciência de todo esse processo, com total transparência sobre a situação de cada um dos fundos. Todos tiveram acesso a esses documentos e foram inseridos no processo decisório sobre o desinvestimento. Durante as últimas semanas não houve divulgação de documentos relevantes que fizeram parte da pauta de assuntos da última reunião do Comitê de Investimentos, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

8.1 OCORRÊNCIAS NOS FUNDOS ESTRESSADOS

Durante as últimas semanas, não houve a divulgação de documentos ou convocações para assembleias referentes aos fundos estressados para compor a pauta da reunião do Comitê de Investimentos, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório visa manter a transparência na carteira de investimentos, facilitando o acompanhamento e melhorando as informações para fundamentar adequadamente os posteriores pareceres do Comitê de Investimentos, as deliberações do Conselho Fiscal e o acompanhamento do Conselho Deliberativo, além de estar disponível a todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas do IpojucaPrev.

Ademais, o seu principal objetivo é explanar as movimentações, detalhando as ações ocorridas em relação a Política de Investimento aprovada para o ano de 2025, pois a mesma é um instrumento importante para a observância dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência na aplicação dos recursos, e na avaliação de seus riscos.

Além disso, os servidores da Diretoria de Investimentos estarão sempre à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou questionamento que venha ocorrer referente às ações do setor, pois sempre prevalecerão as discussões e apontamentos dos Órgãos Colegiados: Conselho Deliberativo e Fiscal e o trabalho em conjunto da Diretoria de Investimentos com o Comitê de Investimentos.



AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA

 (081) 3551-0981 | 3551-2523

 @ipojucaprev

 www.ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br

 ouvidoria@ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br

 Acesse pelo Site do IpojucaPREV ou Aplicativo

PARECER Nº 01/2026 – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Os membros participantes da 1ª Reunião Ordinária de 2026 do Comitê de Investimentos do IpojucaPrev, que ocorreu de forma presencial na data de 27 de janeiro de 2026, no desempenho de suas competências de que trata o Decreto Municipal Nº 269 de 18 de janeiro de 2016, e suas alterações posteriores, após examinarem o **Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos** referente a competência de **dezembro de 2025**, deliberam por sua **APROVAÇÃO** final, sem nenhuma ressalva ou alteração. Salientamos que a ata da referida reunião, assim como, o Relatório de acompanhamento da Política de Investimentos, estarão disponíveis no site da autarquia, podendo ser acessado por qualquer interessado.

Ipojuca-PE, 27 de janeiro de 2026

Composição Do Comitê De Investimentos		
Nome	Matrícula	Membro
Marcelo Vilas-Boas Marinheiro Da Silva	66614	Titular
Anderson Jofre Gomes Da Silva	66615/1	Suplente
Agrinaldo Araújo Júnior	67185	Titular
Vanusa Souza Nascimento	66613	Suplente
Tacyto Themystocles Morais De Azevedo	69724	Titular
Maria De Lourdes Celestino Muniz De Souza	1081/1	Suplente
José Carlos de Aguiar Van Der Linden	80109/1	Titular
Márcio Fernando Soares Da Silva	180006/0	Suplente
Eduardo José da Silva	7999823/2	Titular
Diego Sostenes Da Costa	66997/1	Suplente
Aline Melo De Freitas	1286	Titular
Gabriel Dantas De Leon	1813073	Suplente

PARECER Nº 01/2026 – CONSELHO FISCAL

Os membros participantes da 1ª Reunião Ordinária de 2026 do Conselho Fiscal do IpojucaPrev, que ocorreu de forma híbrida na data de 27 de janeiro de 2026, no desempenho de suas competências de que tratam os artigos 66º e 67º da Lei Municipal nº 1.442, de 04 de setembro de 2006, e suas alterações posteriores, após receberem o Parecer nº 01/2026 do Comitê de Investimentos e examinarem o **Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos** referente a competência de **dezembro de 2025**, deliberam e concordam por sua **APROVAÇÃO** final, sem nenhuma ressalva. Salientamos que a ata da referida reunião, assim como, o Relatório de acompanhamento da Política de Investimentos, estarão disponíveis no site da autarquia, podendo ser acessado por qualquer interessado.

Ipojuca-PE, 27 de janeiro de 2026

Composição Do Conselho Fiscal		
Nome	Matrícula	Membro
Marcio Fernando Soares Da Silva	180006-0	Titular
Jimmy De Lima Pessoa	180047-7	Suplente
Anderson Jofre Gomes Da Silva	66615/1	Titular
Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras	70235/1	Suplente
Severino Paulo Da Fonseca	650	Titular
Adriclélia Ramos Silva Oliveira	70569	Suplente
Severino Gonçalves De Assis Guerra	013	Titular
João Luiz Da Silva	591	Suplente

RELATÓRIO GERAL DE INVESTIMENTOS

 Dezembro/2025

LEMA



Patrimônio

R\$ 696.938.004,05

Rentabilidade

Mês

0,75%

Acum.

13,90%

Meta

Mês

0,75%

Acum.

9,69%

Gap

Mês

-0,00p.p.

Acum.

4,21p.p.

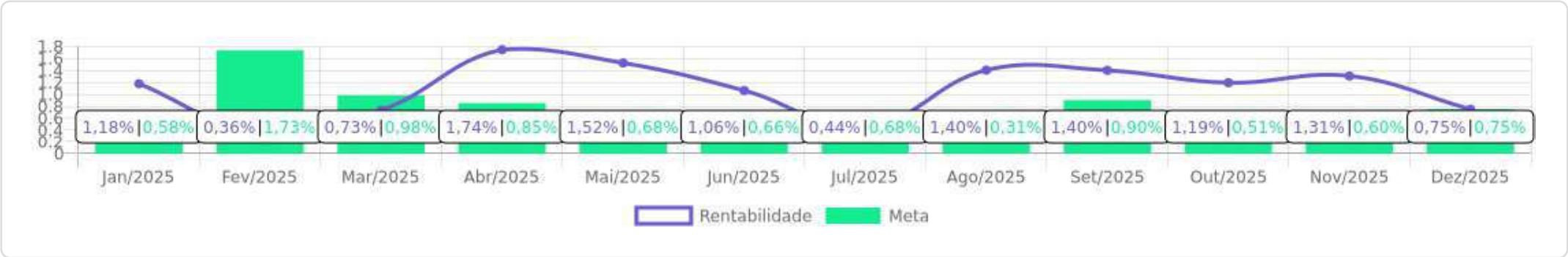
VaR_{1,252}

0,30%

Evolução do Patrimônio



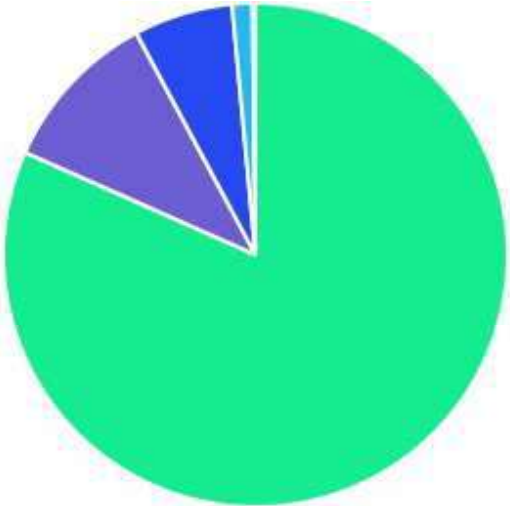
Comparativo (Rentabilidades | Metas)



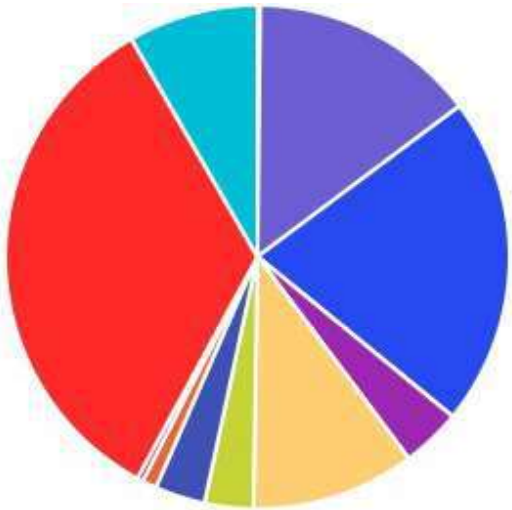
ATIVO	SALDO	CARTEIRA(%)	RESG.	CARÊN.	4.963	RETORNO (R\$)	(%)	TX ADM
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	R\$ 19.142.078,52	2,75%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 215.440,39	1,14%	0,20%
CAIXA BRASIL 2030 III TP FI RF	R\$ 3.495.056,65	0,50%	D+0	15/08/30	7, I "b"	R\$ 23.559,89	0,68%	0,20%
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI ...	R\$ 13.719.533,57	1,97%	D+1	-	7, I "b"	R\$ 124.779,55	0,92%	0,25%
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	R\$ 8.605.424,33	1,23%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 103.089,41	1,21%	0,20%
BB TP FI RF REF DI	R\$ 32.969.768,75	4,73%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 395.346,55	1,21%	0,10%
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	R\$ 23.850.286,68	3,42%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 285.813,81	1,21%	0,15%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	R\$ 27.814.548,88	3,99%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 132.759,86	0,42%	0,80%
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	R\$ 81.883.587,64	11,75%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 991.048,95	1,23%	0,20%
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	R\$ 37.619.615,01	5,40%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 452.948,04	1,22%	0,20%
INVEST DUNAS FIDC MULTISSETORIAL SÊ...	R\$ 36.147,31	0,01%	VR	-	7, V "a"	R\$ 888,56	2,52%	-
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I F...	R\$ 21.544.945,23	3,09%	D+31	-	7, V "b"	R\$ 243.228,06	1,14%	0,50%
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL E...	R\$ 5.137.615,18	0,74%	46	-	7, V "b"	R\$ 61.092,99	1,20%	0,60%
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	R\$ 13.553.923,61	1,94%	D+15	-	8, I	R\$ -175.439,53	-1,28%	2,00%
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	R\$ 9.337.646,57	1,34%	D+20	-	8, I	R\$ -145.448,02	-1,53%	2,00%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	R\$ 13.315.372,51	1,91%	D+29	-	8, I	R\$ -595.543,71	-4,28%	2,00%
PLURAL DIVIDENDOS FIA	R\$ 8.263.090,77	1,19%	D+3	-	8, I	R\$ 90.804,04	1,11%	2,00%
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA	R\$ 6.450.818,00	0,93%	D+32	-	8, I	R\$ 16.768,38	0,26%	1,90%
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	R\$ 7.942.293,84	1,14%	D+3	-	8, I	R\$ -237.171,17	-2,90%	3,00%
KÍNITRO FIF AÇÕES	R\$ 8.957.061,14	1,29%	D+10	-	8, I	R\$ -131.025,96	-1,44%	2,00%
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	R\$ 5.358.731,60	0,77%	D+3	-	8, I	R\$ 16.644,67	0,31%	2,00%
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOM...	R\$ 5.004.507,07	0,72%	D+6	-	9, II	R\$ 36.438,77	0,73%	0,80%
MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVI...	R\$ 3.846.151,15	0,55%	D+6	-	9, II	R\$ 173.576,42	4,73%	0,80%

CAIXA EXPERT PIMCO INCOME MULTIMER...	R\$ 12.944.498,49	1,86%	8	-	9, II	R\$ 171.200,85	1,34%	0,93%
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇ...	R\$ 22.462.624,39	3,22%	D+3	-	9, III	R\$ 680.268,80	3,12%	0,70%
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO FI MU...	R\$ 6.447.173,18	0,93%	D+3	18/07/26	10, I	R\$ 46.269,86	0,72%	1,15%
BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA	R\$ 2.650.524,79	0,38%	-	-	10, II	R\$ -560,06	-0,02%	0,28%
GERAÇÃO DE ENERGIA MULTIESTRATÉGI...	R\$ 0,00	0,00%	VR	-	10, II	R\$ 0,00	0,00%	0,30%
SINGULARE FII - REIT11	R\$ 619.416,70	0,09%	-	-	11	R\$ 3.713,45	0,59%	1,36%
VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS F...	R\$ 623.049,13	0,09%	-	-	11	R\$ -13.892,82	-2,18%	2,25%
TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 235.250.933,74	33,75%	-	-	7, I "a"	R\$ 1.893.987,36	0,81%	-
TÍTULOS PRIVADOS	R\$ 58.091.508,50	8,34%	-	-	7, IV	R\$ 467.534,64	0,81%	-
Total investimentos	R\$ 696.937.932,93	100.00%				R\$ 5.328.122,03	0,75%	
Disponibilidade	R\$ 71,12	-				-	-	
Total patrimônio	R\$ 696.938.004,05	100.00%				-	-	

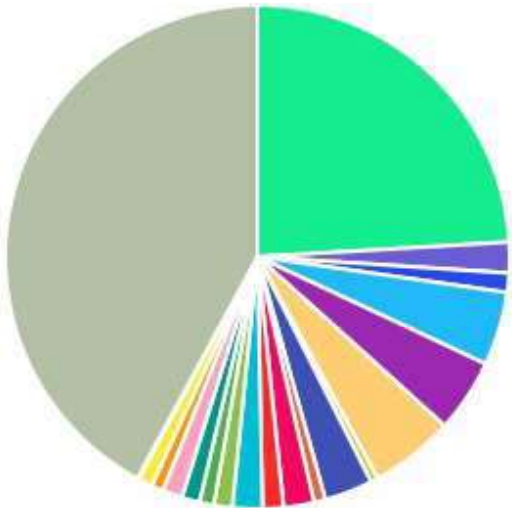
CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	81,67%	R\$ 569.161.049,99	
Renda Variável	10,50%	R\$ 73.178.938,04	
Exterior	6,35%	R\$ 44.257.781,10	
Estruturados	1,31%	R\$ 9.097.697,97	
Fundos Imobiliários	0,18%	R\$ 1.242.465,83	
Total	100,00%	R\$ 696.937.932,93	



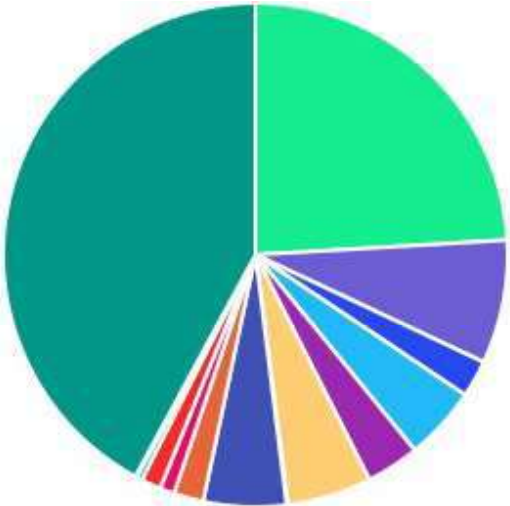
ENQUADRAMENTO	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
7, I "a"	33,75%	R\$ 235.250.933,74	
7, III "a"	21,14%	R\$ 147.317.751,53	
7, I "b"	14,60%	R\$ 101.782.148,50	
8, I	10,50%	R\$ 73.178.938,04	
7, IV	8,34%	R\$ 58.091.508,50	
7, V "b"	3,83%	R\$ 26.682.560,41	
9, III	3,22%	R\$ 22.462.624,39	
9, II	3,13%	R\$ 21.795.156,71	
10, I	0,93%	R\$ 6.447.173,18	
10, II	0,38%	R\$ 2.650.524,79	
11	0,18%	R\$ 1.242.465,83	
7, V "a"	0,01%	R\$ 36.147,31	
Total	100,00%	R\$ 696.937.932,93	



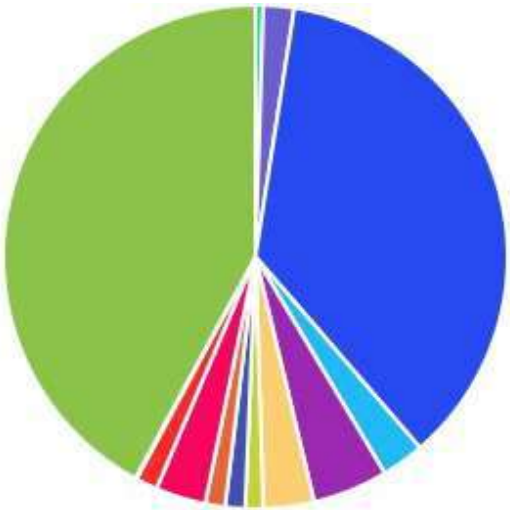
GESTOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	42,09%	R\$ 293.342.442,24	
CAIXA DISTRIBUIDORA	24,07%	R\$ 167.742.394,57	
BANCO BRADESCO	5,40%	R\$ 37.619.615,01	
BB GESTAO	4,73%	R\$ 32.969.768,75	
XP ALLOCATION	4,69%	R\$ 32.700.944,90	
BTG PACTUAL	3,09%	R\$ 21.544.945,23	
ICATU VANGUARDA	1,97%	R\$ 13.719.533,57	
CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS	1,94%	R\$ 13.553.923,61	
AZ QUEST	1,91%	R\$ 13.315.372,51	
4UM GESTÃO	1,34%	R\$ 9.337.646,57	
OWN PARTNERS	1,29%	R\$ 8.957.061,14	
BANCO DO NORDESTE	1,23%	R\$ 8.605.424,33	
PLURAL INVESTIMENTOS	1,19%	R\$ 8.263.090,77	
XP GESTÃO	1,14%	R\$ 7.942.293,84	
GUEPARDO INVESTIMENTOS	0,93%	R\$ 6.450.818,00	
RIO BRAVO	0,93%	R\$ 6.447.173,18	
FINACAP INVESTIMENTOS	0,77%	R\$ 5.358.731,60	
SUL AMÉRICA	0,74%	R\$ 5.137.615,18	
QLZ GESTÃO	0,47%	R\$ 3.309.721,23	
GV ATACAMA	0,09%	R\$ 619.416,70	
GENIAL GESTÃO	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 696.937.932,93	



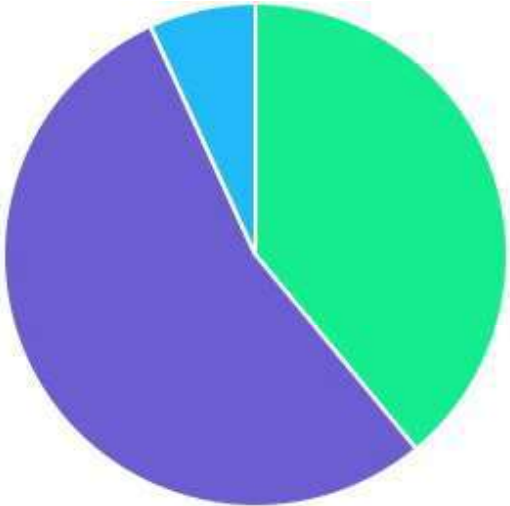
ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	42,09%	R\$ 293.342.442,24	
CAIXA ECONOMICA	24,07%	R\$ 167.742.394,57	
BEM - DISTRIBUIDORA	7,94%	R\$ 55.370.541,30	
BANCO BRADESCO	5,40%	R\$ 37.619.615,01	
BTG PACTUAL	5,30%	R\$ 36.949.179,55	
BB GESTAO	4,73%	R\$ 32.969.768,75	
XP SERVIÇOS	3,42%	R\$ 23.850.286,68	
S3 CACEIS	2,37%	R\$ 16.547.718,17	
INTRAG DTVM	1,91%	R\$ 13.315.372,51	
BANCO BNP PARIBAS	1,27%	R\$ 8.850.658,22	
BANCO DAYCOVAL	0,93%	R\$ 6.450.818,00	
BNY MELLON	0,38%	R\$ 2.650.524,79	
SINGULARE CORRETORA	0,09%	R\$ 655.564,01	
PLANNER CORRETORA	0,09%	R\$ 623.049,13	
RJI CORRETORA	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 696.937.932,93	



BENCHMARK	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	42,09%	R\$ 293.342.442,24	
CDI	36,22%	R\$ 252.406.437,50	
IBOVESPA	4,82%	R\$ 33.626.563,98	
SMLL	3,25%	R\$ 22.653.019,08	
GLOBAL BDRX	3,22%	R\$ 22.462.624,39	
IRF-M 1	2,75%	R\$ 19.142.078,52	
IMA-B 5	1,97%	R\$ 13.719.533,57	
IPCA	1,39%	R\$ 9.717.114,67	
IBRX 50	1,29%	R\$ 8.957.061,14	
MSCI World	1,27%	R\$ 8.850.658,22	
IDIV	1,14%	R\$ 7.942.293,84	
IMA-B	0,50%	R\$ 3.495.056,65	
IFIX	0,09%	R\$ 623.049,13	
Total	100,00%	R\$ 696.937.932,93	



LIQUIDEZ	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
0 a 30 dias	54,17%	R\$ 377.523.716,75	
Acima 2 anos	39,00%	R\$ 271.772.523,06	
31 a 180 dias	6,83%	R\$ 47.605.545,80	
(vide regulamento)	0,01%	R\$ 36.147,31	
Total	100,00%	R\$ 696.937.932,93	



RENDA FIXA	RESOLUÇÃO(%)	CARTEIRA (R\$)	(%)	POLÍTICA DE INVESTIMENTO		
				Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - 7, I "a"	100%	R\$ 235.250.933,74	33.75%	0,00%	30,00%	50,00%
FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN - 7, I "b"	100%	R\$ 101.782.148,50	14.60%	10,00%	20,00%	90,00%
FI em Índices de Renda Fixa 100% títulos TN - 7, I "c"	100%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações Compromissadas - 7, II	5%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa - 7, III "a"	70%	R\$ 147.317.751,53	21.14%	10,00%	10,00%	50,00%
FI de Índices Renda Fixa - 7, III "b"	70%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ativos Bancários - 7, IV	20%	R\$ 58.091.508,50	8.34%	0,00%	10,00%	20,00%
FI Direitos Creditórios (FIDC) - sênior - 7, V "a"	10%	R\$ 36.147,31	0.01%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - 7, V "b"	10%	R\$ 26.682.560,41	3.83%	0,00%	5,00%	10,00%
FI Debêntures - 7, V "c"	10%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Renda Fixa		R\$ 569.161.049,99	81,67%			
RENDA VARIÁVEL	RESOLUÇÃO(%)	CARTEIRA (R\$)	(%)	Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
FI Ações - 8, I	40%	R\$ 73.178.938,04	10.50%	0,00%	10,00%	20,00%
FI de Índices Ações - 8, II	40%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Renda Variável		R\$ 73.178.938,04	10,50%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	RESOLUÇÃO(%)	CARTEIRA (R\$)	(%)	Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
FI Renda Fixa - Dívida Externa - 9, I	10%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	10,00%
FI Investimento no Exterior - 9, II	10%	R\$ 21.795.156,71	3.13%	0,00%	3,00%	10,00%
FI Ações - BDR Nível I - 9, III	10%	R\$ 22.462.624,39	3.22%	0,00%	2,00%	10,00%
Total Investimentos no Exterior		R\$ 44.257.781,10	6,35%			

FUNDOS ESTRUTURADOS	RESOLUÇÃO(%)	CARTEIRA (R\$)	(%)	POLÍTICA DE INVESTIMENTO		
				Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
FI Multimercado - aberto - 10, I	10%	R\$ 6.447.173,18	0.93%	0,00%	8,00%	10,00%
FI em Participações - 10, II	5%	R\$ 2.650.524,79	0.38%	0,00%	1,00%	5,00%
FI "Ações - Mercado de Acesso" - 10, III	5%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Fundos Estruturados		R\$ 9.097.697,97	1,31%			
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	RESOLUÇÃO(%)	CARTEIRA (R\$)	(%)	Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
FI Imobiliário - 11	10%	R\$ 1.242.465,83	0.18%	0,00%	1,00%	5,00%
Total Fundos Imobiliários		R\$ 1.242.465,83	0,18%			
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	RESOLUÇÃO(%)	CARTEIRA (R\$)	(%)	Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
Empréstimos Consignados - 12	10%	R\$ 0,00	0.00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Empréstimos Consignados		R\$ 0,00	0,00%			
Total Global		R\$ 696.937.932,93	100,00%			

PERÍODO	SALDO ANTERIOR	SALDO FINAL	META	RENT.(R\$)	RENT.(%)	GAP
2025	IPCA + 5.2% a.a.					
Janeiro	R\$ 564.070.152,18	R\$ 565.064.938,58	0,58%	R\$ 6.721.913,16	1,18%	0,59p.p.
Fevereiro	R\$ 565.064.938,58	R\$ 573.246.615,95	1,73%	R\$ 1.919.722,92	0,36%	-1,37p.p.
Março	R\$ 573.246.615,95	R\$ 578.169.262,64	0,98%	R\$ 4.403.162,15	0,73%	-0,25p.p.
Abril	R\$ 578.169.262,64	R\$ 591.534.976,76	0,85%	R\$ 10.152.849,65	1,74%	0,89p.p.
Maiο	R\$ 591.534.976,76	R\$ 604.115.470,99	0,68%	R\$ 8.892.035,28	1,52%	0,84p.p.
Junho	R\$ 604.115.470,99	R\$ 610.223.929,17	0,66%	R\$ 6.620.276,77	1,06%	0,40p.p.
Julho	R\$ 610.223.929,17	R\$ 616.954.602,98	0,68%	R\$ 2.716.870,63	0,44%	-0,24p.p.
Agosto	R\$ 616.954.602,98	R\$ 628.810.579,76	0,31%	R\$ 8.456.825,76	1,40%	1,09p.p.
Setembro	R\$ 628.810.579,76	R\$ 642.371.475,74	0,90%	R\$ 9.067.172,81	1,40%	0,50p.p.
Outubro	R\$ 642.371.475,74	R\$ 654.178.862,86	0,51%	R\$ 7.787.231,46	1,19%	0,68p.p.
Novembro	R\$ 654.178.862,86	R\$ 666.801.496,65	0,60%	R\$ 8.394.526,10	1,31%	0,70p.p.
Dezembro	R\$ 666.801.496,65	R\$ 696.938.004,05	0,75%	R\$ 5.328.122,03	0,75%	-0,00p.p.
Total	R\$ 666.801.496,65	R\$ 696.938.004,05	9,69%	R\$ 80.460.708,71	13,90%	4,21p.p.
2024	IPCA + 4.99% a.a.					
Janeiro	R\$ 468.198.507,52	R\$ 478.025.658,45	0,83%	R\$ 1.039.641,07	0,22%	-0,61p.p.
Fevereiro	R\$ 478.025.658,45	R\$ 487.550.292,57	1,24%	R\$ 5.682.400,07	1,19%	-0,05p.p.
Março	R\$ 487.550.292,57	R\$ 492.171.576,12	0,57%	R\$ 4.341.649,67	0,88%	0,31p.p.
Abril	R\$ 492.171.576,12	R\$ 493.639.485,48	0,79%	R\$ -1.550.648,57	-0,30%	-1,09p.p.
Maiο	R\$ 493.639.485,48	R\$ 499.888.589,78	0,87%	R\$ 3.408.975,69	0,69%	-0,17p.p.
Junho	R\$ 499.888.589,78	R\$ 505.734.857,47	0,62%	R\$ 5.590.793,78	1,11%	0,49p.p.
Julho	R\$ 505.734.857,47	R\$ 515.621.858,80	0,79%	R\$ 6.875.515,14	1,36%	0,57p.p.

Agosto	R\$ 515.621.858,80	R\$ 525.100.320,40	0,39%	R\$ 6.764.330,36	1,31%	0,93p.p.
Setembro	R\$ 525.100.320,40	R\$ 528.028.378,81	0,85%	R\$ 118.436,86	0,01%	-0,83p.p.
Outubro	R\$ 528.028.378,81	R\$ 536.847.161,25	0,97%	R\$ 3.846.641,20	0,72%	-0,25p.p.
Novembro	R\$ 536.847.161,25	R\$ 544.817.165,63	0,80%	R\$ 3.929.378,36	0,74%	-0,05p.p.
Dezembro	R\$ 544.817.165,63	R\$ 564.070.152,18	0,93%	R\$ -328.630,57	-0,07%	-0,99p.p.
Total	R\$ 544.817.165,63	R\$ 564.070.152,18	10,06%	R\$ 39.718.483,05	8,11%	-1,95p.p.
2023 IPCA + 4.98% a.a.						
Janeiro	R\$ 389.533.578,36	R\$ 395.460.918,06	0,94%	R\$ 6.268.889,75	1,61%	0,67p.p.
Fevereiro	R\$ 395.460.918,06	R\$ 397.605.356,92	1,25%	R\$ -410.615,56	-0,10%	-1,35p.p.
Março	R\$ 397.605.356,92	R\$ 401.606.512,98	1,12%	R\$ 3.014.647,88	0,74%	-0,38p.p.
Abril	R\$ 401.606.512,98	R\$ 407.655.620,79	1,02%	R\$ 3.745.416,49	0,92%	-0,09p.p.
Maiο	R\$ 407.655.620,79	R\$ 417.521.573,53	0,64%	R\$ 7.704.783,26	1,89%	1,25p.p.
Junho	R\$ 417.521.573,53	R\$ 424.168.306,07	0,33%	R\$ 7.181.781,57	1,71%	1,38p.p.
Julho	R\$ 424.168.306,07	R\$ 432.696.318,03	0,53%	R\$ 6.069.109,48	1,42%	0,90p.p.
Agosto	R\$ 432.696.318,03	R\$ 436.117.622,34	0,64%	R\$ 885.469,84	0,21%	-0,43p.p.
Setembro	R\$ 436.117.622,34	R\$ 437.778.844,80	0,67%	R\$ 335.755,57	0,07%	-0,60p.p.
Outubro	R\$ 437.778.844,80	R\$ 440.326.931,86	0,65%	R\$ -1.164.892,94	-0,26%	-0,90p.p.
Novembro	R\$ 440.326.931,86	R\$ 455.586.708,21	0,69%	R\$ 12.532.744,47	2,83%	2,15p.p.
Dezembro	R\$ 455.586.708,21	R\$ 468.198.507,52	0,97%	R\$ 8.626.711,88	1,86%	0,89p.p.
Total	R\$ 455.586.708,21	R\$ 468.198.507,52	9,83%	R\$ 54.789.801,69	13,62%	3,79p.p.
2022 IPCA + 4.85% a.a.						
Janeiro	R\$ 345.451.865,69	R\$ 342.475.507,99	0,94%	R\$ 125.264,85	0,04%	-0,90p.p.
Fevereiro	R\$ 342.475.507,99	R\$ 342.911.872,40	1,41%	R\$ -1.336.234,00	-0,40%	-1,80p.p.

Março	R\$ 342.911.872,40	R\$ 351.800.929,33	2,02%	R\$ 6.882.845,70	1,95%	-0,07p.p.
Abril	R\$ 351.800.929,33	R\$ 350.927.402,62	1,46%	R\$ -3.131.084,93	-0,94%	-2,40p.p.
Maiο	R\$ 350.927.402,62	R\$ 354.515.663,38	0,87%	R\$ 2.412.188,42	0,69%	-0,18p.p.
Junho	R\$ 354.515.663,38	R\$ 349.740.614,75	1,07%	R\$ -4.859.998,17	-1,38%	-2,44p.p.
Julho	R\$ 349.740.614,75	R\$ 357.583.444,86	-0,28%	R\$ 5.173.826,06	1,47%	1,76p.p.
Agosto	R\$ 357.583.444,86	R\$ 364.884.497,12	0,04%	R\$ 4.762.850,57	1,34%	1,31p.p.
Setembro	R\$ 364.884.497,12	R\$ 367.545.140,17	0,11%	R\$ -145.134,55	-0,05%	-0,15p.p.
Outubro	R\$ 367.545.140,17	R\$ 377.495.887,98	0,99%	R\$ 7.592.120,93	2,05%	1,06p.p.
Novembro	R\$ 377.495.887,98	R\$ 378.189.692,11	0,81%	R\$ -1.744.879,43	-0,45%	-1,25p.p.
Dezembro	R\$ 378.189.692,11	R\$ 389.533.578,36	1,02%	R\$ 1.038.524,77	0,27%	-0,75p.p.
Total	R\$ 378.189.692,11	R\$ 389.533.578,36	10,92%	R\$ 16.770.290,22	4,61%	-6,31p.p.
2021 IPCA + 5.42% a.a.						
Janeiro	R\$ 317.714.775,06	R\$ 312.733.122,49	0,69%	R\$ -1.666.215,26	-0,53%	-1,23p.p.
Fevereiro	R\$ 312.733.122,49	R\$ 311.607.937,74	1,30%	R\$ -2.735.819,39	-0,89%	-2,19p.p.
Março	R\$ 311.607.937,74	R\$ 316.251.894,47	1,37%	R\$ 2.928.016,41	0,92%	-0,46p.p.
Abril	R\$ 316.251.894,47	R\$ 321.020.692,16	0,75%	R\$ 2.442.746,64	0,77%	0,02p.p.
Maiο	R\$ 321.020.692,16	R\$ 327.109.136,42	1,27%	R\$ 4.151.024,86	1,27%	0,00p.p.
Junho	R\$ 327.109.136,42	R\$ 328.093.209,45	0,97%	R\$ 1.412.791,35	0,37%	-0,60p.p.
Julho	R\$ 328.093.209,45	R\$ 329.277.093,61	1,40%	R\$ -1.498.882,75	-0,46%	-1,86p.p.
Agosto	R\$ 329.277.093,61	R\$ 328.568.792,38	1,31%	R\$ -2.655.099,91	-0,84%	-2,15p.p.
Setembro	R\$ 328.568.792,38	R\$ 325.943.357,05	1,60%	R\$ -3.690.591,91	-1,20%	-2,80p.p.
Outubro	R\$ 325.943.357,05	R\$ 325.744.187,57	1,69%	R\$ -3.133.645,64	-0,96%	-2,65p.p.
Novembro	R\$ 325.744.187,57	R\$ 329.432.366,44	1,39%	R\$ 1.735.227,47	0,54%	-0,85p.p.

Dezembro	R\$ 329.432.366,44	R\$ 345.451.865,69	1,17%	R\$ 4.301.700,84	1,31%	0,14p.p.
Total	R\$ 329.432.366,44	R\$ 345.451.865,69	16,03%	R\$ 1.591.252,71	0,25%	-15,78p.p.

ATIVO	CNPJ	RENTABILIDADE				
		Mês (%)	Ano (%)	12 meses (%)	24 meses (%)	Início (%)
BB IRF-M 1 TP FIC RF...	11.328.882/0001-35	-	-	9,10%	23,22%	23,22%
CAIXA BRASIL FI RF REF DI...	03.737.206/0001-97	1,23%	13,27%	13,27%	24,84%	45,51%
BB PERFIL FIC RF REF DI...	13.077.418/0001-49	-	3,39%	10,71%	24,43%	40,48%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES...	14.508.643/0001-55	0,42%	8,74%	8,74%	14,58%	701,15%
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RF PREVID	25.078.994/0001-90	-	-	3,29%	-	1,98%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	23.215.097/0001-55	-	-	10,46%	11,06%	11,11%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI...	10.740.670/0001-06	1,14%	14,51%	14,51%	25,07%	44,46%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI...	11.060.913/0001-10	-	-	-	-	1,80%
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID...	03.543.447/0001-03	-	-	-	-	3,70%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP...	14.386.926/0001-71	-	-	9,35%	-	9,79%
CAIXA BRASIL 2024 I TP FI...	18.598.288/0001-03	-	-	10,82%	19,94%	30,51%
BNB PLUS FIC RF LP	06.124.241/0001-29	-	-	10,06%	24,53%	36,33%
CAIXA INSTITUCIONAL BDR...	17.502.937/0001-68	3,12%	7,54%	7,54%	80,97%	109,36%
INVEST DUNAS FIDC...	13.633.964/0001-19	2,52%	122,90%	122,90%	660,77%	2,26e+11%
BNB RPPS IMA-B FI RF	08.266.261/0001-60	-	2,47%	-0,01%	5,08%	3,05%
CAIXA BRASIL 2030 III TP FI...	20.139.534/0001-00	0,68%	12,24%	12,24%	10,73%	31,60%
CAIXA BRASIL 2024 IV TP FI...	20.139.595/0001-78	-	-	7,77%	19,71%	30,27%
CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF...	14.508.605/0001-00	-	3,90%	3,87%	13,11%	11,26%
SULAMÉRICA INFLATIE FI RF LP	09.326.708/0001-01	-	-	-	-	-4,26%
SINGULARE FII - REIT11	16.841.067/0001-99	0,59%	8,82%	8,82%	13,47%	39,95%
BB IMA-B TP FI RF	07.442.078/0001-05	-	2,06%	-0,64%	-	2,82%

CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS...	15.154.441/0001-15	-	13,79%	11,08%	20,59%	28,94%
BB TP IPCA I FI RF...	19.303.793/0001-46	-	-	12,24%	-	16,02%
BB TP VII FI RF PREVID	19.523.305/0001-06	-	-	12,22%	-	15,95%
CAIS MAUÁ DO BRASIL FIP	17.213.821/0001-09	-	-	-	-	-100,00%
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	03.399.411/0001-90	1,22%	14,20%	14,20%	27,25%	57,06%
BB TP IPCA FI RF PREVID	15.486.093/0001-83	-	-	9,92%	20,55%	22,58%
BB TP XI FI RF PREVID	24.117.278/0001-01	-	-	12,16%	-	15,88%
CAIXA JUROS E...	14.120.520/0001-42	-	-	-	-	6,97%
GERAÇÃO DE ENERGIA...	11.490.580/0001-69	-	0,03%	-6,15%	-	-
BRADESCO SELECTION FI AÇÕES	03.660.879/0001-96	-	-	-	-	-1,19%
BB TP X FI RF PREVID	20.734.931/0001-20	-	-	11,01%	23,27%	38,12%
SULAMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	11.458.144/0001-02	-	-	-26,38%	-	-23,36%
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	15.154.220/0001-47	-	-	-28,63%	-	-21,31%
CAIXA RV 30...	03.737.188/0001-43	-	-	9,98%	12,45%	11,45%
BTG PACTUAL 2024 TP FI RF	23.176.675/0001-91	-	-	10,74%	15,17%	29,19%
AZ LEGAN VALORE FI RF CRÉDITO...	19.782.311/0001-88	-	-	-	-	1,62%
VECTOR QUELUZ LAJES...	13.842.683/0001-76	-	-	-	-	-21,16%
CAIXA BOLSA AMERICANA...	30.036.235/0001-02	-	-	15,28%	-	17,60%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RF	28.515.874/0001-09	-	-	4,16%	-	2,55%
BRASIL FLORESTAL FIP...	12.312.767/0001-35	-0,02%	-0,35%	-0,35%	-0,71%	-2,47%
BRADESCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	06.988.623/0001-09	-	-	-19,40%	-	-9,29%
BB TP FI RF REF DI...	11.046.645/0001-81	1,21%	14,13%	14,13%	-	16,92%
BTG PACTUAL ABSOLUTO...	11.977.794/0001-64	-	17,19%	3,36%	1,32%	-28,93%

ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	24.571.992/0001-75	-	15,08%	5,63%	36,59%	25,92%
ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	02.887.290/0001-62	-	-	-	-	4,71%
SUL AMÉRICA ÍNDICES FI RF LP	16.892.116/0001-12	-	-	4,75%	-	4,55%
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY...	35.002.482/0001-01	0,73%	13,05%	13,05%	32,91%	29,99%
MS GLOBAL OPPORTUNITIES...	33.913.562/0001-85	4,73%	-1,37%	-1,37%	57,90%	14,81%
SULAMÉRICA SELECTION FIC AÇÕES	34.525.068/0001-06	-	-	14,16%	-14,55%	-26,92%
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	11.182.064/0001-77	-1,28%	24,62%	24,62%	12,17%	29,25%
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	09.550.197/0001-07	-1,53%	22,32%	22,32%	11,22%	48,16%
BB FATORIAL FIC AÇÕES	07.882.792/0001-14	-	3,23%	1,44%	9,06%	7,03%
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	05.964.067/0001-60	0,31%	7,17%	-	-	7,17%
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	30.568.193/0001-42	1,21%	14,11%	14,11%	-	16,89%
VECTOR QUELUZ LAJES...	13.842.683/0001-76	-2,18%	-16,70%	-16,70%	-26,21%	-23,96%
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC...	14.171.644/0001-57	1,14%	14,72%	14,72%	29,36%	65,64%
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RENDA...	10.922.432/0001-03	0,92%	11,24%	11,24%	17,94%	37,20%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC...	11.392.165/0001-72	-4,28%	31,09%	31,09%	26,57%	34,62%
RIO BRAVO PROTEÇÃO II FUNDO DE...	44.602.982/0001-67	-	-	2,33%	4,19%	6,46%
ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	06.175.696/0001-73	-	-	-	-	0,80%
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL...	38.280.883/0001-03	0,26%	25,38%	25,38%	-	7,51%
ICATU VANGUARDA FI RF INFLAÇÃO CP...	19.719.727/0001-51	-	-	8,43%	-	8,43%
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	16.575.255/0001-12	-2,90%	15,23%	-	-	15,23%
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IPCA FUNDO DE...	50.533.505/0001-90	-	17,29%	24,48%	33,88%	33,18%
PLURAL DIVIDENDOS FIA	11.898.280/0001-13	1,11%	41,71%	41,71%	20,33%	38,24%
CAIXA EXPERT PIMCO...	51.659.921/0001-00	1,34%	18,88%	18,88%	-	25,02%

RIO BRAVO PROTEÇÃO...	55.274.339/0001-78	0,72%	16,91%	16,91%	-	21,64%
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	26.559.284/0001-44	1,21%	10,84%	-	-	10,84%
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL...	34.525.051/0001-59	1,20%	2,75%	-	-	2,75%
KÍNITRO FIF AÇÕES	27.749.572/0001-24	-1,44%	11,96%	-	-	11,96%

TÍTULO	VENC.	COMPRA	QTD.	P.U. COMPRA ATUAL		MARCAÇÃO	VALOR COMPRA	VALOR ATUAL	RETORNO
NTN-B 2026	15/08/26	06/08/25	1335	4.494,37	4.573,69	CURVA 10,14%	R\$ 5.999.984,60	R\$ 6.105.879,12	R\$ 67.805,21 (1,12%)
NTN-B 2026	15/08/26	24/09/21	307	3.900,48	4.720,08	CURVA 4,55%	R\$ 1.197.446,76	R\$ 1.449.063,31	R\$ 9.560,67 (0,66%)
NTN-B 2026	15/08/26	06/01/22	100	3.976,86	4.700,52	CURVA 5,27%	R\$ 397.686,14	R\$ 470.051,78	R\$ 3.381,00 (0,72%)
NTN-B 2027	15/05/27	30/05/23	1898	4.214,06	4.479,20	MERCADO	R\$ 7.998.281,58	R\$ 8.501.517,72	R\$ 92.426,69 (1,10%)
NTN-B 2029	15/05/29	24/05/24	1290	4.264,88	4.604,03	CURVA 6,14%	R\$ 5.501.689,74	R\$ 5.939.201,32	R\$ 46.932,45 (0,80%)
NTN-B 2030	15/08/30	06/01/22	316	4.051,28	4.817,72	CURVA 5,29%	R\$ 1.280.204,51	R\$ 1.522.398,08	R\$ 10.975,56 (0,73%)
NTN-B 2030	15/08/30	25/11/24	1450	4.274,50	4.545,07	CURVA 6,84%	R\$ 6.198.028,90	R\$ 6.590.357,05	R\$ 55.850,00 (0,85%)
NTN-B 2030	15/08/30	24/09/21	951	4.016,33	4.931,05	CURVA 4,68%	R\$ 3.819.531,39	R\$ 4.689.432,01	R\$ 31.445,23 (0,68%)
NTN-B 2032	15/08/32	21/11/22	686	4.004,42	4.312,54	MERCADO	R\$ 2.747.031,03	R\$ 2.958.400,62	R\$ 7.736,51 (0,26%)
NTN-B 2035	15/05/35	11/10/24	2474	4.283,39	4.465,66	CURVA 6,53%	R\$ 10.597.101,56	R\$ 11.048.054,62	R\$ 90.801,58 (0,83%)
NTN-B 2035	15/05/35	21/11/22	697	3.943,16	4.215,09	MERCADO	R\$ 2.748.382,52	R\$ 2.937.914,62	R\$ 10.908,23 (0,37%)
NTN-B 2035	15/05/35	06/01/22	356	4.056,13	4.848,44	CURVA	R\$ 1.443.980,50	R\$ 1.726.046,21	R\$ 12.487,41 (0,73%)

unoapp.com.br

						5,32%			
NTN-B 2035	15/05/35	24/09/21	1081	4.179,92	5.044,46	CURVA 4,75%	R\$ 4.518.492,43	R\$ 5.453.056,85	R\$ 36.883,08 (0,68%)
NTN-B 2040	15/08/40	11/06/24	1398	4.292,66	4.610,90	CURVA 6,20%	R\$ 6.001.133,37	R\$ 6.446.043,69	R\$ 51.290,04 (0,80%)
NTN-B 2040	15/08/40	20/12/21	382	4.198,69	5.059,47	CURVA 5,20%	R\$ 1.603.897,77	R\$ 1.932.716,73	R\$ 13.790,52 (0,72%)
NTN-B 2040	15/08/40	06/01/22	388	4.132,47	4.965,27	CURVA 5,40%	R\$ 1.603.397,32	R\$ 1.926.525,22	R\$ 14.063,19 (0,74%)
NTN-B 2040	15/08/40	18/06/24	1175	4.252,88	4.559,69	CURVA 6,33%	R\$ 4.997.135,41	R\$ 5.357.632,79	R\$ 43.169,52 (0,81%)
NTN-B 2040	15/08/40	24/09/21	1400	4.188,52	5.235,28	CURVA 4,84%	R\$ 5.863.923,39	R\$ 7.329.398,87	R\$ 50.120,50 (0,69%)
NTN-B 2040	15/08/40	03/07/24	2623	4.193,90	4.482,12	CURVA 6,52%	R\$ 11.000.598,11	R\$ 11.756.609,76	R\$ 96.543,85 (0,83%)
NTN-B 2045	15/05/45	24/09/21	1300	4.296,32	5.257,10	CURVA 4,88%	R\$ 5.585.216,00	R\$ 6.834.224,16	R\$ 46.956,24 (0,69%)
NTN-B 2045	15/05/45	24/04/25	4134	3.928,46	3.932,97	CURVA 7,55%	R\$ 16.240.250,44	R\$ 16.258.885,71	R\$ 147.127,72 (0,91%)
NTN-B 2045	15/05/45	13/12/22	646	3.865,42	4.090,01	MERCADO	R\$ 2.497.059,65	R\$ 2.642.148,66	R\$ -1.616,42 (-0,06%)
NTN-B 2045	15/05/45	06/01/22	395	4.061,65	4.897,70	CURVA 5,50%	R\$ 1.604.353,29	R\$ 1.934.592,04	R\$ 14.281,87 (0,74%)

NTN-B 2045	15/05/45	20/12/21	387	4.137,39	5.007,29	CURVA 5,31%	R\$ 1.601.169,44	R\$ 1.937.821,23	R\$ 13.995,38 (0,73%)
NTN-B 2050	15/08/50	18/10/21	477	4.189,29	5.233,62	CURVA 5,15%	R\$ 1.998.291,40	R\$ 2.496.438,18	R\$ 17.704,00 (0,71%)
NTN-B 2050	15/08/50	06/01/22	251	4.141,45	5.002,95	CURVA 5,50%	R\$ 1.039.504,98	R\$ 1.255.740,42	R\$ 9.271,25 (0,74%)
NTN-B 2050	15/08/50	24/09/21	740	4.289,62	5.404,11	CURVA 4,90%	R\$ 3.174.319,33	R\$ 3.999.038,76	R\$ 27.543,02 (0,69%)
NTN-B 2050	15/08/50	20/12/21	837	4.216,06	5.115,68	CURVA 5,33%	R\$ 3.528.844,70	R\$ 4.281.827,28	R\$ 30.994,59 (0,73%)
NTN-B 2055	15/05/55	24/09/21	2000	4.372,99	5.387,37	CURVA 4,92%	R\$ 8.745.972,01	R\$ 10.774.737,00	R\$ 74.394,83 (0,70%)
NTN-B 2055	15/05/55	18/10/21	1169	4.275,37	5.215,04	CURVA 5,15%	R\$ 4.997.904,79	R\$ 6.096.376,48	R\$ 43.232,38 (0,71%)
NTN-B 2055	15/05/55	24/04/25	11107	3.871,35	3.868,88	CURVA 7,44%	R\$ 42.999.084,08	R\$ 42.971.663,87	R\$ 384.982,83 (0,90%)
NTN-B 2055	15/05/55	06/01/22	859	4.109,38	4.969,53	CURVA 5,49%	R\$ 3.529.954,67	R\$ 4.268.829,28	R\$ 31.482,02 (0,74%)
NTN-B 2055	15/05/55	20/12/21	248	4.200,78	5.103,59	CURVA 5,30%	R\$ 1.041.792,34	R\$ 1.265.690,98	R\$ 9.135,76 (0,73%)
NTN-B 2060	15/08/60	06/08/25	8461	4.018,55	4.029,38	CURVA 7,18%	R\$ 34.000.967,59	R\$ 34.092.619,32	R\$ 298.330,65 (0,88%)
Total Públicos							R\$ 218.102.611,74	R\$ 235.250.933,74	R\$ 1.893.987,36 (0,81%)

LF BTG PACTUAL IPCA	28/09/27	28/09/22	11	500.000,00	735.939,03	CURVA 7,75%	R\$ 5.500.000,00	R\$ 8.095.329,32	R\$ 68.409,58 (0,85%)
LF ITAÚ IPCA	04/10/27	04/10/24	1	13.806.000,00	15.869.932,01	CURVA 6,89%	R\$ 13.806.000,00	R\$ 15.869.932,01	R\$ 122.085,94 (0,78%)
LF BTG PACTUAL IPCA	26/10/27	26/10/22	9	500.000,00	733.146,24	CURVA 7,71%	R\$ 4.500.000,00	R\$ 6.598.316,15	R\$ 55.631,20 (0,85%)
LF BTG PACTUAL IPCA	28/05/29	28/05/24	110	50.000,00	59.338,33	CURVA 6,66%	R\$ 5.500.000,00	R\$ 6.527.215,82	R\$ 50.395,22 (0,78%)
LF BRADESCO IPCA	12/11/29	12/11/24	120	50.000,00	56.824,44	CURVA 6,93%	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.818.932,84	R\$ 50.081,40 (0,74%)
LF BTG PACTUAL IPCA	11/11/30	11/11/25	280	50.000,00	50.649,22	CURVA 8,36%	R\$ 14.000.000,00	R\$ 14.181.782,36	R\$ 120.931,30 (0,86%)
Total Privados							R\$ 49.306.000,00	R\$ 58.091.508,50	R\$ 467.534,64 (0,81%)
Total Global							R\$ 267.408.611,74	R\$ 293.342.442,24	R\$ 2.361.522,00 (0,81%)

IPOJUCAPREV

(INVESTIMENTOS_DEZEMBRO/2025)

LEMA

INTERNACIONAL

A economia dos Estados Unidos, em dezembro, apresentou desaceleração gradual do mercado de trabalho, com a criação de 50 mil vagas no payroll, após 56 mil em novembro, abaixo das expectativas, enquanto o relatório ADP indicou 41 mil novas vagas no setor privado. Ainda assim, a taxa de desemprego recuou para 4,4%, sugerindo acomodação, e não deterioração, das condições de emprego. No campo da atividade, o PIB avançou a uma taxa anualizada de 4,3% no terceiro trimestre de 2025. Em dezembro, o PMI de serviços do ISM subiu de 52,6 para 54,4 pontos, ao passo que o PMI industrial recuou de 48,2 para 47,9 pontos, permanecendo em contração. A combinação de atividade resiliente, inflação ainda acima da meta e sinais mistos no mercado de trabalho reforça a expectativa de condução cautelosa da política monetária pelo Federal Reserve.

Na Europa, os indicadores sinalizaram perda de fôlego da atividade no encerramento do ano. O PMI industrial recuou para 48,8 pontos, aprofundando o quadro de contração, enquanto o PMI de serviços caiu para 52,4 pontos, ainda em território expansionista, porém em ritmo mais moderado. Como resultado, o PMI composto recuou para 51,5 pontos. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego caiu para 6,3% em novembro, indicando resiliência do emprego apesar do enfraquecimento da atividade. Diante desse cenário, o Banco Central Europeu manteve as taxas de juros inalteradas em dezembro, avaliando que a inflação se encontra próxima da meta, mas com crescimento ainda frágil em parte relevante da região.

Na China, os dados indicaram crescimento moderado e heterogêneo. O PMI de serviços recuou de 52,1 para 52,0 pontos, no menor nível em seis meses, refletindo desaceleração dos novos pedidos e ajustes no emprego. Em contrapartida, o PMI industrial avançou de 49,9 para 50,1 pontos, retornando marginalmente ao campo expansionista, sustentado principalmente pela demanda doméstica, apesar da fraqueza das exportações. O PMI composto subiu levemente de 51,2 para 51,3 pontos, sugerindo crescimento contido no agregado. No âmbito da política monetária, as autoridades mantiveram a LPR 1 ano em 3,00% e a de 5 anos em 3,50%, preservando uma postura de estímulos graduais e seletivos para sustentar a atividade sem ampliar desequilíbrios.

NACIONAL

Em dezembro, o Copom mantendo a taxa Selic em 15,00% ao ano pela quarta reunião consecutiva. A decisão refletiu a avaliação de que, apesar da inflação dentro do intervalo de tolerância da meta, as expectativas seguem desancoradas e o ambiente ainda exige postura contracionista. O IPCA avançou 0,33% no mês, após 0,18% em novembro, encerrando 2025 em 4,26%, abaixo do teto da meta de 4,50%. A composição da inflação mostrou pressão concentrada em Transportes, com alta de 0,74% e contribuição de 0,15 ponto percentual, puxada por passagens aéreas e transporte por aplicativo, enquanto Habitação recuou 0,33%, influenciada pela queda de 2,41% na energia elétrica. Esse quadro reforça a leitura de convergência gradual da inflação, porém ainda sujeita a choques e à persistência de pressões de demanda.

A atividade do Brasil apresentou sinais mistos, com maior sustentação no setor de serviços e fragilidade persistente na indústria. Em dezembro, o PMI de serviços avançou de 50,1 para 53,7 pontos, o maior nível desde outubro de 2024. Em contrapartida, o PMI industrial recuou de 48,8 para 47,6 pontos, permanecendo em território contracionista. Como resultado, o PMI composto subiu de 49,6 para 52,1 pontos, retornando à zona de expansão após nove meses. O mercado de trabalho teve um recuo de 5,2% na taxa de desocupação em novembro, frente a 5,4% em outubro, acompanhada de retomada do crescimento da população ocupada e resiliência do emprego formal, fatores que continuam sustentando o consumo, ainda que limitados por juros elevados e crédito restritivo.

O quadro fiscal voltou a apresentar deterioração marginal. Em novembro, a Dívida Bruta do Governo Geral avançou de 78,4% para 79,0% do PIB, refletindo principalmente a apropriação de juros nominais e emissões líquidas de dívida, parcialmente compensadas pelo crescimento do PIB nominal. A Dívida Líquida do Setor Público também subiu, alcançando 65,2% do PIB, influenciada pelos juros nominais, déficit primário e valorização cambial. Apesar desse cenário, o país manteve capacidade de atração de capital externo, com o Investimento Estrangeiro Direto somando US\$ 84,1 bilhões entre janeiro e novembro de 2025, o melhor resultado para o período desde 2014 e acima do total registrado em todo o ano de 2024. Contribuindo para mitigar riscos no balanço externo, ainda que não elimine as preocupações estruturais relacionadas à trajetória fiscal e ao ambiente pré

RESUMO DA CARTEIRA_DEZEMBRO/2025



28 Fundos de Investimento

R\$ 696,87 MM
de Patrimônio

19 Instituições Gestoras

• 22 com liquidez (Conforme regulamento de cada fundo) • 2 com carência (Conforme regulamento de cada fundo) • 4 sem liquidez	R\$	377,46	Mi	- Com liquidez de até 30 dias
	R\$	47,60	Mi	- Com liquidez de 30 a 365 dias
	R\$	3,49	Mi	- Com liquidez acima de 365
	R\$	3,92	Mi	- Em fundos Estressados/ilíquidos
	R\$	293,34	Mi	- Títulos Públicos e Privados

DETALHAMENTO DA CARTEIRA_DEZ_2025

PRODUTO / FUNDO	DISP.	CARÊNCIA	SALDO (R\$)	PARTICIP. S/ TOTAL	RESOLUÇÃO - 4.963
TÍTULOS PÚBLICOS	-	-	233.356.946,38	33,76%	7, I "a"
BB TP FI RF REF DI	D+0	-	18.926.638,13	4,73%	7, I "b"
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	D+0	-	3.471.496,76	3,42%	7, I "b"
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	D+0	-	13.594.754,02	2,75%	7, I "b"
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RF LP	D+1	-	8.502.334,92	1,97%	7, I "b"
BNB SOBERANO FI RF	D+0	-	32.574.422,20	1,23%	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2030 III TP FI RF	D+2	15/08/2030	23.564.472,87	0,50%	7, I "b"
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	D+0	-	2.858.500,16	11,75%	7, III "a"
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	D+0	-	80.892.538,69	5,40%	7, III "a"
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	D+0	-	37.166.666,97	3,99%	7, III "a"
TÍTULOS PRIVADOS	-	-	57.623.973,86	8,34%	7, IV
INVEST DUNAS FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR LP	VR	-	35.258,75	0,01%	7, V "a"
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC RF CRÉDITO PRIVADO LP	D+31	-	21.301.717,17	3,09%	7, V "b"
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG FIF RF CRED PRIV LONGO PRAZO IS - RESP LIMITADA	D+46	-	5.076.522,19	0,74%	7, V "b"
TOTAL RF			538.946.243,07	81,67%	



DETALHAMENTO DA CARTEIRA_DEZ_2025

PRODUTO / FUNDO	DISP.	CARÊNCIA	SALDO (R\$)	PARTICIP. S/ TOTAL	RESOLUÇÃO - 4.963
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	D+15	-	13.553.923,61	1,94%	8, I
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	D+20	-	13.315.372,51	1,91%	8, I
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	D+29	-	9.337.646,57	1,34%	8, I
KÍNITRO FIF AÇÕES	D+3	-	8.957.061,14	1,29%	8, I
PLURAL DIVIDENDOS FIA	D+32	-	8.263.090,77	1,19%	8, I
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	D+3	-	7.942.293,84	1,14%	8, I
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA	D+10	-	6.450.818,00	0,93%	8, I
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	D+3	-	5.358.731,60	0,77%	8, I
TOTAL RENDA VARIÁVEL			73.178.938,04	10,50%	
\	D+8	-	12.944.498,49	1,86%	9, II
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FIA IE	D+6	-	4.945.476,63	0,71%	9, II
MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVISORY FIC FIA IE	D+6	-	3.846.151,15	0,55%	9, II
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	D+3	-	22.462.624,39	3,22%	9, III
TOTAL EXTERIOR			44.198.750,66	6,34%	

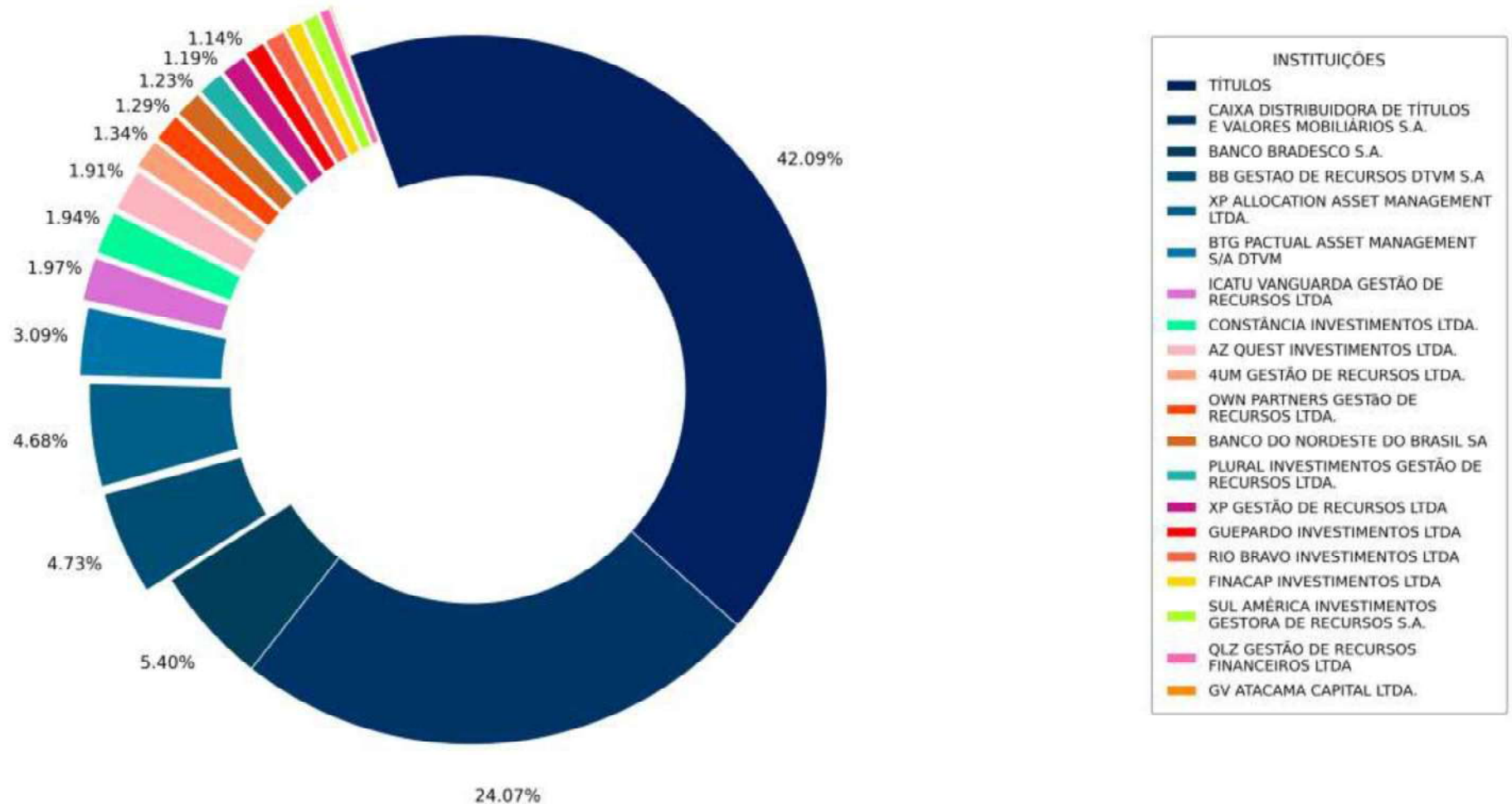


DETALHAMENTO DA CARTEIRA_DEZ_2025

PRODUTO / FUNDO	DISP.	CARÊNCIA	SALDO (R\$)	PARTICIP . S/ TOTAL	RESOLUÇÃO - 4.963
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO FI MULTIMERCADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA	D+3		6.447.173,18	0,93%	10, I
BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA	VR		2.650.524,79	0,38%	10, II
GERAÇÃO DE ENERGIA MULTIESTRATÉGIA FIP	VR		R\$ –	0,00%	10, II
TOTAL ESTRUTURADOS			9.097.697,97	1,31%	
VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FII – CLASSE B	–		623.049,13	0,09%	11
SINGULARE FII – REIT11	–		619.416,70	0,09%	11
FUNDOS IMOBILIÁRIOS			1.242.465,83	0,18%	
TOTAL GERAL			696.878.902,49	100,00%	



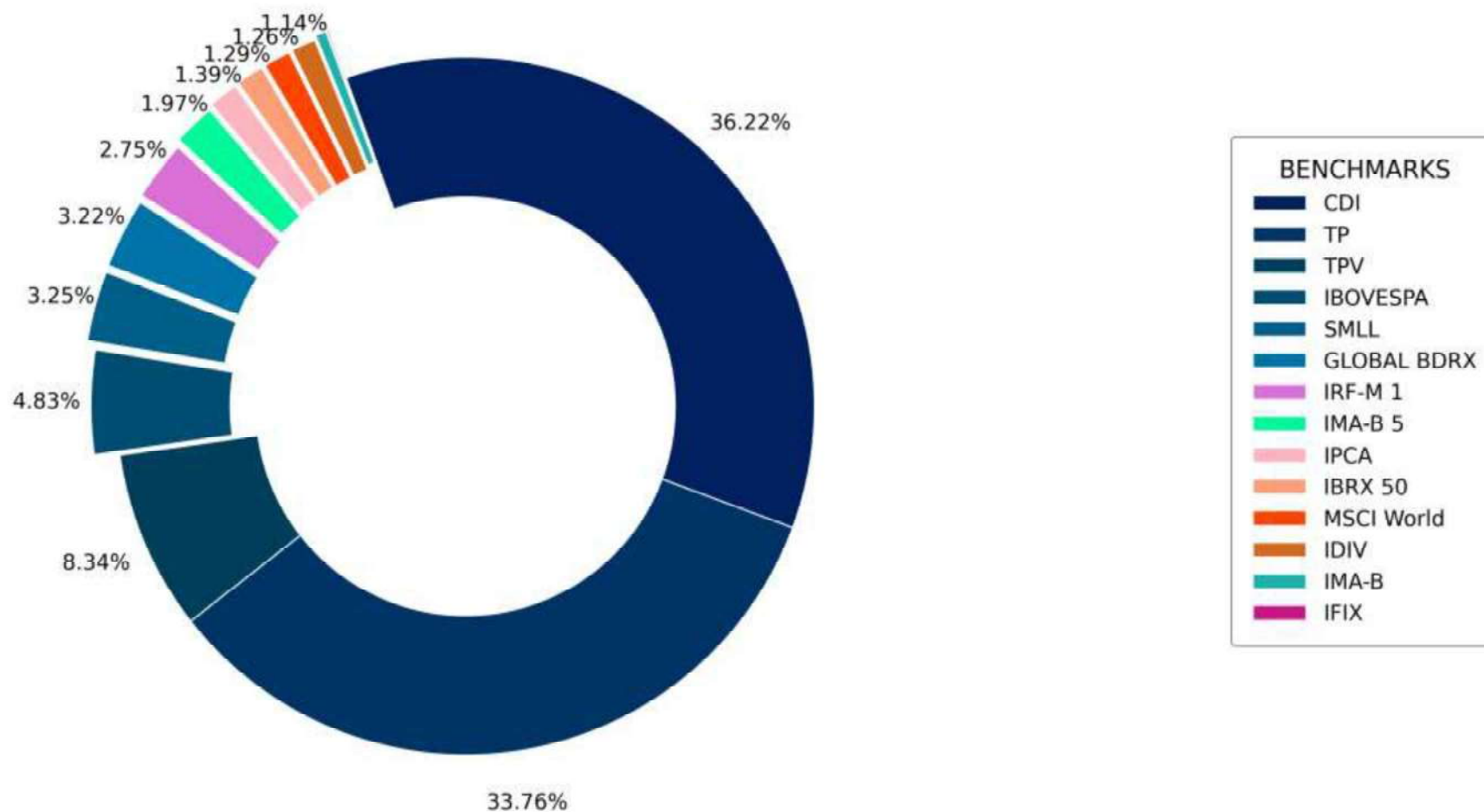
CARTEIRA_POR INSTITUIÇÃO GESTORA (%)



CARTEIRA_POR INSTITUIÇÃO GESTORA (%)

INSTITUIÇÃO	VALOR (R\$)	% TOTAL
TÍTULOS	293.342.442,24	42,09%
CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	167.742.394,57	24,07%
BANCO BRADESCO S.A.	37.619.615,01	5,40%
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	32.969.768,75	4,73%
XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA.	32.641.914,46	4,68%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	21.544.945,23	3,09%
ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	13.719.533,57	1,97%
CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS LTDA.	13.553.923,61	1,94%
AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	13.315.372,51	1,91%
4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	9.337.646,57	1,34%
OWN PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	8.957.061,14	1,29%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	8.605.424,33	1,23%
PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	8.263.090,77	1,19%
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA	7.942.293,84	1,14%
GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	6.450.818,00	0,93%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	6.447.173,18	0,93%
FINACAP INVESTIMENTOS LTDA	5.358.731,60	0,77%
SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A.	5.137.615,18	0,74%
QLZ GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA	3.309.721,23	0,47%
GV ATACAMA CAPITAL LTDA.	619.416,70	0,09%
TOTAL	696.878.902,49	100,00%

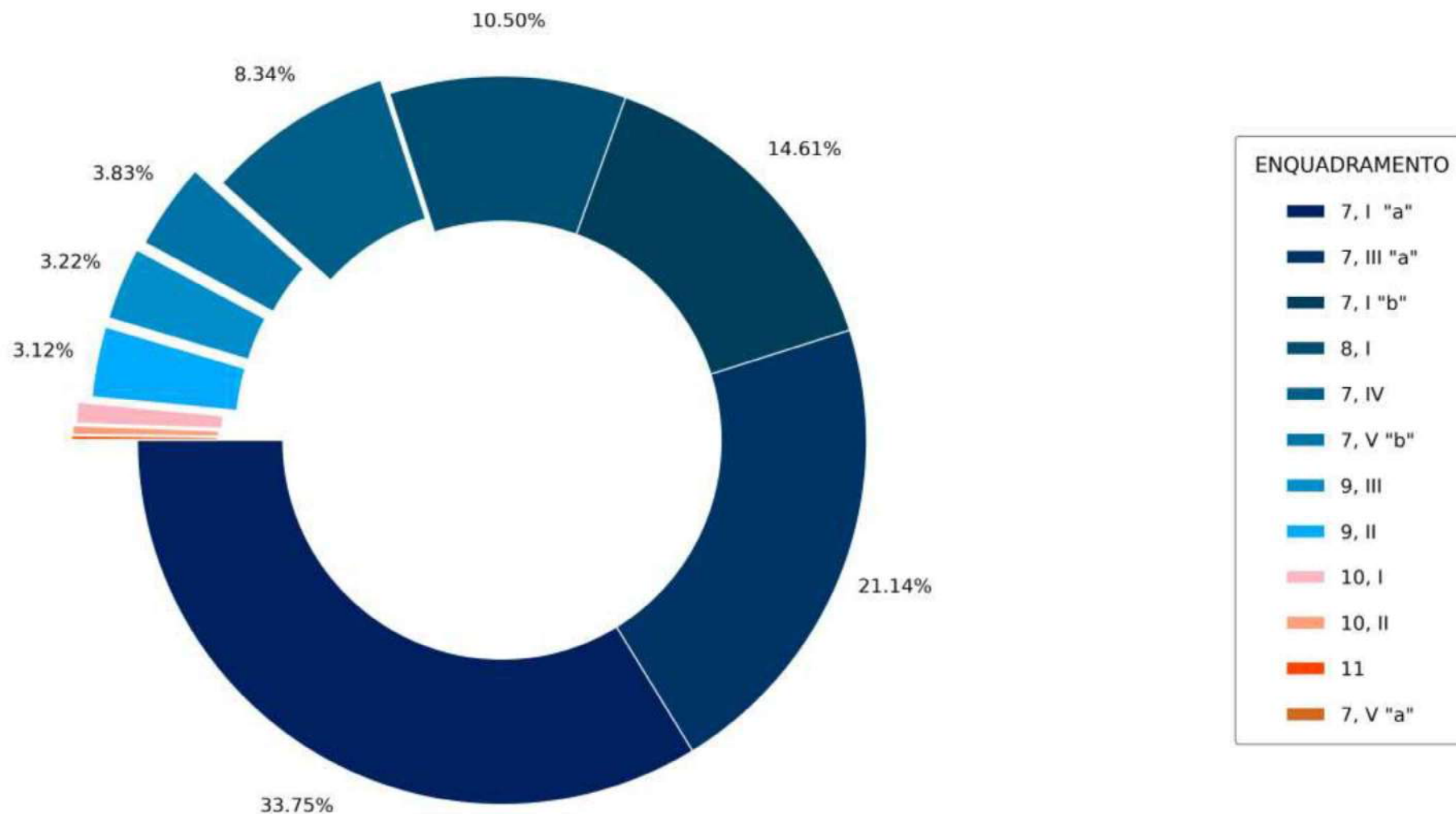
CARTEIRA_POR TIPO DE INVESTIMENTO (%)



CARTEIRA_POR TIPO DE INVESTIMENTO (%)

ÍNDICES	VALOR (R\$)	% TOTAL
CDI	252.406.437,50	36,22%
T. PÚBLICO	235.250.933,74	33,76%
T. PRIVADO	58.091.508,50	8,34%
IBOVESPA	33.626.563,98	4,83%
SMLL	22.653.019,08	3,25%
GLOBAL BDRX	22.462.624,39	3,22%
IRF-M 1	19.142.078,52	2,75%
IMA-B 5	13.719.533,57	1,97%
IPCA	9.717.114,67	1,39%
IBRX 50	8.957.061,14	1,29%
MSCI World	8.791.627,78	1,26%
IDIV	7.942.293,84	1,14%
IMA-B	3.495.056,65	0,50%
IFIX	623.049,13	0,09%
TOTAL	696.878.902,49	100,00%

CARTEIRA_POR ENQUADRAMENTO (%)

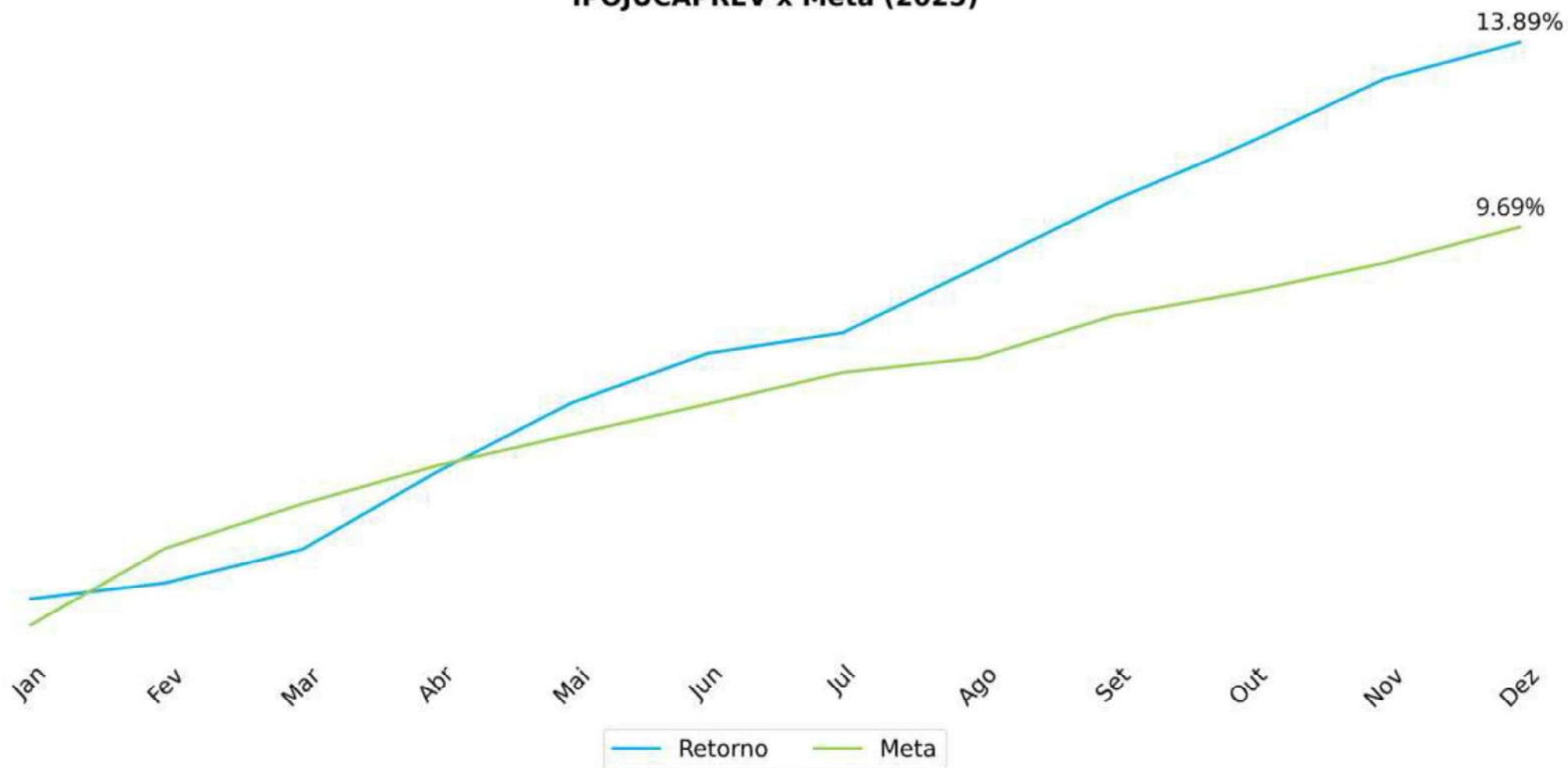


CARTEIRA_POR ENQUADRAMENTO (%)

ENQUADRAMENTO	VALOR (R\$)	% TOTAL	MÍNIMO (%)	ALVO (%)	MÁXIMO (%)
7, I "a"	235.250.933,74	33.76	0,00	30,00	50,00
7, III "a"	147.317.751,53	21.14	10,00	10,00	50,00
7, I "b"	101.782.148,50	14.61	10,00	20,00	90,00
8, I	73.178.938,04	10.50	0,00	10,00	20,00
7, IV	58.091.508,50	8.34	0,00	10,00	20,00
7, V "b"	26.682.560,41	3.83	0,00	5,00	10,00
9, III	22.462.624,39	3.22	0,00	2,00	10,00
9, II	21.736.126,27	3.12	0,00	3,00	10,00
10, I	6.447.173,18	0.93	0,00	8,00	10,00
10, II	2.650.524,79	0.38	0,00	1,00	5,00
11	1.242.465,83	0.18	0,00	1,00	5,00
7, V "a"	36.147,31	0.01	0,00	0,00	0,00
TOTAL	696.878.902,49	100,00	-	-	-

RENTABILIDADE ACUMULADA_2025

IPOJUCAPREV x Meta (2025)



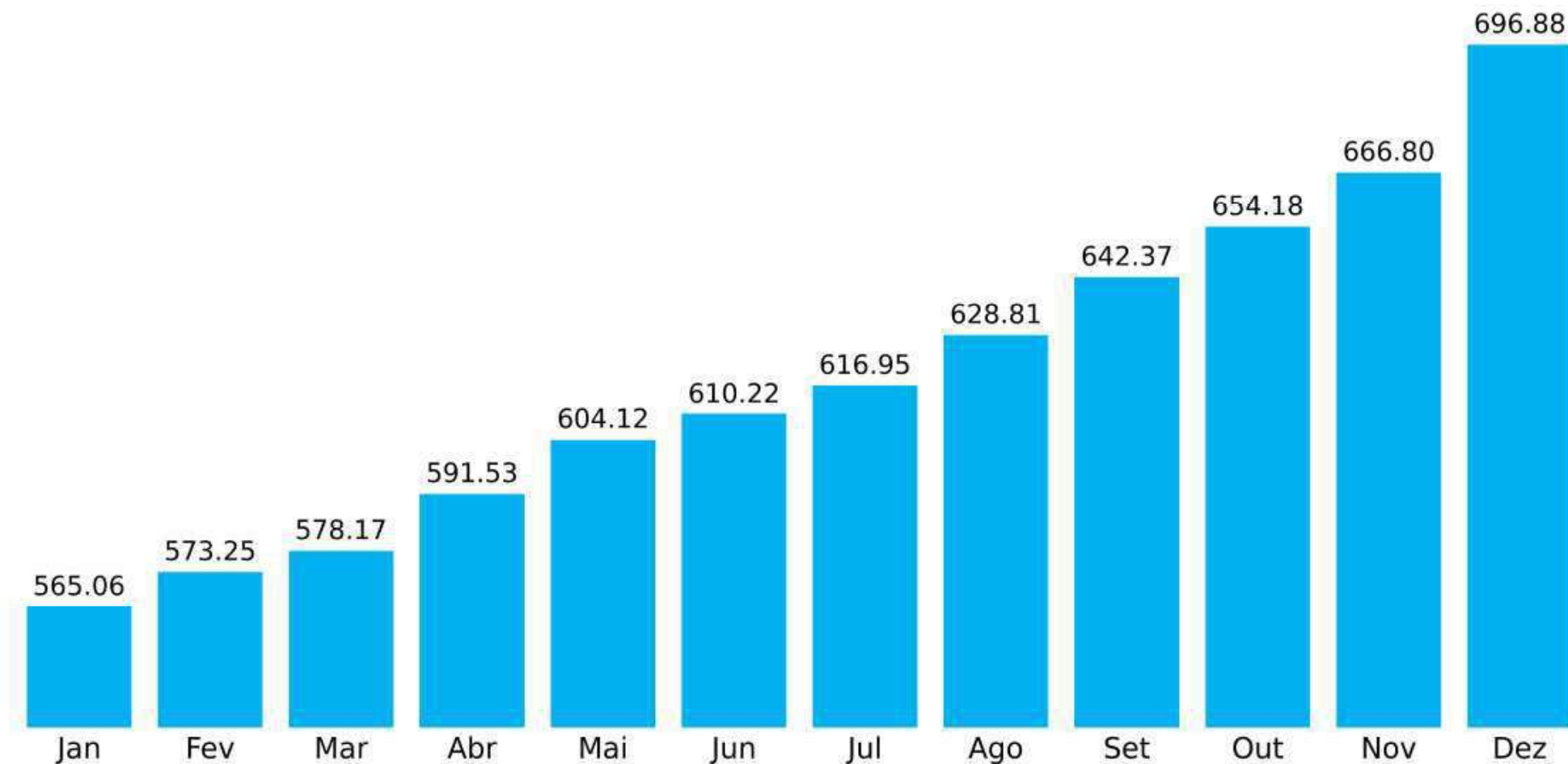
IPOJUCAPREV

LEMA

RENTABILIDADE(%) X META (%)_2025

MÊS	RENTAB. MÊS	RENTAB. ACUMULADA	META MÊS	META ACUMULADA	ATINGIMENTO
Jan	1,18	1,18	0,58	0,58	203,00%
Fev	0,36	1,54	1,73	2,33	66,00%
Mar	0,73	2,29	0,98	3,34	68,00%
Abr	1,74	4,07	0,85	4,23	96,00%
Mai	1,52	5,65	0,68	4,94	114,00%
Jun	1,06	6,78	0,66	5,64	120,00%
Jul	0,44	7,25	0,68	6,36	114,00%
Ago	1,40	8,76	0,31	6,69	131,00%
Set	1,40	10,28	0,90	7,66	134,00%
Out	1,19	11,59	0,51	8,21	141,00%
Nov	1,31	13,05	0,60	8,86	147,00%

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL (MI R\$)_2025



ANÁLISE RISCO X RETORNO_DEZ_2025

O IPOJUCAPREV adota a metodologia do VaR – Value-at-Risk como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira. Serão observadas as referências abaixo estabelecidas e realizadas reavaliações destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV	Sharpe – CDI	Treynor - CDI/IRF-M	Retorno					
	(mês)	(mês)	21 du	(mês)	1	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RLFIF CIC RF PREVIDENCIÁRIO	1,13%	0,19%	0,09%	-5,32	-0,01	14,41%	3,43%	7,00%	14,41%	24,83%	41,15%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RLFIF RF	1,14%	0,19%	0,09%	-4,80	-0,01	14,51%	3,46%	7,06%	14,51%	25,13%	41,65%
IRF-M 1	1,16%	0,20%	0,09%	-3,68	-0,01	14,76%	3,51%	7,18%	14,76%	25,55%	42,41%

Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV	Sharpe – CDI	Treynor - CDI/IMA-B 5	Retorno					
	(mês)	(mês)	21 du	(mês)		Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA RLFIF CIC PREVIDENCIÁRIO RF	0,85%	2,32%	1,10%	-1,77	-0,04	10,40%	2,79%	4,44%	10,40%	16,06%	29,09%
IMA-B 5	0,95%	2,33%	1,10%	-1,31	-0,03	11,65%	3,07%	5,06%	11,65%	18,49%	33,06%

Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV	Sharpe – CDI	Treynor - CDI/IMA-B	Retorno					
	(mês)	(mês)	21 du	(mês)		Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS RLFIF RF	0,68%	4,51%	2,14%	-1,34	-0,08	5,60%	3,20%	0,78%	5,60%	-1,55%	7,97%
IMA-B	0,31%	6,07%	2,88%	-1,68	-0,10	13,17%	3,31%	3,95%	13,17%	10,35%	28,28%

ANÁLISE RISCO X RETORNO_DEZ_2025

Nome	Retorno (mês)	Volatilidade (mês)	VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe – CDI (mês)	Treynor - CDI/CDI	Ano	3 meses	6 meses	Retorno 12 meses	24 meses	36 meses
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,21%	0,01%	0,01%	-5,99	-	14,28%	3,52%	7,16%	14,28%	26,59%	43,23%
BNB SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,21%	0,03%	0,01%	-3,35	-	14,27%	3,51%	7,14%	14,27%	26,54%	43,11%
BRDESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,22%	0,02%	0,01%	-0,76	-	14,46%	3,52%	7,19%	14,46%	27,59%	45,19%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES	1,13%	0,00%	0,00%	-1.107,03	-	13,11%	3,26%	6,63%	13,11%	24,09%	38,64%
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,23%	0,05%	0,02%	1,22	-	14,46%	3,52%	7,19%	14,46%	27,03%	44,16%
TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RENDA FIXA SIMPLES	1,21%	0,03%	0,01%	-2,95	-	14,23%	3,50%	7,12%	14,23%	26,57%	43,18%
CDI	1,22%	-	-	-	-	14,31%	3,53%	7,19%	14,31%	26,69%	43,43%

Nome	Retorno (mês)	Volatilidade (mês)	VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe – CDI (mês)	Treynor - CDI/Ibovespa	Ano	3 meses	6 meses	Retorno 12 meses	24 meses	36 meses
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FIF	-1,28%	25,29%	12,01%	-1,01	-0,21	24,62%	7,78%	8,07%	24,62%	13,81%	33,78%
FINACAP MAURITSSTAD RESP LIMITADA FIF AÇÕES	0,31%	19,45%	9,23%	-0,44	-0,09	31,44%	7,83%	11,74%	31,44%	19,64%	48,00%
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIF	0,26%	25,35%	12,04%	-0,31	-0,06	25,38%	4,55%	9,80%	25,38%	13,57%	57,09%
Ibovespa	1,29%	20,78%	9,87%	0,14	0,03	33,95%	10,73%	14,06%	33,95%	21,42%	46,16%

ANÁLISE RISCO X RETORNO_DEZ_2025

Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe – CDI		Ano	Retorno				
	(mês)	(mês)		(mês)	Treynor - CDI/SMLL		3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
4UM SMALL CAPS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	-1,53%	23,27%	11,05%	-1,24	-0,36	22,32%	7,52%	5,22%	22,32%	14,05%	53,37%
AZ QUEST SMALL MID CAPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	-4,28%	31,21%	14,82%	-1,90	-0,53	31,09%	4,97%	9,56%	31,09%	29,62%	45,73%
SMLL	-3,58%	27,58%	13,10%	-1,88	-0,52	30,70%	2,79%	3,30%	30,70%	1,32%	14,07%

Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe – CDI		Ano	Retorno				
	(mês)	(mês)		(mês)	Treynor - CDI/IDIV		3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
PLURAL DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	1,11%	19,30%	9,16%	0,03	0,01	40,90%	10,40%	15,52%	40,90%	20,55%	48,06%
XP INVESTOR DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	-2,90%	25,89%	12,29%	-1,71	-0,34	51,25%	5,90%	14,29%	51,25%	31,54%	61,90%
IDIV	1,46%	18,74%	8,90%	0,24	0,04	29,99%	9,20%	12,05%	29,99%	27,69%	60,28%

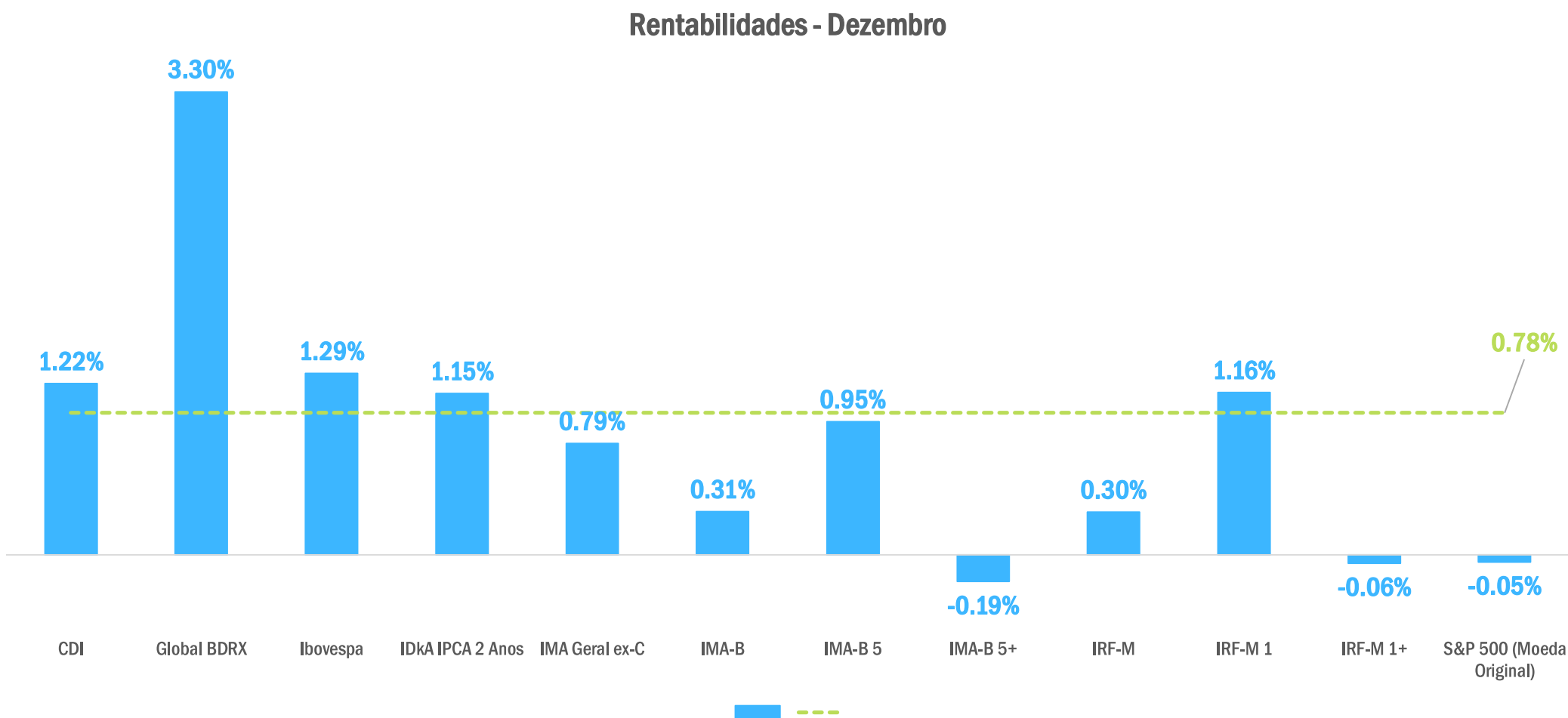
Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe – CDI		Ano	Retorno				
	(mês)	(mês)		(mês)	Treynor - CDI/CDI		3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIF CIC RENDA FIXA	1,14%	0,19%	0,09%	-4,56	0,00	14,72%	3,28%	6,84%	14,72%	29,29%	46,53%
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG IS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1,20%	0,06%	0,03%	-2,99	0,00	15,06%	3,42%	7,22%	15,06%	29,93%	48,44%
CDI	1,22%	0,00%	0,00%	0,00	0,00	14,31%	3,53%	7,19%	14,31%	26,69%	43,43%

ANÁLISE RISCO X RETORNO_DEZ_2025

Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe – CDI	Treydor - CDI/BDRX	Ano	Retorno				
	(mês)	(mês)		(mês)			3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I	3,12%	16,70%	7,93%	1,36	0,22	7,54%	5,50%	16,55%	7,54%	80,34%	131,30%
MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVISORY CLASSE INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIC AÇÕES	4,73%	17,68%	8,40%	2,29	0,53	-1,37%	-0,28%	-1,81%	-1,37%	60,33%	119,11%
Global BDRX	3,30%	16,34%	7,76%	1,50	0,25	8,42%	5,66%	16,89%	8,42%	84,38%	139,16%
MSCI World	3,91%	11,22%	5,33%	2,73	0,69	6,17%	5,99%	10,97%	6,17%	58,44%	79,51%

Nome	Retorno	Volatilidade	VaR 95,0% MV 21 du	Sharpe – CDI	Treydor - CDI/S&P500	Ano	Retorno				
	(mês)	(mês)		(mês)			3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	-0,45%	12,23%	5,81%	-1,50	-0,37	11,72%	-5,85%	0,68%	11,72%	34,12%	91,28%
MSCI World	3,91%	11,22%	5,33%	2,73	0,35	6,17%	5,99%	10,97%	6,17%	58,44%	79,51%
S&P 500	3,11%	12,52%	5,95%	1,75	0,22	3,42%	5,48%	10,90%	3,42%	62,36%	88,79%

RENTABILIDADES_DEZ_2025

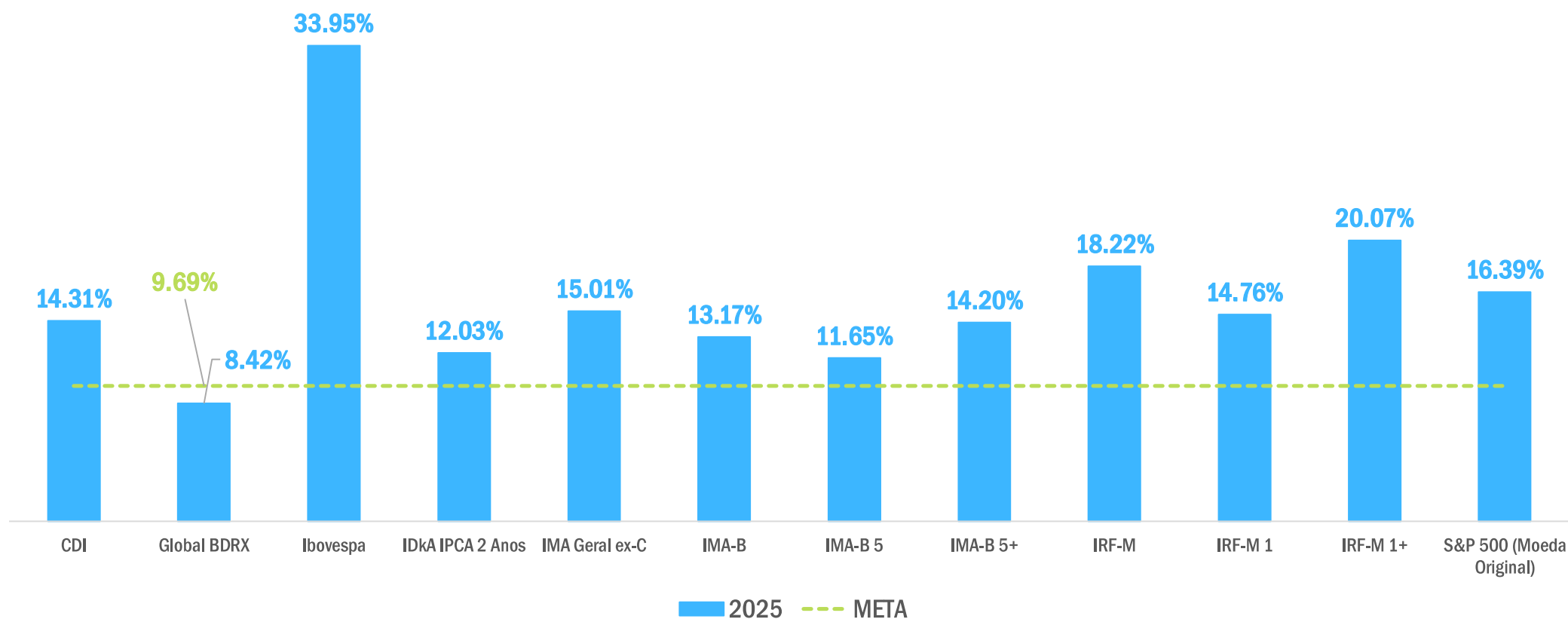


IPOJUCAPREV

LEMA

RENTABILIDADES _2025

Rentabilidades - 2025





PARA TODOS
OS RPPS.



Posicione sua
câmera no QR Code
e conecte-se com
a gente!

IPOJUCAPREV

(ALOCAÇÃO_FEVEREIRO/2026)

LEMA

INTERNACIONAL

A economia dos Estados Unidos manteve ritmo robusto de crescimento no terceiro trimestre de 2025, com o PIB avançando a uma taxa anualizada de 4,4%, acima da leitura anterior de 4,3% e da expansão de 3,8% observada no segundo trimestre. O resultado foi sustentado por consumo, exportações, gastos do governo e investimentos, além da redução das importações. No campo inflacionário, o CPI avançou 0,3% em dezembro, mantendo a inflação acumulada em 12 meses em 2,7%, enquanto o núcleo ficou em 2,6%. O mercado de trabalho segue resiliente, com pedidos iniciais de auxílio-desemprego recuando para 198 mil na semana encerrada em 10 de janeiro, reforçando um ambiente de atividade sólida e inflação ainda acima da meta, o que sustenta a postura cautelosa do Federal Reserve quanto ao início do ciclo de flexibilização monetária

Na Zona do euro, os indicadores apontaram desaceleração moderada da inflação e estabilidade da atividade no início de 2026. A inflação anual recuou para 1,9% em dezembro, ante 2,1% em novembro, ficando abaixo da meta do Banco Central Europeu, com contribuição negativa do componente de energia e pressão concentrada em serviços. Em janeiro, o PMI composto permaneceu em 51,5 pontos, acima da linha de expansão pelo 13º mês consecutivo, embora abaixo das expectativas, refletindo desaceleração dos serviços e leve melhora da indústria, ainda em território contracionista. A produção industrial avançou 0,7% em novembro, repetindo o desempenho de outubro, sinalizando alguma estabilização do setor manufatureiro, ainda que em um ambiente de crescimento contido.

A China atingiu a meta oficial de crescimento em 2025, com o PIB acumulando alta de 5,0% no ano. No quarto trimestre, o crescimento foi de 1,2% na comparação trimestral e de 4,5% na comparação anual, ligeiramente acima das expectativas. O mercado de trabalho manteve estabilidade, com taxa de desemprego em 5,1% em dezembro. No detalhamento da atividade, as vendas no varejo cresceram 3,7% em 2025, enquanto a produção industrial avançou 5,9%, contrastando com a retração de 3,8% no investimento em ativos fixos. No setor externo, o superávit comercial alcançou US\$ 114,1 bilhões em dezembro, com crescimento anual de 6,6% das exportações, reforçando o papel do comércio exterior como importante vetor de sustentação da atividade, apesar da perda de fôlego do investimento em ativos fixos.

NACIONAL

A economia do Brasil apresentou sinais mistos no final de 2025, com dados positivos no varejo e na atividade agregada, mas perda de fôlego em alguns segmentos de serviços. O IBC-Br avançou 0,7% em novembro, acima do consenso de mercado, acumulando crescimento de 1,25% na comparação anual. As vendas no varejo cresceram 1,0% no mês, enquanto o varejo ampliado avançou 0,7% na margem. Por outro lado, o volume de serviços recuou 0,1% em novembro, refletindo queda nos segmentos de transportes e informação e comunicação, apesar da expansão dos serviços profissionais. Esse conjunto de dados sugere desaceleração gradual da atividade, em linha com o ambiente de juros elevados

Os indicadores de inflação seguem apontando pressões concentradas em alguns grupos, mas sem aceleração disseminada. O IPC-S da terceira quadrissesmana de janeiro avançou 0,49%, acumulando alta de 4,49% em 12 meses, com maior contribuição do grupo Transportes, cuja variação acelerou para 0,86%. Alimentação, Saúde e Habitação também apresentaram elevação no período. O comportamento dos preços reforça a leitura de inflação resistente, especialmente em serviços e itens sensíveis à demanda, mantendo o desafio para a política monetária em um contexto de Selic elevada e expectativas ainda sensíveis.

O quadro fiscal apresentou sinais relevantes de robustez na arrecadação, mas com trajetória de endividamento ainda preocupante no médio prazo. A arrecadação federal atingiu R\$ 2,887 trilhões em 2025, o maior valor da série histórica, com crescimento real de 3,65%. Apesar disso, o Tesouro Nacional projeta manutenção de déficits primários até 2027 e estima a dívida bruta em 83,6% do PIB em 2026, com trajetória ascendente nos anos seguintes. No mercado financeiro, o Ibovespa renovou máximas históricas, encerrando aos 175.589 pontos, com entrada líquida de R\$ 8,8 bilhões de capital estrangeiro em janeiro até o dia 20. No setor externo, o fluxo cambial apresentou volatilidade no início do ano, alternando semanas positivas e negativas, refletindo um ambiente ainda sensível às condições financeiras globais.

IPOLINARES

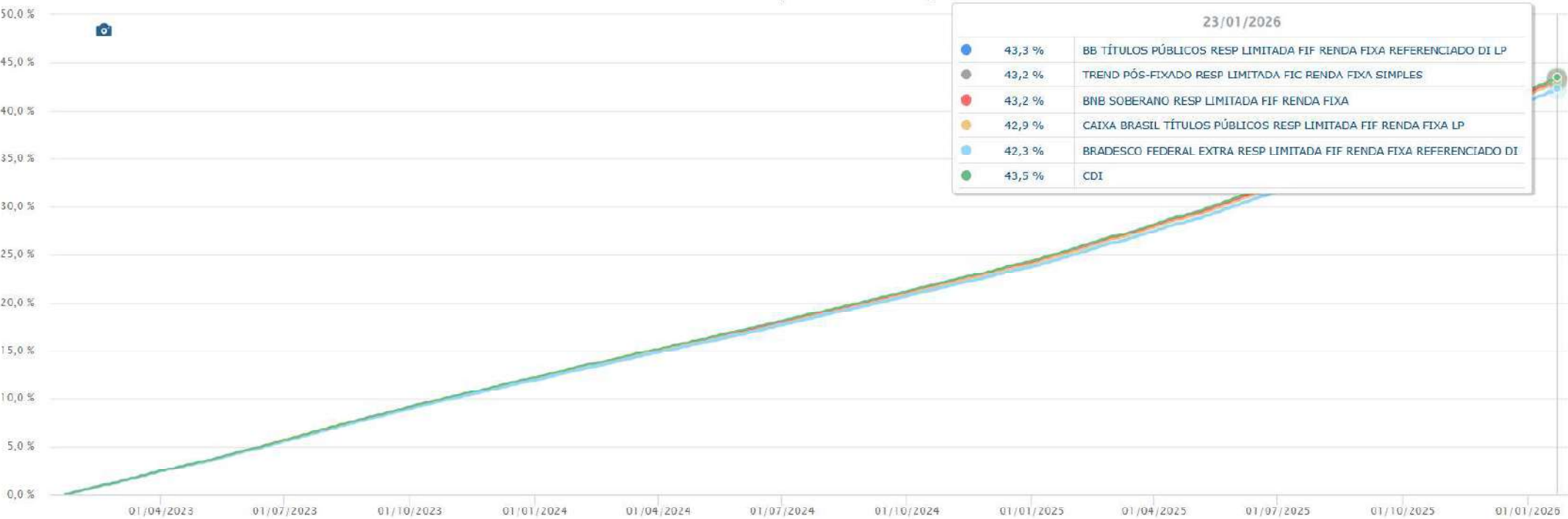
LEMA

CENÁRIO ECONÔMICO

Mediana - Agregado	2026							2027						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,05	4,02	4,00 ▼	(3)	151	3,99	113	3,80	3,80	3,80 =	(12)	140	3,80	106
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,80	1,80	1,80 =	(7)	118	1,80	75	1,80	1,80	1,80 =	(4)	92	1,80	61
Câmbio (R\$/US\$)	5,50	5,50	5,50 =	(15)	130	5,50	88	5,50	5,50	5,51 ▲	(1)	124	5,51	86
Selic (% a.a)	12,25	12,25	12,25 =	(5)	151	12,25	106	10,50	10,50	10,50 =	(50)	137	10,50	99
IGP-M (variação %)	3,95	3,92	3,87 ▼	(1)	71	3,87	48	4,00	4,00	4,00 =	(54)	65	4,00	45
IPCA Administrados (variação %)	3,72	3,75	3,76 ▲	(1)	97	3,75	75	3,70	3,71	3,71 =	(3)	75	3,71	59
Conta corrente (US\$ bilhões)	-67,00	-67,90	-67,80 ▲	(1)	40	-67,90	23	-65,00	-65,00	-65,00 =	(7)	36	-63,50	20
Balança comercial (US\$ bilhões)	66,00	66,70	67,65 ▲	(2)	42	67,35	26	70,00	70,00	71,55 ▲	(1)	36	71,10	21
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	74,00	75,00	74,85 ▼	(1)	38	74,00	21	77,93	78,60	78,50 ▼	(1)	36	78,50	19
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	70,25	70,36	70,36 =	(1)	58	70,20	38	73,80	73,80	73,80 =	(1)	54	73,57	35
Resultado primário (% do PIB)	-0,56	-0,53	-0,53 =	(2)	68	-0,54	44	-0,35	-0,30	-0,40 ▼	(1)	60	-0,40	38
Resultado nominal (% do PIB)	-8,61	-8,60	-8,60 =	(1)	59	-8,60	38	-7,90	-7,80	-7,85 ▼	(1)	50	-7,90	33

Mediana - Agregado	jan/2026							fev/2026						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	
IPCA (variação %)	0,36	0,35	0,35 =	(2)	146	0,35		0,53	0,53	0,54 ▲	(1)	146	0,53	
Câmbio (R\$/US\$)	5,43	5,40	5,38 ▼	(2)	124	5,37		5,43	5,41	5,39 ▼	(2)	122	5,38	
Selic (% a.a)	15,00	15,00	15,00 =	(7)	148	15,00		-	-	-				
IGP-M (variação %)	0,33	0,30	0,33 ▲	(1)	65	0,33		0,32	0,31	0,30 ▼	(1)	65	0,27	

PROPOSTA_FUNDAMENTAÇÃO



PROPOSTA_FUNDAMENTAÇÃO

Ativo	Retorno 6 meses	Retorno 12 meses	Retorno 24 meses	Retorno 36 meses
BB TP FI RF REF DI	7,16%	14,42%	26,82%	43,34%
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	7,14%	14,37%	26,77%	43,22%
BRADESCO FEDERAL EXTRA FI REF DI	7,01%	14,11%	26,21%	42,35%
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	7,14%	14,35%	26,54%	43,00%
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	7,13%	14,35%	26,79%	43,29%
CDI	7,19%	14,49%	26,92%	43,53%

Ativo	Volatilidade Anualizada 12 meses	Volatilida de Anualizada 36 meses	Sharpe ao período 12 meses	Sharpe ao período 36 meses
BB TP FI RF REF DI	0,04%	0,09%	-1,43	-0,46
BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	0,05%	0,10%	-2,04	-0,67
BRADESCO FEDERAL EXTRA FI REF DI	0,04%	0,09%	-7,98	-2,95
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,10%	0,13%	-1,32	-0,94
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	0,05%	0,10%	-2,61	-0,53
CDI	0,04%	0,09%	0,00	0,00

PROPOSTA_FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo orientar a alocação dos recursos oriundos dos repasses mensais dentro de uma estratégia que preserve o equilíbrio entre risco e retorno, assegure aderência às diretrizes da Política de Investimentos vigente e promova o alinhamento gradual à Resolução CMN nº 5.272, de 2025, cuja vigência se inicia em 08 de fevereiro de 2026.

O cenário econômico segue marcado por volatilidade e incertezas, que limitam a atratividade de ativos de maior risco e de estratégias de renda fixa com maior duration. No entanto, o ambiente doméstico permanece favorável para alocações conservadoras, em função do elevado patamar da taxa Selic, atualmente em 15,00% ao ano, com expectativa de se manter em níveis de dois dígitos ao longo de 2026. Além disso, embora o IPCA ainda se situe acima da meta, a inflação apresentou desaceleração relevante ao longo de 2025, encerrando o ano abaixo do limite superior do intervalo de tolerância. Nesse contexto, entende-se que ativos de menor risco, especialmente aqueles referenciados ao CDI e ao IRF-M 1, tendem a seguir entregando rentabilidades superiores à meta atuarial em 2026, com baixo risco de mercado, elevada liquidez e maior previsibilidade de resultados.

Com isso, recomenda-se que **os novos recursos sejam direcionados ao fundo TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES**. A recomendação fundamenta-se em seu histórico consistente, combinado ao ambiente de juros elevados anteriormente citado, no qual o fundo mantém boa aderência ao CDI, com baixo risco associado à estratégia e liquidez diária, conferindo maior flexibilidade para eventuais ajustes futuros na carteira. No comparativo de desempenho, observa-se que os fundos analisados apresentam resultados muito próximos entre si e alinhados ao CDI, refletindo comportamento homogêneo entre os produtos. Do ponto de vista de risco, todos os fundos apresentaram níveis de volatilidade semelhantes e compatíveis com o segmento. Parte desse alinhamento decorre do enquadramento regulatório comum, uma vez que todos os fundos avaliados estão classificados no artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272, correspondente ao antigo artigo 7º, inciso I, alínea b, da Resolução CMN nº 4.963/2021, contemplando fundos com alocação integral em títulos públicos federais, o que resulta em elevada correlação com o CDI.

Adicionalmente, sob o aspecto operacional, o fundo da XP apresenta maior eficiência para a execução da estratégia, especialmente no que se refere à flexibilidade para futuras realocações voltadas a novas aquisições diretas em títulos públicos, fator que motivou sua priorização nesta recomendação. Por fim, ressalta-se que a alocação proposta observa integralmente os limites e diretrizes estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo a carteira compatível com um perfil conservador e com o atual contexto macroeconômico e regulatório.

PROPOSTA_MOVIMENTAÇÃO FEVEREIRO

DISPONIBILIDADE / RESGATES

FUNDO	VALOR (R\$)
RESPASSE PREVIDENCIÁRIO	5.000.000,00
TOTAL	5.000.000,00
	

APLICAÇÕES

FUNDO	VALOR
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	5.000.000,00
TOTAL	5.000.000,00

Obs: Os valores acima referem-se ao saldo de fechamento do mês de dezembro.

IPOJUCAPREV



PROPOSTA_MOVIMENTAÇÃO JANEIRO

DISPONIBILIDADE / RESGATES

FUNDO	VALOR (R\$)
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RF SIMPLES	17.000.000,00
TOTAL	17.000.000,00
	

APLICAÇÕES

FUNDO	VALOR
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	5.000.000,00
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	12.000.000,00
TOTAL	17.000.000,00

Aplicações a serem realizadas ainda no mês de Janeiro, com o saldo disponível no fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RF SIMPLES, que ainda está em processo de convocação de Assembleia Geral Extraordinária para passar do enquadramento Art. 7, Inciso V na resolução 5.272/2025 (Art. 7º, Inciso III, alínea 'a' na resolução 4.693/2021) para o enquadramento Art. 7, Inciso I (Art. 7, Inciso I, b na resolução 4.693/2021). As movimentações automáticas do fundo serão desabilitadas até a conclusão da alteração de regulamento. Os R\$ 3.000.000,00 Serão deixados para serem usados de acordo com a necessidade de pagamentos.

IPOJUCAREV





PARA TODOS
OS RPPS,



Posicione sua
câmera no QR Code
e conecte-se com
a gente!



AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA

Política de Investimentos

2026

ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br

Política de Investimentos 2026

1. Apresentação.....	3
1.1 O RPPS.....	3
1.2. Política De Investimentos	3
1.3 Objetivo	3
1.4 Base Legal	4
1.5 Vigência.....	4
1.6 Estudo De ALM – Asset Liability Management	4
2. Conteúdo	5
2.1 Modelo De Gestão.....	6
2.1.1 Governança.....	7
2.1.2 Política de Alçadas	8
2.1.2.1 Alçadas de Responsabilidade	8
2.1.2.2 Alçadas de Limites Financeiros	13
2.2 Estratégia de Alocação.....	13
2.2.1 Cenário Econômico	14
2.2.1.1 Expectativas De Mercado.....	16
2.2.2 Carteira De Investimentos E Condição De Liquidez	17
2.2.3 Objetivo Dos Investimentos	18
2.2.4 Estratégia De Alocação Para 2026	19
2.3 Credenciamento De Instituições E Seleção De Ativos.....	22
2.4 Parâmetros De Rentabilidade Perseguidos	22
2.5 Limites Para Investimentos Emitidos Por Uma Mesma Pessoa Jurídica	23
2.6 Precificação Dos Ativos	25
2.7 Avaliação E Monitoramento Dos Riscos	26
2.8 Avaliação E Acompanhamento Do Retorno Dos Investimentos	28
2.9. Vedações	29
2.10. Plano De Contingência.....	30
2.11. Provisão De Perdas Contábeis	31
2.12. Resgate De Fundos De Investimentos Com Cota Negativa.....	31
2.13. Acompanhamento E Revisão Da Política De Investimentos	32
3. Transparência	33
4. Disposições Finais	33
5. Anexos	36

Política de Investimentos 2026

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O RPPS

A Autarquia Previdenciária do Município do Ipojuca (IpojucaPrev) foi criada pela Lei nº 1.794, de 27 de fevereiro de 2015 e tem como finalidade gerenciar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), exercendo a administração do Fundo Previdenciário do Município do Ipojuca (FUNPREI) cuja criação foi por meio da Lei nº 1.312, de 29 de abril de 2002. Promovendo o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e assegurando o cumprimento das obrigações futuras do ente empregador com seus servidores.

Ademais, compete principalmente: cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas previdenciárias; planejar, projetar, regulamentar e operacionalizar o RPPS; arrecadar e gerir os recursos do FUNPREI; propor a política e diretrizes de investimentos dos recursos do FUNPREI; realizar avaliações atuariais e propor ajustes à organização e operação do FUNPREI.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o instrumento que estabelece as diretrizes e os princípios que norteiam o processo de gestão e aplicação dos recursos previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social ("RPPS"), observando os fundamentos de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza das obrigações e transparência.

Este documento tem por finalidade orientar a tomada de decisão dos investimentos, assegurando que as aplicações dos recursos sejam realizadas de forma responsável, técnica e compatível com os objetivos atuariais e financeiros do IPOJUCAPREV.

A Política de Investimentos 2026 incorpora as melhores práticas de governança e de gestão previdenciária, estando alinhada às normas federais e municipais aplicáveis, bem como às orientações emanadas dos órgãos de controle e supervisão, visando garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Esta Política de Investimentos constitui-se em uma versão adequada à Resolução CMN nº 5.272 de 18 de dezembro de 2025 cuja vigência tem início em 1º de fevereiro de 2026.

1.3. OBJETIVO

A presente Política de Investimentos tem como objetivos:

I – Assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do IPOJUCAPREV, por meio da adequada compatibilização entre ativos e passivos previdenciários;

II – Promover a maximização da rentabilidade ajustada ao risco, em conformidade com o perfil de investidor do IPOJUCAPREV e com a duração do passivo atuarial;

Política de Investimentos 2026

III – Garantir liquidez suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações previdenciárias e administrativas;

IV – Assegurar a diversificação e mitigação de riscos, evitando concentrações excessivas em emissores, setores ou classes de ativos;

V – Fomentar a transparência e a rastreabilidade nas decisões de investimento;

VI – Estabelecer critérios técnicos e éticos para a seleção, acompanhamento e avaliação de instituições financeiras, gestores e ativos;

VII – Promover, de forma gradual, a integração de fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) nos processos de análise e decisão de investimentos;

VIII – Servir como referência normativa e operacional para a Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselhos do IPOJUCAPREV.

1.4. BASE LEGAL

A presente Política de Investimentos foi elaborada em conformidade com a legislação vigente, em especial a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025 (“Resolução 5.272”) e a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022 (“Portaria 1.467”) que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

1.5. VIGÊNCIA

A vigência desta Política de Investimentos compreenderá o período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2026 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo conselho deliberativo, conforme determina o art. 5º da Resolução 5.272.

Nos termos do §1º do art. 4º da referida Resolução, a Política poderá ser revista, justificadamente, no curso de sua execução, inclusive com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.

1.6. ESTUDO DE ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

Conforme determina o art. 6º da Resolução 5.272, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do regime, o IpojucaPrev adota o Estudo de ALM, elaborado anualmente, cujo objetivo é o gerenciamento de ativo e passivos para mitigar o risco de descasamento entre o fluxo de caixa dos investimentos e as exigibilidades previdenciárias. As aplicações de recursos, especialmente aquelas que envolvam prazos de carência, desinvestimento ou baixa liquidez (como cotas de fundos fechados ou com prazo de conversão), serão precedidas de uma análise rigorosa.

O Estudo de ALM desenvolvido para o IPOJUCAPREV consiste na modelagem conjunta de três dimensões fundamentais: cenário macroeconômico, passivo atuarial e ativos financeiros; com o

Política de Investimentos 2026

objetivo de projetar o equilíbrio de longo prazo entre o patrimônio e as obrigações futuras do regime.

A análise é conduzida a partir das seguintes etapas metodológicas:

1. **Modelagem Atuarial:** estimativa dos fluxos de caixa previdenciários futuros, considerando dados cadastrais e premissas atuariais fornecidas pela assessoria atuarial;
2. **Modelagem Macroeconômica:** utilização de projeções de variáveis econômicas de longo prazo (taxa de juros, inflação e crescimento) com base em fontes como Banco Central, Anbima e CVM;
3. **Modelagem de Investimentos:** projeção de rentabilidade e volatilidade esperadas para cada classe de ativo, utilizando parâmetros históricos e taxas indicativas de mercado;
4. **Otimização da Carteira:** aplicação da moderna teoria de portfólios de Markowitz (1952), por meio da construção da fronteira eficiente, buscando a melhor combinação de ativos para atingir a rentabilidade real necessária, com o menor risco possível e dentro dos limites regulatórios definidos pela Resolução 5.272 e pela Portaria 1.467;
5. **Compatibilização Ativo-Passivo:** associação entre os vencimentos dos títulos públicos e os fluxos de pagamento de benefícios projetados, garantindo sincronia temporal e mitigação do risco de liquidez.

Complementarmente, o estudo contemplou análises de solvência com base em 1.000 simulações estocásticas, por meio de movimento browniano, realizadas para cada ano ao longo de toda a projeção do plano. A partir desses cenários, buscou-se identificar a probabilidade de o regime se manter solvente, medida pela razão de solvência. Quando essa razão apresenta valores superiores a 1, o que representa a relação entre os ativos e os passivos projetados, indica-se que os ativos são suficientes para suportar os passivos do plano previdenciário.

Os resultados apontaram robustez do portfólio proposto, com probabilidade superior a 99% de manutenção da solvência em todos os cenários simulados. Tais evidências confirmam a adequada aderência entre os ativos e passivos previdenciários, bem como a eficiência da diversificação da carteira na mitigação dos riscos de mercado e na preservação da solvência de longo prazo do RPPS.

Considerando que o estudo atuarial de 2026 será atualizado no início do ano, será realizada a atualização do ALM após a finalização do estudo e o recebimento dos novos fluxos atuariais, considerando os dados contantes na data-base de 31/12/2025. Além disso, serão atualizadas também as projeções de rentabilidade e volatilidade dos ativos financeiros.

2. CONTEÚDO

O **art. 4º da Resolução 5.272**, que versa sobre a Política de Investimentos, traz o seguinte texto:

Art. 4º Os responsáveis pela gestão do RPPS, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

I - o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de prestadores de serviços, com base no disposto no art. 21, § 5º, e no art. 24;

Política de Investimentos 2026

II - a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;

III - os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;

IV - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;

V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;

VI - a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;

VII - a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos; e

VIII - o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos RPPSs, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

A **Seção II da Portaria 1.467** reforça, a partir do art. 102, o que determina a Resolução 5.272 e traz maior detalhamento do conteúdo a ser abordado na Política de Investimentos.

A presente Política de Investimentos abordará, a seguir, cada um dos tópicos supracitados considerando o que determinam as duas normas.

2.1 MODELO DE GESTÃO

A **Resolução 5.272** traz no **art. 21** a seguinte redação:

Art. 21. Os recursos dos RPPSs poderão ser geridos em carteira própria, carteira administrada ou mista.

§ 1º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - **carteira própria**, quando o órgão ou entidade gestora do RPPS efetua diretamente as aplicações dos recursos do regime, selecionando os segmentos e ativos previstos nesta Resolução;

II - **carteira administrada**, quando o órgão ou entidade gestora do RPPS contrata, nos termos do mandato por ele conferido, instituições financeiras, registradas e autorizadas nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, para administração profissional de sua carteira de valores mobiliários; ou

Política de Investimentos 2026

III - **carteira mista**, quando parte das aplicações são realizadas em carteira própria e parte em carteira administrada.

O IPOJUCAPREV adota o modelo de gestão por **carteira própria**. Este modelo implica que as decisões estratégicas e táticas de investimento são integralmente formuladas e executadas por instâncias internas do RPPS, quais sejam: Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselhos, garantindo a autonomia decisória e a segregação de funções essenciais ao processo de gestão.

2.1.1 GOVERNANÇA

A estrutura do IpojucaPrev, Unidade gestora do FUNPREI, no que se refere à gestão dos recursos, tem as seguintes atribuições:

Diretoria de Investimentos que tem o papel de “Decidir sobre investimentos das reservas garantidoras de benefícios do FUNPREI, observada a política e as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Previdenciário Municipal e atendendo as diretrizes da política nacional de investimentos definidas pelos órgãos com esta competência”

A elaboração da Política de Investimentos deverá ser feita pela Diretoria de Investimentos, em conjunto com o **Comitê de Investimentos**, criado pelo Decreto nº 008/2025, conforme art 1º “órgão de natureza consultiva, com o objetivo primordial de **assessorar na gestão de ativos previdenciários e na elaboração e execução da Política de Investimentos**, participando do processo decisório nos assuntos relacionadas à gestão dos ativos previdenciários, com observâncias às exigências legais vigentes à matéria e aos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência dos investimentos”

Com relação à **governança** do RPPS, o **Comitê de Investimentos** é o órgão responsável pela execução desta Política de Investimentos, sendo este o detentor do mandato para as movimentações (aplicações e resgates) e manutenção da carteira de investimentos ao longo do ano. A estrutura do Comitê é apresentada em Regimento Interno próprio.

O **Conselho Deliberativo** é órgão superior competente que tem a função de “aprovar a Política e as diretrizes de investimento dos recursos do FUNPREI...”, conforme art 65º da Lei Municipal nº 1.442 de 2006. É o órgão máximo do RPPS, que deverá aprovar a Política de Investimentos, acompanhar a gestão dos investimentos realizando reuniões mensalmente, conforme previsto na legislação local.

O **Conselho Fiscal** é o principal órgão de controle interno do RPPS e atuará buscando zelar pela gestão econômico-financeira do regime, examinando quando necessário o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão, além de verificar a ocorrência das premissas e resultados da avaliação atuarial, acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos. **O Conselho Fiscal atuará com o acompanhamento e fiscalização da gestão dos investimentos.**

Para balizar as decisões poderão ser solicitadas opiniões de profissionais externos, como da Consultoria de Investimentos contratada, outros Regimes Próprios de Previdência Social, instituições financeiras, distribuidores, gestores ou administradores de fundos de

Política de Investimentos 2026

investimentos ou outros. No entanto, as decisões finais são restritas à Diretoria, Comitê e Conselhos, sendo as suas discussões, deliberações e votos detalhados nas respectivas atas.

O RPPS conta com o serviço de **consultoria de investimento** da empresa Matias e Leitão Consultores Associados LTDA, sob nome fantasia “LEMA Economia & Finanças”, e inscrita no CNPJ 14.813.501/0001-00 autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, contratada para prestação de serviço quanto a análise, avaliação e assessoramento dos investimentos do RPPS. A **Consultoria** atuará conforme legislação que rege sua atuação e os investimentos dos RPPS, através de análise de cenário, estudo de carteira, vislumbrando a otimização da carteira para o atingimento dos objetivos traçados nesta política, sem incorrer em elevado risco nos investimentos.

2.1.2 POLÍTICA DE ALÇADAS

A criação do Limite de Alçada na Gestão dos Recursos foi realizada visando enaltecer a separação das responsabilidades dos agentes responsáveis pelos principais processos referentes à gestão dos investimentos e acompanhamento das aplicações, fazendo com que as decisões sejam tomadas de forma ágil, atendendo aos requisitos de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez, em especial em atendimento ao disposto no § 5º do artigo 1º da Resolução nº 5272, de 18 de dezembro de 2025

§ 5º O RPPS deve definir formal e claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância..”

No âmbito de Ipojuca, na 4ª reunião ordinária dos Órgãos Colegiados do IpojucaPrev, realizada no dia 29 de abril de 2021, foi apresentado e deliberado o documento de Limite de Alçada na Gestão dos Recursos.

Evidencia-se que na Lei Municipal nº 1.794, de 27 de fevereiro de 2015 é obrigatório que no mínimo 2 (dois) responsáveis assinem em conjunto todos os atos relativos aos investimentos e que envolvam recursos orçamentários ou financeiros do RPPS, possibilitando o compartilhamento de responsabilidade entre seus dirigentes.

Os próximos itens irão detalhar as alçadas em relação primeiramente às responsabilidades e, posteriormente, em relação aos limites financeiros para movimentações.

2.1.2.1 Alçadas de Responsabilidades

Nesse item, serão apresentadas as principais atividades da gestão de recursos que envolvem tomadas de decisão sobre a determinação da Política de Investimentos a ser aplicada, o acompanhamento da sua execução, credenciamento das Instituições Financeiras e as movimentações financeiras.

Política de Investimentos 2026

- Alçadas quanto à Política de Investimentos e DPIN

- Diretoria de Investimentos
 - Elaborar, em conjunto com a consultoria contratada e com o Comitê de Investimentos a proposta de Política de Investimentos de acordo com a legislação vigente e as perspectivas de cenário.
 - Apresentar a Política de Investimentos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal
 - Enviar a ata da aprovação da política de Investimentos para a Consultoria contratada, para que possa ser elaborado o DPIN.
- Comitê de Investimentos
 - Participar da elaboração da Política de Investimentos;
 - Participar na execução da Política de Investimentos;
- Conselhos Deliberativo e Fiscal
 - Aprovar a Política de Investimentos
 - Acompanhar a execução da Política de Investimentos
- Consultoria Contratada
 - Auxiliar na elaboração da Política de Investimentos
 - Disponibilizar as informações suficientes para o acompanhamento da Política de Investimentos em sistema próprio
 - Envio do DPIN pelo sistema CADPREV

- Alçadas quanto ao Credenciamento de Instituições

Diretoria de Investimentos

- Fazer check-list e análise da documentação do credenciamento em conjunto com o Comitê de Investimentos;
 - Em caso de novas instituições credenciadas, solicitar parecer técnico da Consultoria contratada;
 - Publicação no site das informações pertinentes ao processo de credenciamento, relação de instituições credenciadas, de acordo com as exigências legais;
- Comitê de Investimentos
 - Auxiliar na análise da documentação do credenciamento;

Política de Investimentos 2026

- Conselho Deliberativo
 - Aprovar a atualização de credenciamento ou o credenciamento de novas instituições
- Consultoria Contratada
 - Auxiliar na cobrança da documentação às instituições que pretendem ser credenciadas junto ao instituto.
 - Auxiliar na verificação dos documentos presentes no check-list;
 - Elaboração de parecer técnico sobre as instituições e sobre os produtos ofertados por estas, quando solicitado.

- Alçadas quanto ao Acompanhamento da Carteira e da Política de Investimentos

- Diretoria de Investimentos
 - Acompanhar o cenário e perspectivas econômicas
 - Realizar calls e reuniões com gestores dos fundos, como parte do processo de diligência;
 - Elaborar o Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos, apresentando as principais informações sobre a Carteira, as movimentações realizadas no período e demais informações relevantes sobre a sua área de atuação.
 - Discutir o Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos com o Comitê de Investimentos. Apresentando os seus resultados para que os Conselhos Fiscal e Deliberativo possam deliberar sobre a sua aprovação.
 - Verificar os parâmetros de riscos definidos na Política de Investimentos, atendendo aos passos previstos nos planos de contingência, quando for o caso.
 - Solicitar à Consultoria contratada, parecer técnico quando os limites previstos na Política de Investimentos forem atingidos, de acordo com o plano de contingência.
 - Discussão do parecer do plano de contingência com o Comitê de Investimentos
 - Discussão das propostas de movimentação da carteira com o Comitê de Investimentos
 - Apresentar o parecer de contingência e as deliberações de movimentação da carteira realizadas pelo Comitê de Investimentos para os Conselheiros;
 - Efetuar as movimentações financeiras de acordo com as deliberações. Os documentos com ordens de aplicações e/ou resgate sempre devem ser assinados pelo Diretor de Investimentos em conjunto com o Presidente Executivo, podendo

Política de Investimentos 2026

ser substituídos pelo Diretor Administrativo e Financeiro em caso de ausência de um dos dois.

- Elaborar o relatório de acompanhamento da execução da Política de Investimentos referente ao exercício anterior, consolidando informações de rentabilidade, enquadramento, riscos e aderência às diretrizes estabelecidas.
- Comitê de Investimentos
 - Auxiliar na execução da Política de Investimentos;
 - Discutir sobre o Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos e emitir parecer para que os Conselhos Fiscal e Deliberativo possam deliberar sobre a sua aprovação.
 - Acompanhar os indicadores de risco e retorno das aplicações;
 - Deliberar sobre o parecer da consultoria contratada, em caso de plano de contingência.
 - Auxiliar na elaboração do relatório de acompanhamento da execução da política de investimentos, relativo ao ano anterior, no início de cada exercício. Emitir para avaliação dos conselhos.
- Conselho Fiscal
 - Acompanhar a execução da Política de Investimentos;
 - Deliberar sobre a aprovação do Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos, considerando o parecer emitido pelo Comitê de Investimentos.

No início de cada exercício, analisar e aprovar o relatório de acompanhamento da execução da Política de Investimentos, avaliando seu conteúdo, a conformidade com a regulamentação vigente e o cumprimento das diretrizes aprovadas durante o exercício analisado. Registrar seu parecer e orientar providências quando identificadas inconsistências ou descumprimentos identificados.
- Conselho Deliberativo
 - Acompanhar a execução da Política de Investimentos;
 - Deliberar sobre a aprovação do Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos, considerando o parecer emitido pelo Comitê de Investimentos.

No início de cada exercício, analisar e aprovar o relatório de acompanhamento da execução da Política de Investimentos, avaliando seu conteúdo, a conformidade com a regulamentação vigente e o cumprimento das diretrizes aprovadas. Registrar seu parecer e orientar providências quando identificadas inconsistências ou descumprimentos identificados.

Política de Investimentos 2026

- Consultoria Contratada
 - Alimentar o sistema de informações próprio com as informações da carteira;
 - Subsidiar com informações os participantes do processo decisório, inclusive sobre o cenário e perspectivas econômicas;
 - Elaboração de parecer técnico sobre a carteira de investimentos, fundos de investimentos, instituições financeiras, produtos ofertados, dentre outros assuntos pertinentes a sua área de atuação, quando solicitado.
 - Elaboração de parecer técnico em caso de limites de risco previstos na Política de Investimentos serem atingidos, atendendo ao plano de contingência.
 - Auxiliar na elaboração do relatório de acompanhamento da execução da política de investimentos, relativo ao ano anterior, no início de cada exercício.

- Alçadas quanto às Movimentações da carteira (Aplicações e Resgates)

- Diretoria de Investimentos
 - Solicitar à Consultoria contratada, parecer técnico sobre novas movimentações na carteira
 - Discussão do parecer sobre as movimentações com o Comitê de Investimentos
 - Apresentar em reunião as propostas de movimentação, de acordo com os limites de alçada financeiras do item 3 a seguir;
 - Efetuar as movimentações financeiras de acordo com as deliberações
- Comitê de Investimentos
 - Participar diretamente das decisões de investimento, em consonância com a Política de Investimentos;
 - Deliberar sobre as propostas de movimentação, de acordo com os limites de alçada financeiras do item 2.1.3.2 a seguir;
- Conselho Deliberativo
 - Deliberar sobre as propostas de movimentação, de acordo com os limites de alçada financeiras do item 2.1.3.2 a seguir;
 - Referendar as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos.
- Consultoria Contratada
 - Subsidiar com informações os participantes do processo decisório, inclusive sobre o cenário e perspectivas econômicas;

Política de Investimentos 2026

- Elaboração de parecer técnico sobre a carteira de investimentos, fundos de investimentos, instituições financeiras, produtos ofertados, dentre outros assuntos pertinentes a sua área de atuação, quando solicitado.

2.1.2.2 Alçadas de Limites Financeiros

Ficam definidos as seguintes alçadas de limites financeiros, que devem ser levadas em consideração para tomada de decisão de investimentos, quais sejam:

- i. Movimentações cujos valores sejam iguais ou inferiores a 1,00% do PL podem ser realizadas pela Diretoria de Investimentos do RPPS, desde que seja aderente à Política de Investimentos;
- ii. Movimentações cujos valores sejam superiores a 1,00% do PL e inferiores a 5,00% do PL, obrigatoriamente, necessitarão de autorização do Comitê de Investimentos do RPPS;
- iii. Movimentações cujos valores sejam superiores a 5,00% do PL, obrigatoriamente, necessitarão de autorização do Comitê de Investimentos e do Conselho Deliberativo do RPPS; e
- iv. Caso haja nova aplicação em fundo de investimento cuja instituição gestora ou administradora ainda não possua relacionamento com o RPPS, independente do valor, esta deverá ser submetida a aprovação do Comitê de Investimentos. O mesmo vale para aplicação em fundo de investimento enquadrado em artigo ainda não presente da carteira de investimentos do RPPS.

2.2 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

Conforme exposto no inciso II do artigo 102 da Portaria 1.467, no que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.

O **art. 2º da Resolução 5.272** determina que os recursos dos RPPS devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

- I - renda fixa;
- II - renda variável;
- III - investimentos no exterior;
- IV - investimentos estruturados;

Política de Investimentos 2026

V - fundos imobiliários; e

VI - empréstimos consignados.

§ 1º Para efeito desta Resolução, são considerados investimentos estruturados:

I - cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Multimercado";

II - cotas de classes de fundos de investimento em participações – FIP;

III - cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como “Ações – Mercado de Acesso”; e

IV - cotas de classes de Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais – Fiagro.

As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS.

Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do RPPS.

As aplicações com prazos de recebimento superiores a 2 anos deverão ser precedidas de **atestado elaborado pela Unidade Gestora** evidenciando a compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 115 da Portaria 1.467.

A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos, focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política, considerando o perfil de risco do RPPS, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, se resguardando de manter-se sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467.

Para a formação do portfólio ideal, começaremos com uma breve abordagem do cenário econômico atual e projetado.

2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO

A economia brasileira apresentou desempenho desigual em novembro, em um ambiente de juros elevados e restrições externas. O setor de serviços voltou à expansão, com o PMI em 50,1 pontos, enquanto a indústria permaneceu em contração, apesar da melhora do indicador para 48,8 pontos. O PMI Composto avançou para 49,6 pontos, sugerindo desaceleração do ritmo de retração, mas ainda compatível com um cenário de atividade enfraquecida. Em linha com esse quadro, o PIB cresceu apenas 0,1% no terceiro trimestre, indicando estabilidade da atividade, com serviços praticamente estagnados e crescimento moderado da agropecuária e da indústria.

Política de Investimentos 2026

Mesmo com a moderação do crescimento, o mercado de trabalho segue como importante vetor de sustentação da atividade. A taxa de desocupação recuou para 5,4% no trimestre encerrado em outubro, o menor nível da série histórica, enquanto a população ocupada atingiu recorde de 102,6 milhões de pessoas e o número de trabalhadores com carteira assinada chegou a 39,2 milhões. A massa de rendimento médio real somou R\$ 357,3 bilhões, com alta de 5% em 12 meses, sustentando a renda das famílias e contribuindo para a manutenção do consumo.

Esse contexto relativamente mais favorável às famílias se refletiu em nova elevação da confiança do consumidor. O ICC avançou para 89,8 pontos em novembro, com melhora disseminada entre as faixas de renda e tanto na avaliação da situação atual quanto nas expectativas. Ainda assim, a taxa de juros elevada, associada ao endividamento e à inadimplência das famílias, continua limitando um avanço mais consistente da confiança.

No campo fiscal, os indicadores mantiveram trajetória de deterioração. A Dívida Bruta do Governo Geral subiu para 78,6% do PIB em outubro, o maior patamar desde 2021, influenciada pela apropriação de juros nominais e pelo crescimento mais lento da economia. A Dívida Líquida do Setor Público também avançou, alcançando 65,0% do PIB, reforçando o quadro de fragilidade fiscal e a necessidade de atenção à sustentabilidade das contas públicas.

A inflação voltou a acelerar em novembro, com o IPCA registrando alta de 0,18%, acima do resultado de outubro. No acumulado em 12 meses, o índice recuou para 4,46%, dentro da faixa de tolerância da meta, mas ainda acima do centro de 3,00%. O resultado foi influenciado principalmente por altas em despesas pessoais, habitação e transportes, com destaque para as passagens aéreas, enquanto artigos de residência e comunicação contribuíram negativamente. Diante desse cenário, o Copom manteve a taxa Selic em 15,00% ao ano, reforçando a necessidade de postura cautelosa diante de expectativas inflacionárias ainda desancoradas.

Apesar das incertezas domésticas, o Brasil segue atraindo capital estrangeiro. O Investimento Direto no País somou US\$ 74,3 bilhões até outubro, superando o resultado de todo o ano anterior, enquanto o fluxo acumulado em 12 meses alcançou US\$ 80,1 bilhões, favorecido pelo diferencial de juros elevado e pela atratividade relativa dos ativos brasileiros.

No cenário internacional, os Estados Unidos apresentaram perda de dinamismo no mercado de trabalho e sinais mistos de atividade, com estabilidade nos serviços e fraqueza persistente na indústria. Na zona do euro, os dados indicaram contraste entre serviços mais resilientes e indústria em contração, com inflação próxima da meta do BCE. Na China, os indicadores de novembro apontaram desaceleração tanto nos serviços quanto na indústria, reforçando expectativas de novos estímulos. No campo geopolítico, destacou-se o fortalecimento das relações comerciais entre os Estados Unidos e países da América Latina, incluindo a retirada de tarifas sobre produtos brasileiros, restabelecendo condições de competitividade no mercado norte-americano.

Além disso, ao longo deste ano tem sido observado um fechamento da curva de juros, o que favoreceu o desempenho dos índices de renda fixa de maior *duration*, como IRF-M, IRF-M 1+, IMA-B e IMA-B 5+. Considerando a natureza do mercado de juros, que tende a antecipar movimentos de cortes por parte do Banco Central, existe a possibilidade — ainda que menos clara e concreta do que no caso dos ativos conservadores — de que tais investimentos se beneficiem desse ambiente e capturem ganhos adicionais por meio da marcação a mercado.

Outro segmento que pode se beneficiar, especialmente em um cenário de saída de recursos dos mercados de países desenvolvidos em direção a economias emergentes, como o Brasil, é o mercado de ações doméstico. Apesar dos desafios estruturais enfrentados pelas companhias brasileiras e das incertezas adicionais associadas ao ano eleitoral de 2026, o fluxo

Política de Investimentos 2026

de capitais tende a se manter, impulsionado pelos cortes de juros do Federal Reserve e pelos resultados positivos reportados pelas empresas listadas na B3. Nesse contexto, o movimento de alta do Ibovespa, observado em 2025, pode se prolongar em 2026, trazendo ganhos adicionais para carteiras mais expostas ao risco de mercado.

As projeções para os mercados de ações internacionais em 2026 indicam um cenário de moderação, mas com oportunidades relevantes para investidores atentos às particularidades regionais. Nos Estados Unidos, espera-se que os cortes de juros pelo Federal Reserve sustentem o apetite por ativos de risco, favorecendo especialmente empresas de tecnologia e crescimento, ainda que riscos ligados à inflação persistente e tensões comerciais possam gerar volatilidade. Na Europa, a recuperação econômica tende a ser mais gradual, com ganhos concentrados em setores cíclicos e de valor, enquanto custos elevados de energia e pressões regulatórias continuam a limitar parte do avanço. Já na Ásia, a China deve mostrar sinais de estabilização após um período de fragilidade, apoiada em estímulos internos e maior consumo doméstico. O movimento de realocação de capitais de mercados desenvolvidos para emergentes pode reforçar a atratividade dessas regiões. Contudo, incertezas relacionadas a geopolítica, comércio internacional e câmbio permanecem no radar. Nesse contexto, 2026 tende a ser um ano de ganhos mais seletivos, exigindo estratégias de diversificação para capturar oportunidades sem ignorar os riscos globais.

De acordo com as projeções mais recentes do Relatório Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, a economia brasileira deve apresentar arrefecimento nos próximos anos, refletindo os efeitos da política monetária ainda restritiva. O Produto Interno Bruto (PIB) é estimado em crescimento de 2,26% em 2025 e de 1,80% em 2026, sinalizando perda de dinamismo frente ao ciclo anterior. No que se refere à inflação, as expectativas para o IPCA vêm sendo gradualmente revistas para baixo em um contexto de desaceleração da atividade, projetando-se variação de 4,32% em 2025 e de 4,05% em 2026. Embora os números permaneçam acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,0% a partir de 2025, para 2026 se situam dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Esse cenário indica que, ainda que o processo desinflacionário esteja em curso, o Banco Central deverá manter cautela na condução da política monetária, de forma a garantir a convergência das expectativas no médio prazo.

2.2.1.1 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Mediana - Agregado	2025							2026						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,43	4,33	4,32	▼ (7)	152	4,31	111	4,17	4,06	4,05	▼ (6)	151	4,06	110
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,26	2,26	= (1)	120	2,27	65	1,78	1,80	1,80	= (3)	118	1,80	63
Câmbio (R\$/US\$)	5,40	5,43	5,44	▲ (2)	127	5,45	76	5,50	5,50	5,50	= (11)	124	5,50	73
Selic (% aa)	15,00	-	-	-	-	-	-	12,00	12,25	12,25	= (1)	149	12,13	88
IGPM (variação %)	-0,57	-0,74	-0,80	▼ (16)	79	-0,86	49	4,00	3,99	3,95	▼ (2)	77	4,00	47
IPCA Administrados (variação %)	5,18	5,32	5,32	= (1)	96	5,32	73	3,80	3,71	3,72	▲ (1)	95	3,71	72
Conta corrente (US\$ bilhões)	-72,60	-74,10	-74,85	▼ (12)	38	-75,07	21	-65,39	-67,05	-67,00	▲ (1)	38	-67,90	21
Balança comercial (US\$ bilhões)	62,85	63,01	63,00	▼ (1)	37	62,70	23	65,70	66,10	66,00	▼ (2)	37	65,80	23
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	73,00	79,25	79,70	▲ (2)	35	80,00	21	70,00	72,40	74,00	▲ (2)	35	74,00	21
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,83	65,97	65,97	= (2)	55	65,94	32	70,20	70,25	70,25	= (1)	54	70,20	31
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	= (12)	63	-0,50	32	-0,60	-0,60	-0,56	▲ (1)	62	-0,55	32
Resultado nominal (% do PIB)	-8,46	-8,43	-8,43	= (1)	54	-8,44	30	-8,70	-8,70	-8,61	▲ (1)	53	-8,70	29

Fonte: Relatório Focus de 26/12/2025 (Banco Central)

Política de Investimentos 2026

2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ

Atualmente, o RPPS detém um patrimônio de R\$ 666.801.425,54, distribuídos entre 28 fundos de investimento e 14 títulos adquiridos diretamente, sendo 11 públicos e 3 privados, conforme a seguinte distribuição:

ATIVO	SALDO R\$	%	DISP.	ENQUADRAMENTO
TÍTULOS PÚBLICOS	233.356.946,38	35,00%	-	7, I "a"
BB TP FI RF REF DI	32.574.422,20	4,89%	D+0	7, I "b"
TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	23.564.472,87	3,53%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	18.926.638,13	2,84%	D+0	7, I "b"
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RENTA FIXA LP	13.594.754,02	2,04%	D+1	7, I "b"
BNB SOBERANO FI RENTA FIXA	8.502.334,92	1,28%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2030 III TP FI RF	3.471.496,76	0,52%	D+2	7, I "b"
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	80.892.538,69	12,13%	D+0	7, III "a"
BRANCO PREMIUM FI RF REF DI	37.166.666,97	5,57%	D+0	7, III "a"
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	2.858.500,16	0,43%	D+0	7, III "a"
TÍTULOS PRIVADOS	57.623.973,86	8,64%	-	7, IV
INVEST DUNAS FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR LP	35.258,75	0,01%	(vide regulamento)	7, V "a"
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC RENTA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	21.301.717,17	3,19%	D+31	7, V "b"
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG FIF RF CRED PRIV LONGO PRAZO IS - RESP LIMITADA	5.076.522,19	0,76%	D+46	7, V "b"
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	13.910.916,22	2,09%	D+29	8, I
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	13.729.363,14	2,06%	D+15	8, I
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	9.483.094,59	1,42%	D+20	8, I
KÍNITRO FIF AÇÕES	9.088.087,10	1,36%	D+10	8, I
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	8.179.465,01	1,23%	D+3	8, I

Política de Investimentos 2026

PLURAL DIVIDENDOS FIA	8.172.286,73	1,23%	D+3	8, I
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA	6.434.049,62	0,96%	D+32	8, I
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	5.342.086,93	0,80%	D+3	8, I
CAIXA EXPERT PIMCO INCOME MULTIMERCADO LP	12.773.297,64	1,92%	D+8	9, II
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FIA IE	4.968.068,30	0,75%	D+6	9, II
MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVISORY FIC FIA IE	3.672.574,73	0,55%	D+6	9, II
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	21.782.355,59	3,27%	D+3	9, III
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO FI MULTIMERCADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	6.400.903,32	0,96%	D+3	10, I
BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA	2.651.084,85	0,40%	None	10, II
VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FII - CLASSE B	636.941,95	0,10%	None	11
SINGULARE FII - REIT11	630.606,75	0,09%	None	11
TOTAL	666.801.425,54	100,00%	-	-

Fonte: Uno. Carteira no fechamento de Novembro de 2025

A carteira apresenta uma condição favorável de liquidez, pois os fundos não possuem prazo de carência, e aqueles com prazos de resgate mais longos disponibilizam os recursos em até 46 dias úteis. Assim, o IPOJUCAPREV tem a capacidade de converter seus investimentos em caixa nesse período, contribuindo para atender à liquidez necessária para o plano de benefícios e para alinhar melhor o fluxo de recursos entre as obrigações e os investimentos do RPPS.

2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS

A presente Política de Investimentos tem por objetivo definir uma estratégia de investimentos que busque assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do IPOJUCAPREV, por meio da adequada compatibilização entre ativos e passivos previdenciários, promovendo a maximização da rentabilidade ajustada ao risco, em conformidade com o perfil de investidor do

Política de Investimentos 2026

IPOJUCAPREV e com a duração do passivo atuarial. Busca-se, ainda, garantir liquidez suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações previdenciárias e administrativas, bem como assegurar a diversificação e a mitigação de riscos, evitando concentrações excessivas em emissores, setores ou classes de ativos. Ademais, a Política visa fomentar a transparência e a rastreabilidade nas decisões de investimento, estabelecendo critérios técnicos para a seleção, o acompanhamento e a avaliação de instituições financeiras e ativos, promovendo, de forma gradual, quando pertinente, a incorporação de fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) nos processos de análise e decisão. Por fim, serve como referência normativa e operacional para a Diretoria Executiva, o Comitê de Investimentos e os Conselhos do IPOJUCAPREV.

Conforme indicado no Inciso IV do artigo 102 da Portaria 1.467, no que se refere aos parâmetros de rentabilidade, deverá a gestão definir a meta de rentabilidade futura dos investimentos, buscar a compatibilidade com o perfil da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base cenários macroeconômico e financeiros e os fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas futuras do RPPS e observar a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

A metodologia para projeção do “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos” utilizada nessa Política, baseia-se nos índices de referência dos fundos enquadrados na Resolução 5.272, abrangendo Renda Fixa, Renda Variável, Investimento no Exterior e Multimercado. Para projeção de retornos dos índices ANBIMA, utilizam-se as taxas indicativas do fechamento do mês anterior, enquanto os pós-fixados (CDI) são projetados pelo vértice de 12 meses da curva de juros; já para os títulos de emissão privada considera-se 120% da projeção do CDI, em função do prêmio acima das negociações com títulos públicos. Para renda variável, o retorno é estimado a partir da média histórica dos últimos 60 meses: no Brasil, pelo Ibovespa; nos EUA, pelo S&P 500, podendo incluir ou não a expectativa cambial do Relatório Focus; e, no exterior, pelo MSCI World, também com ou sem ajuste cambial conforme o caso. Por fim, o resultado da análise de perfil do investidor (suitability) define se o RPPS será enquadrado como conservador, moderado ou agressivo, orientando a composição da carteira padrão para cada perfil.

A metodologia e os dados utilizados para a projeção estão expostos no anexo I desta Política. Assim, temos três possíveis cenários de retornos reais, considerando os diferentes perfis de investidores para os investimentos:

	Conservador	Moderado	Agressivo
Peso Renda Fixa	85,00%	80,00%	70,00%
Peso Demais segmentos	15,00%	20,00%	30,00%
MILP	9,22%	9,04%	8,65%

O resultado da análise do perfil de investidor (suitability) apontou o RPPS como Agressivo. Sendo, portanto, sua projeção de retorno real aqui considerada de 8,65%.

2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026

Considerando, portanto, o cenário econômico projetado, a alocação atual dos recursos, o perfil de risco evidenciado no *suitability*, os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do regime e as opções de investimentos previstas na Resolução 5.272, a decisão de alocação dos recursos para 2026 deverá ser norteadas pelos limites definidos na

Política de Investimentos 2026

tabela a seguir, com o intuito de obter retorno compatível com a meta de rentabilidade definida, sem incorrer em elevado nível de risco na gestão dos investimentos.

A coluna de “estratégia alvo” tem como objetivo tornar os limites de aplicação mais assertivos, considerando o cenário projetado atualmente. No entanto, as colunas de “limite inferior” e “limite superior” tornam as decisões mais flexíveis dada a dinâmica e as permanentes mudanças que o cenário econômico e de investimentos vivenciam.

A resolução CMN 5.272 graduou as possibilidades de aplicações em diversos enquadramentos, de acordo com o nível de pró-gestão do RPPS. Essas vedações foram consideradas na estratégia alvo, mantendo apenas as aplicações permitidas pela atual resolução.

Vale ressaltar que, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 27 da Resolução 5.272, os RPPS terão dois anos contados a partir da entrada em vigor desta Resolução, ou seja, 31 de janeiro de 2028, para adequar sua carteira aos limites impostos pela nova norma. Podendo este prazo ser estendido para os investimentos que estabeleciã, à época da aplicação, prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas poderão ser mantidas até o final de seus respectivos prazos.

Considerando que o IpojucaPrev mantém uma carteira diversificada entre as estratégias de alocação previstas na resolução anterior, será dada a preferência pela manutenção das aplicações, dentro do prazo estipulado, enquanto o processo de renovação do pró-gestão continua sendo realizado. De toda forma, novas aplicações nesses artigos estão totalmente vedadas, por força da vedação da resolução CMN 5.272

A metodologia para determinar a “estratégia alvo” foi a partir dos dados do último ALM, no qual foram definidas as estratégias de aplicação por benchmark, porém com as vedações da nova resolução, ficando da forma detalhada abaixo:

As aplicações no “Art. 7º, Inciso II - Títulos Públicos (oferta primária ou plataforma eletrônica)” terão estratégia alvo em 43,07%, conforme dados do último ALM. Os limites mínimos e máximos foram de 100% a mais ou a menos em relação à estratégia alvo

As aplicações no “Art. 7º, Inciso I - FI RF e ETF 100% Títulos Públicos” terão estratégia alvo do restante da carteira, ou seja 56,93% Os limites mínimos e máximos foram de 100% a mais ou a menos em relação à estratégia alvo

Enquadramento Res. 5.272/2025		Carteira Atual (%)		Limites 5.272	IPOJUCAPREV		
				Sem Pró-Gestão	Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa		R\$ 538.946.243,07	80,83%		20%	100%	100%
Art. 7º, I	FI RF e ETF 100% Títulos Públicos	R\$ 100.634.118,90	15,09%	100,00%	28,47%	56,93%	100,00%
Art. 7º, II	Títulos Públicos (of prim ou plat elet)	R\$ 233.356.946,38	35,00%	100,00%	21,54%	43,07%	86,14%
Art. 7º, III	Títulos Públicos (balcão)	R\$ -	0,00%	VEDADO			
Art. 7º, IV	Operações Compromissadas	R\$ -	0,00%				

Política de Investimentos 2026

Art. 7º, V	FI Renda Fixa e ETF	R\$ 120.917.705,82	18,13%				
Art. 7º, VI	Ativos Bancários	R\$ 57.623.973,86	8,64%				
Art. 7º, VII	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	R\$ 26.378.239,36	3,96%				
Art. 7º, VIII	FI "Debentures"	R\$ -	0,00%				
Art. 7º, IX	FI Direitos Creditórios (FIDC) - sênior	R\$ 35.258,75	0,01%				
Renda Variável		R\$ 96.121.704,93	14,42%		0%	0%	0%
8º, I	FI Ações	R\$ 74.339.349,34	11,15%	VEDADO			
8º, II	ETF de Ações	R\$ -	0,00%				
8º, III	BDR-Ações ou BDR-ETF de ações	R\$ 21.782.355,59	3,27%				
8º, IV	ETF - Internacional	R\$ -	0,00%				
Investimentos no Exterior		R\$ 21.413.940,67	3,21%		0%	0%	0%
9º, I	FI Renda Fixa - Dívida Externa	R\$ -	0,00%	VEDADO			
9º, II	FI Investimento no Exterior – qualif.	R\$ 21.413.940,67	3,21%				
9º, III	FI Investimento no Exterior - geral	R\$ -	0,00%				
Investimentos Estruturados		R\$ 9.051.988,17	1,36%		0%	0%	0%
10º, I	FI Multimercado	R\$ 6.400.903,32	0,96%	VEDADO			
10º, II	Fiagro		0,00%				
10º, III	FI em Participações	R\$ 2.651.084,85	0,40%				
10º, IV	FI "Ações - Mercado de Acesso"		0,00%				
Fundos Imobiliários		R\$ -	0,19%	0%			
11º	FI Imobiliário	R\$ 1.267.548,70	0,19%	VEDADO			
Empréstimos Consignados		R\$ -	0,00%	0%			
12º	Empréstimos Consignados		0,00%	10,00%	0%	0%	0%
Total Geral		R\$ 666.801.496,65	100%		20,00%	100,00%	100,00%

2.3. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS

No que se refere aos critérios para credenciamento de instituições e para seleção de ativos, deverá ser considerada a adequação ao perfil da carteira, ao ambiente interno e à estrutura de exposição a riscos do RPPS, e análise da solidez, porte e experiência das instituições credenciadas.

Política de Investimentos 2026

Para realizar o processo de credenciamento das instituições, o RPPS utiliza-se de um manual de credenciamento, detalhando os documentos necessários, assim como o passo a passo do processo. O manual foi elaborado levando em consideração os critérios listados na Seção III do Capítulo VI da Portaria 1.467.

O parágrafo segundo do artigo 103 diz que “os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição ao risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.”

O parágrafo terceiro traz os critérios que devem ser analisados e atestados formalmente pela unidade gestora, no momento do credenciamento de uma instituição:

I - registro ou autorização na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente. O próprio registro ou autorização serve como documento que respalda esse item, além da consulta ao site do órgão competente, indicando se há algum ponto de observância ou suspensão da instituição;

II - observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro. O respaldo a esse item é feito através da consulta ao site da instituição, constando os processos físicos e eletrônicos vinculados a instituição e aos responsáveis pela equipe de gestão;

III - análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores. O documento que respalda este item e os próximos dois itens é o Questionário Due Diligence;

IV - experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros.; e

V - análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

A seleção dos ativos levará em consideração o cenário econômico, a estratégia de alocação proposta no item acima, assim como nos objetivos a serem alcançados na gestão dos investimentos. Os ativos selecionados deverão, por obrigação da norma e desta Política, ser vinculados a instituição previamente credenciada junto ao RPPS.

2.4. PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS

O principal parâmetro de rentabilidade perseguido pelo RPPS é a Meta Atuarial (Taxa de Juros de Desconto), definida anualmente com base na regulamentação federal, buscando a solvência de longo prazo.

A metodologia para o cálculo da Taxa de Juros Real Anual (Meta Atuarial) segue estritamente o disposto na Portaria 1.467:

Política de Investimentos 2026

1. Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ): conforme o art. 39, a taxa de juros real anual é determinada pela Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ), utilizando o ponto dessa estrutura que seja o mais próximo da Duração do Passivo do RPPS.
2. Duração do Passivo: o § 2º do Art. 39 estabelece que a duração do passivo a ser utilizada deve ser aquela calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior (ou seja, a Avaliação Atuarial anterior à definição da meta).
3. Ajuste por Rentabilidade Histórica: Em observância ao art. 4º, Seção II, do Anexo VII, a taxa-parâmetro poderá ser acrescida de 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes tenham sido alcançados, limitado ao acréscimo total de 0,6 pontos percentuais.

Deste modo, a Meta Atuarial definida para o exercício de 2026 foi determinada por meio do seguinte processo técnico:

Duração do Passivo: Calculada na Avaliação Atuarial de 2025 (data-base 2024), realizada pela Actuarial = 15,22 anos;

Taxa de Juros Parâmetro: Ponto da ETTJ mais próximo à duração do passivo de 15,22 anos, conforme a atualização da ETTJ pela Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025 = 5,47%;

Acréscimo Regulamentar: 0,15 p.p. referente ao atingimento da meta atuarial no exercício de 2023 (limitado a 0,6 p.p.) = +0,15 p.p.;

Meta Atuarial Real (2026): (Taxa Parâmetro + Acréscimo) = 5,62% ano.

O IPOJUCAPREV estabelece, portanto, a Meta Atuarial de 5,62% ao ano para o exercício de 2026.

Tomando como base a projeção de inflação para o ano de 2026 como sendo de 4,05% temos como meta atuarial projetada o valor de 9,89%.

Os percentuais de alocação por segmento e os respectivos benchmarks de referência serão definidos na seção Estratégia de Alocação de Recursos. O objetivo primordial desta alocação é otimizar a relação risco-retorno da carteira, garantindo o atingimento da Meta Atuarial, com observância estrita aos princípios de segurança, solvência, liquidez e aos limites estabelecidos na legislação.

Embora o IPOJUCAPREV adote, para fins de avaliação atuarial e definição do parâmetro de rentabilidade, exclusivamente a Meta Atuarial calculada conforme a Portaria 1.467 e Portaria MPS nº 2.010/2025, destaca-se que o Estudo de Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) deverá constituir-se em ferramenta adicional de análise, voltada à avaliação da suficiência dos ativos frente às obrigações projetadas no longo prazo.

2.5. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão definidos nos regulamentos dos fundos de investimentos que recebem aportes do RPPS. Seguindo o previsto na Resolução, para os ativos mobiliários investidos pelos fundos de investimento na carteira do RPPS, deverá ser respeitada

Política de Investimentos 2026

a regra de que os direitos, títulos e valores mobiliários ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

De acordo com o inciso VI do art. 7º da resolução CMN 5.272/2025, os RPPS podem investir *“até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”*. Nessas aplicações, deverá observar as disposições da Resolução 5.272, da Portaria 1.467 e da Lei nº 9.717/98 e prezar pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

O processo de análise desses ativos será estruturado em duas etapas:

- Prévia à aplicação, com avaliação de riscos, comparação de taxas e condições com produtos equivalentes, análise do rating da instituição emissora, verificação de histórico, governança e processos sancionadores na CVM e no Banco Central.
- Pós-aplicação, com monitoramento contínuo do emissor e das condições de mercado, conforme determina o art. 125 da Portaria 1.467.

Considerando que neste momento, o IpojucaPrev não tem nenhum nível de pró-gestão, a aplicação direta não poderá ser realizada nesse tipo de ativo. Os papéis presentes poderão ser mantidos em carteira até o vencimento, conforme §3º do art. 27 da resolução CMN 5.272/2025

“§ 3º As aplicações realizadas antes da entrada em vigor desta Resolução nos ativos de que trata o art. 7º, caput, inciso VI, ou em classes de cotas de fundos de investimento que estabeleciam, à época da aplicação, prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas poderão ser mantidas até o final desse prazo.”

Ademais, a unidade gestora será responsável por manter procedimentos e controles internos formalizados, garantindo o monitoramento dos emissores e a gestão de riscos de crédito, liquidez e reputacional das emissoras dos ativos investidos. Essa sistemática deve ser documentada, assegurando conformidade regulatória e transparência nas decisões de investimento.

A resolução CMN 5.272 traz os seguintes limites para aplicações em relação ao patrimônio líquido do RPPS:

Art. 18. As aplicações realizadas por um RPPS, de forma direta ou indireta, calculadas em relação ao patrimônio líquido do próprio regime, ficam sujeitas aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento), quando o emissor for o Tesouro Nacional;

II - até 5% (cinco por cento), quando o emissor for uma mesma instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como Segmento 1 – S1 ou Segmento 2 – S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, para as aplicações referidas no art. 7º, caput, inciso VI;

Política de Investimentos 2026

III - até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), quando o emissor for uma mesma instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada nos demais segmentos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, para as aplicações referidas no art. 7º, caput, inciso VI;

IV - até 20% (vinte por cento) em cotas de uma mesma classe de fundo de investimento, de classe de investimento em cotas de fundos de investimento ou de classe de ETF; e

V - até 5% (cinco por cento) nos demais emissores.

2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O art. 143 da Portaria 1.467, traz a seguinte redação:

“Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.”

Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios previstos no Anexo VIII, da Portaria 1.467:

I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - mantidos até o vencimento.

Na categoria de disponíveis para negociação ou para venda, devem ser registrados os ativos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses ativos serão marcados a mercado, no mínimo mensalmente, de forma a refletir o seu valor real.

Na categoria de ativos mantidos até o vencimento, podem ser registrados os ativos para os quais haja intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento. vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma prevista no Anexo VIII da Portaria 1.467.

Os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras e fundos de investimentos devem ser marcados a valor de mercado, obedecendo os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA. Os métodos e as fontes de referências adotadas para precificação dos ativos do RPPS são estabelecidos em seus custodiantes conforme seus manuais de apuração.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:

Política de Investimentos 2026

- I - demonstração da capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento;
- II - demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento;
- III - compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- IV - classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação; e
- V - obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

RISCO DE MERCADO é a oscilação no valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como cotações de câmbio, ações, *commodities*, taxas de juros e indexadores como os de inflação, por exemplo.

O IPOJUCAPREV utiliza indicadores como VaR – Value-at-Risk, Volatilidade, Treynor, Sharpe e Drawdown – para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificados nos relatórios periódicos, bem como em um relatório mensal específico para acompanhamento de risco.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a volatilidade e a rentabilidade dos fundos em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o “benchmark” estabelecido na política de investimentos do fundo.

Ficam definidos parâmetros de monitoramento para controle de risco de mercado dos ativos que compõem a carteira, serão observadas as referências abaixo estabelecidas para o VaR e realizadas avaliações destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 3,5% (três e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Investimento no Exterior: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento

Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

RISCO DE CRÉDITO é a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações financeiras por parte da instituição que emitiu determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.

Somente poderão ser adquiridos ativos, direta ou indiretamente, classificados com de baixo risco de crédito. Esta classificação deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

Política de Investimentos 2026

No que tange a aplicação feita diretamente pelo RPPS, o artigo 7º, Incisos II e III da Resolução 5.272, refere-se a títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses são tidos como os ativos de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto a classificação de risco desse ativo não se faz necessária.

Outra opção de investimentos diretos feitos pelo RPPS, estão enquadrados no artigo 7º, Inciso VI, que prevê “até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”. Apesar da resolução CMN nº 5.272/2025 restringir novas aplicações, serão acompanhados os relatórios de rating e a situação dos ativos enquadrados nesse artigo presente em carteira.

RISCO DE LIQUIDEZ é a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo hábil ou da falta de recursos disponíveis para honrar pagamentos ou resgates solicitados.

Conforme determina o art. 115 da Portaria 1.467, “A aplicação dos recursos do RPPS deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com os prazos e o montante das obrigações financeiras e atuariais do regime, presentes e futuras.”

A análise de condição de liquidez da carteira do RPPS é realizada todos os meses, tomando como base a carteira de investimentos posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis adequações dos prazos as obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuariais referentes ao seu passivo.

Sendo assim e atendendo ao previsto no parágrafo primeiro do artigo 115, toda aplicação que apresente prazo para desinvestimento, inclusive para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, deverá ser precedida de atestado elaborado pela unidade gestora, evidenciando a compatibilidade prevista no caput.

RISCO DE SOLVÊNCIA é o que decorre das obrigações do RPPS para com seus segurados e seu funcionamento. O monitoramento desse risco se dá através de avaliações atuariais e realização de estudos para embasamento dos limites financeiros no direcionamento dos recursos. Quanto a gestão dos investimentos, o RPPS buscará manter carteira aderente ao seu perfil de investidor, bem como buscará obter retornos compatíveis com as necessidades atuariais, mantendo assim, a solvência do RPPS no decorrer da vida do regime.

RISCO SISTÊMICO é o risco de surgimento de uma crise de confiança entre instituições de mesmo segmento econômico que possa gerar colapso ou reação em cadeia que impacte o sistema financeiro ou mesmo afete a economia de forma mais ampla.

A análise do risco sistêmico é realizada de forma permanente pela Consultoria de Investimentos, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos que monitoram informações acerca do cenário corrente e perspectivas de forma a mitigar potenciais perdas decorrentes de mudanças econômicas.

Riscos como de crédito e de mercado podem ser minimizados compondo uma carteira diversificada, composta por ativos que se expõem a diferentes riscos e apresentem baixa ou

Política de Investimentos 2026

inversa correlação, ou seja, se comportem de maneira diferente nos diversos cenários, como bolsa e dólar. No caso do Risco Sistemático, o potencial de mitigação de risco a partir da diversificação é limitado, uma vez que este risco pode ser entendido como o risco da quebra do sistema como um todo e neste caso, o impacto recairia para todos os ativos.

A forma de mitigar o risco sistêmico é realizando acompanhamentos periódicos nas condições de mercado, no intuito de antecipar cenários de queda e realizar e rapidamente adotar uma estratégia defensiva, alocando recursos em ativos mais conservadores. Porém, é importante salientar que em cenários extremos, existem riscos até mesmo para investimentos extremamente conservadores.

RISCO REPUTACIONAL decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção da unidade gestora perante a mídia, o público, os colaboradores e o mercado como um todo. O controle deste risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle internos do RPPS.

Os órgãos de controle, em suas reuniões periódicas, poderão debater e registrar em ata os assuntos abordados relacionados a todos os tipos de risco elencados acima. Ademais, a unidade gestora deverá emitir relatórios, em mesmo período e apresentá-lo aos órgãos de controle interno, contendo, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor e à política de investimentos;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações levantada deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo.

Conforme descrito no art. 131 da Portaria 1.467, "Caso os controles internos do RPPS se mostrem insuficientes, inadequados ou impróprios, deverá ser determinada a observância de parâmetros e limites de aplicações mais restritivos na política de investimentos até que sejam sanadas as deficiências apontadas."

2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS

O retorno esperado dos investimentos é determinado por meio da meta de rentabilidade estabelecida para o ano, informada no item 2.4. desta Política e o acompanhamento dessa rentabilidade ocorre de forma mensal através da consolidação da carteira de investimentos realizada por sistema próprio para este fim.

A avaliação da carteira é realizada de forma constante pelo Comitê de Investimentos, que buscará a otimização da relação risco/retorno, ponderando sempre o perfil de investidor do RPPS e os objetivos traçados pela gestão, indicados no item 2.2.3.

Política de Investimentos 2026

Além do desempenho, medido pela rentabilidade, são monitorados ainda indicadores de risco como volatilidade, VaR, Treynor, Drawdown, Sharpe, dos ativos de forma individual, bem como da carteira do RPPS como um todo. O monitoramento visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos individualmente e da carteira consolidada com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks*, com a Resolução e com esta Política. (Anexo II)

O IPOJUCAPREV reconhece ainda que a gestão responsável dos recursos previdenciários pode incorporar, de forma gradual, critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), complementares aos tradicionais critérios de segurança, rentabilidade e liquidez.

A adoção dessas práticas será conduzida de maneira progressiva, técnica e compatível com o estágio de desenvolvimento institucional do RPPS, buscando contribuir para a sustentabilidade de longo prazo e o fortalecimento da governança do RPPS.

O IPOJUCAPREV entende que a integração de aspectos ESG favorece a gestão prudente e transparente dos recursos públicos, podendo agregar valor à carteira previdenciária e reforçar o compromisso institucional com princípios éticos e de responsabilidade social.

2.9. VEDAÇÕES

É vedado ao IPOJUCAPREV, conforme art. 28 da Resolução 5.272 e critérios estabelecidos pelo Comitê de Investimentos:

- I - aplicar recursos na aquisição de cotas de classes de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- II - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de classes de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais o ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- III - aplicar recursos na aquisição de cotas de classes de fundo de investimento cujo regulamento ou política de investimentos admita a aquisição de direitos creditórios não padronizados;
- IV - realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações *daytrade*);
- V - atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;
- VI - negociar cotas de classes de ETF em mercado de balcão;
- VII - aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de classes ou subclasses de fundo de investimento, destinadas exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;
- VIII - remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma direta ou por meio dos fundos de investimento, cuja remuneração deve dar-se, exclusivamente, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- IX - aplicar recursos na aquisição de cotas de classes de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou

Política de Investimentos 2026

indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas em regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

X - aplicar recursos em empréstimos de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 12;

XI - aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas – COE;

XII - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma;

XIII - aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimento que invistam, de forma direta ou indiretamente, em:

a) ativos virtuais; ou

b) créditos de carbono ou créditos de descarbonização – CBIO que não sejam registrados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil ou negociados em mercado administrado por entidade administradora de mercado organizado; e

XIV - realizar operações de investimento ou desinvestimento sem observar o disposto no art. 22.

2.10. PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência estabelece procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados quando ocorrerem situações que coloquem em risco o adequado enquadramento à Política de Investimentos, a segurança do patrimônio, a solvência atuarial do RPPS ou o cumprimento da estratégia de alocação definida para o exercício. Sua ativação observará os princípios de prudência, transparência, segurança, liquidez e rentabilidade.

O plano prevê a adoção de ações imediatas em caso de descumprimento dos limites de alocação, risco ou concentração previstos nesta Política, por meio de mecanismos de correção alinhados aos tipos de rebalanceamento descritos na seção anterior. Seu objetivo é garantir proteção ao patrimônio do RPPS diante de eventos extraordinários, perdas potenciais ou alterações abruptas de cenário, orientando a atuação da Diretoria de Investimentos e do Comitê de Investimentos nas decisões de readequação da carteira.

No caso dos indicadores de risco identificados no item 2.6 serem atingidos, a Diretoria de Investimentos deverá fazer o acompanhamento do caso, devendo o Comitê de Investimentos, motivadamente, deliberar pela manutenção do ativo em carteira ou não.

Em relação aos ativos que passaram a ser desenquadrados a partir da vigência da resolução CN 5.272 poderão ser mantidos em carteira pelo prazo de dois anos, de acordo com o §1º do art. 27, como estratégia para manutenção da diversificação da carteira. De toda forma, os ativos presentes em carteira deverão permanecer sendo monitorados constantemente, visando manter a aderência deles aos seus benchmarks.

Em qualquer dos casos, se houver prazo de carência, regra de conversão de cotas ou outro obstáculo ao imediato resgate dos recursos, o Comitê de Investimentos deverá elaborar relatório trimestral detalhando a situação, as medidas adotadas e as perspectivas de desinvestimento, apresentando-o aos órgãos de controle interno e externo, em consonância com o inciso VI do art. 153 da Portaria MTP 1.467.

Política de Investimentos 2026

O acompanhamento dessas aplicações será realizado por meio de comunicação contínua entre a Diretoria de Investimentos e os gestores dos fundos, bem como pelo monitoramento de assembleias, fatos relevantes, comunicados aos cotistas e demais documentos oficiais. Será dada ciência ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e aos membros do Comitê de Investimentos, garantindo transparência em todas as etapas do processo de desinvestimento.

2.11. PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS

A provisão para perdas em investimentos é uma prática contábil que visa estimar e registrar as perdas esperadas em investimentos. Essas perdas podem ocorrer devido a diversos fatores, como desvalorização de ativos, inadimplência de devedores, falência de empresas investidas, entre outros. A provisão para perdas é uma medida preventiva que deverá ser adotada pelos RPPS para evitar surpresas negativas no futuro e garantir a adequada avaliação de seus investimentos.

Será adotado o Value at Risk (VaR) como índice para provisão de perdas. O VaR é uma medida estatística que indicará, neste caso, a perda máxima potencial da carteira do RPPS em um ano. Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um ano para o outro, o prejuízo máximo será de 4,67%, que considerando o patrimônio do fechamento de novembro, equivaleria a R\$ 31.139.629,89, sendo este o valor a ser considerado como provisão de perda contábil.

2.12. RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA

O resgate de cotas de fundos de investimento que apresentem rentabilidade negativa ou valor da cota inferior ao valor originalmente aplicado observará critérios técnicos e de governança destinados a assegurar a prudência na tomada de decisão, a conformidade normativa e a proteção dos recursos. A decisão deve ser baseada em estudos que devem avaliar a viabilidade de manter os recursos aplicados, considerando os seguintes aspectos:

- **Estratégia de alocação de ativos:** Revisar a composição da carteira de investimentos e verificar se a manutenção das cotas é consistente com a estratégia de diversificação e os objetivos do RPPS.
- **Horizonte temporal do investimento:** Avaliar o período previsto para a recuperação dos ativos e comparar com o horizonte temporal dos compromissos do RPPS.
- **Perspectiva de recuperação do mercado:** Analisar cenários econômicos e financeiros que possam indicar a recuperação dos ativos no curto, médio e longo prazo.
- **Objetivos de curto e longo prazos do RPPS:** Considerar as metas financeiras e atuariais estabelecidas para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O processo de resgate de cotas com prejuízo deve seguir os seguintes passos:

- **Elaboração de Estudos Técnicos:** Deverá ser solicitado à consultoria de investimentos estudos técnicos detalhados que justifiquem a decisão de resgate. Estes estudos serão debatidos pelos membros do Comitê de Investimentos com ou sem a participação de um representante da consultoria contratada e serão realizadas as deliberações necessárias.

Política de Investimentos 2026

- **Documentação e Aprovação:** Todos os estudos e análises devem ser documentados e anexados à ata do Comitê de Investimentos. A decisão de resgate deve ser aprovada por este órgão, garantindo a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões.

Conforme Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS, a decisão de resgate em carteiras diversificadas deve ser guiada por estratégias bem fundamentadas de reequilíbrio. Portanto, a atual política de investimentos busca ser dinâmica e adaptável, refletindo a realidade do mercado financeiro e as necessidades específicas do regime. A implementação de um processo decisório estruturado e bem documentado, embasado em estudos técnicos detalhados, é essencial para assegurar a transparência, a conformidade normativa e a prudência na gestão dos recursos previdenciários. A flexibilidade para realizar resgates permite uma alocação dos recursos mais adequada, de maneira a minimizar riscos e buscar melhores retornos, garantindo assim a solidez e a sustentabilidade do RPPS.

2.13. ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O acompanhamento da Política de investimentos deverá ser feito através do Relatório de acompanhamento, no qual serão detalhados o desempenho dos fundos de acordo com a estratégia de investimentos e o seu benchmark. Nesse relatório, serão analisados todos os parâmetros de risco identificados na resolução e nessa política, demonstrando o monitoramento constante do desempenho dos ativos presentes em carteira. O Comitê de Investimentos deverá emitir parecer sobre o referido relatório, que passará para deliberação dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, o que poderá ser feito em reunião conjunta, conforme cronograma de reuniões estabelecido.

Essa Política de Investimentos deverá ser avaliada periodicamente, após a certificação do pró-gestão, uma vez que as possibilidades e percentuais de aplicação variam tanto após a vigência da resolução CMN 5.272. Além disso, será feito também, pelo menos uma vez no ano, a atualização do ALM, que utilizará os fluxos atuariais da avaliação atuarial de 2026, que pode trazer alterações significantes no passivo atuarial do fundo. Também serão atualizadas as projeções dos índices investíveis e as estratégias de investimentos.

A revisão desta Política de Investimentos será conduzida de forma anual e sistemática, observando-se os seguintes parâmetros:

- I – Alterações nas normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou do Ministério da Previdência Social (MPS);
- II – Atualizações decorrentes de mudanças nas metas atuariais ou nos parâmetros definidos pela avaliação atuarial que gerem impacto relevante sobre a gestão dos investimentos;
- III – Recomendações do Comitê de Investimentos, da Consultoria Financeira, dos Conselhos ou de órgãos de controle;
- IV – Reavaliação das condições de mercado e dos resultados obtidos na execução da política vigente;

Política de Investimentos 2026

V – Inclusão de novos instrumentos ou práticas de gestão, desde que devidamente autorizados pela legislação aplicável.

A versão revisada da Política de Investimentos será aprovada pelo Comitê de Investimentos e, posteriormente, será submetida à aprovação formal do Conselho do IPOJUCAPREV.

3. TRANSPARÊNCIA

Além de estabelecer as diretrizes para o processo de tomada de decisão, esta Política de Investimentos busca ainda dar transparência à gestão dos investimentos do RPPS.

O Art. 148 da Portaria 1.467 determina que o RPPS deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação;

II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;

III - a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês;

IV - os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas e de contratação de prestadores de serviços;

V - as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;

VI - a relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento; e

VII - as datas e locais das reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos e respectivas atas.”

Além destes, o art. 149 define que a unidade gestora do RPPS deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que demonstrem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN e o envio tempestivo do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimento) e do DAIR (Demonstrativo da Aplicação e Investimento dos Recursos), conforme descrito no parágrafo único do art. 148 da Portaria 1.467.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

A comprovação da elaboração desta Política de Investimentos ocorrerá mediante o envio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN, por meio do sistema CADPREV, à Secretaria de Previdência, conforme disposto no art. 101 da Portaria 1.467.

A aprovação desta Política será registrada em ata específica do Conselho de Administração, constando expressamente sua apreciação e deliberação, passando a ata a integrar a presente Política de Investimentos como parte indissociável.

Política de Investimentos 2026

Atendendo ao parágrafo nove do art. 241 da Portaria 1.467, “Os documentos e bancos de dados que deram suporte às informações de que trata este artigo deverão permanecer à disposição da SPREV pelo prazo de 10 (dez) anos e arquivados pelo ente federativo e unidade gestora do RPPS, preferencialmente de forma digital.”

Ipojuca - PE, 27 de Janeiro de 2026.

EDUARDO JOSE DA SILVA
Presidente do IPOJUCAPREV

**MARCOS PAULO ALVES
CAVALCANTI DE OLIVEIRA**
Presidente do Conselho do
IPOJUCAPREV

Política de Investimentos 2026

ANEXOS

Política de Investimentos 2026

5. ANEXOS

ANEXO I – Metodologia de projeção de investimentos:

A metodologia utilizada para projetar o “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos” leva em consideração todos os índices de referência dos fundos de investimentos enquadrados com a Resolução 5.272, classificados como Renda Fixa, Renda Variável, Investimento no Exterior e Multimercado, conforme detalhe a seguir:

- Para os índices de renda fixa, com exceção dos pós-fixados, será considerado a taxa indicativa da ANBIMA do fechamento do mês anterior;
- Para os ativos pós-fixados (CDI), será considerado o vértice de 12 meses à frente, indicado na curva de juros do fechamento do mês anterior;
- Em virtude do alpha acima das taxas de negociação envolvendo títulos públicos, investimentos que contenham ativos de emissão privada serão projetados considerando 120% da projeção do CDI;
- Para os ativos de renda variável do Brasil será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do Ibovespa;
- Para os ativos de renda variável dos Estados Unidos, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do S&P 500, acrescido da expectativa para o dólar contida no último Relatório Focus do Banco Central;
- Para os ativos de renda variável dos Estados Unidos, que utilizem proteção cambial, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do S&P 500;
- Para os ativos de renda variável do exterior, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do MSCI World, acrescido da expectativa para o dólar contida no último Relatório Focus do Banco Central;
- Para os ativos de renda variável do exterior, que utilizem de proteção cambial, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do MSCI World;

Além disso, será considerado ainda o resultado da Análise do Perfil do Investidor (*Suitability*) definindo o perfil do RPPS como conservador, moderado ou agressivo, conforme descrito no item 2.2.3 desta Política de Investimentos.

É definida uma carteira padrão para cada perfil.

Com base nessa carteira e na distribuição entre os índices de renda fixa e variável citados, é definido o “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos”.

Por fim, tal resultado é comparado à “taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS” e então, há a escolha da meta atuarial a ser perseguida – no item 2.4 – considerando os objetivos do RPPS, o perfil da carteira e de risco, a viabilidade de atingimento da meta e os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações previstos na Resolução 5.272.

Considerando os diversos tipos de investimento disponíveis para aplicação de RPPS, divididos pelo segmento, tomando como base a metodologia descrita acima e dados coletados no fechamento do mês anterior ao da elaboração dessa Política, chegamos aos seguintes valores de projeções para os diversos ativos de forma individual:

Política de Investimentos 2026

Índices	Desvio-Padrão Anual	Retorno Real Projetado 12 meses
IFIX	8,95%	-0,45%
CDI	2,22%	9,25%
Fundos Crédito Privado - 105% CDI	2,33%	9,71%
IDkA IPCA 2 Anos	2,82%	8,19%
IDkA Pré 2 Anos	4,91%	8,50%
IMA Geral Ex-C	3,13%	8,90%
IMA-B	5,10%	7,80%
IMA-B 5	2,61%	8,59%
IMA-B 5+	7,95%	7,18%
IRF-M	4,40%	9,14%
IRF-M 1	2,43%	10,11%
IRF-M 1+	5,77%	8,71%
Carteira Títulos Públicos ALM*	-	-
Fundos Multimercados - 100% CDI	2,33%	9,25%
Ibovespa	18,58%	4,92%
S&P 500 (moeda original)	15,75%	9,95%
S&P 500	15,77%	8,54%
MSCI World (moeda original)	15,41%	8,11%
MSCI World	14,72%	6,61%
Carteira Títulos Privados ALM*	-	-

*Os valores de rentabilidade dependerão das taxas acordadas no momento da compra ou do comportamento dos preços do ativo, no caso da marcação a mercado. O desvio-padrão (volatilidade) estimado também dependerá da forma de marcação do ativo.

ANEXO II – Relatórios de acompanhamento:

Conforme exposto no item 2.7 da Política de Investimentos, o Relatório de Risco de Mercado visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks* avaliando indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Drawdown, Sharpe.

VaR (252 d.u): O Value at Risk é uma medida estatística que indica a perda máxima potencial de determinado ativo ou determinada carteira em determinado período. Para o seu cálculo, utiliza-se o retorno esperado, o desvio padrão dos retornos diários e determinado nível de confiança probabilística supondo uma distribuição normal. Seu resultado pode ser interpretado como, quanto mais alto for, mais arriscado é o ativo ou a carteira. Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de X%.

Política de Investimentos 2026

Volatilidade: Volatilidade é uma variável que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um período. De uma forma mais simples, podemos dizer que volatilidade é a forma de medir a variação do ativo. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em X% do retorno diário médio dos últimos 12 meses.

Treynor: Similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da volatilidade da Carteira. A leitura é a mesma feita no Sharpe, quanto maior seu valor, melhor performa o ativo ou a carteira. Valores negativos indicam que a carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado. Em 12 meses, cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs foram convertidos em uma rentabilidade X maior que a do mercado.

DrawDown: Auxilia a determinar o risco de um investimento, indicando quão estável é determinado ativo, ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período. Para determinar o percentual de queda, o Draw-Down é medido desde que a desvalorização começa até se atingir um novo ponto de máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período. Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, conseqüentemente, maior o risco do ativo. Já um Draw-Down igual a zero, indica que não houve desvalorização do ativo ao longo do período avaliado.

Sharpe: Trata-se de um indicador de performance utilizado no mercado financeiro para avaliar a relação risco-retorno de um ativo através da diferença entre o retorno do ativo e o ativo livre de risco, com o CDI sendo comumente utilizado como proxy deste, dividido pela volatilidade. Portanto, quanto maior o índice de Sharpe do ativo, melhor a sua performance. Em 12 meses, o indicador apontou que para cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs, houve uma rentabilidade X maior que aquela realizada pelo CDI.

O relatório de Risco de Desenquadramento com a Resolução CMN 5.272 e conformidade busca comprovar a compatibilidade dos investimentos com os critérios e limites expostos na Resolução 5.272.

O Relatório de Aderência à Política de Investimentos visa comprovar a aderência dos investimentos com todos os critérios e limites previstos nesta Política, como os limites expostos no item 2.2.4 (Estratégia de alocação), os quais seguindo as normas da alínea “e” do inciso I do artigo 102 da Portaria 1.467, não devem replicar os limites previstos na Resolução 5.272, trazendo a este relatório, um caráter diferente do Relatório citado acima que se refere a aderência a Resolução 5.272.

O Relatório de Aderência aos Benchmarks visa comprovar a compatibilidade da rentabilidade dos fundos investidos com os seus respectivos benchmarks, no intuito de identificar se os fundos apresentam resultados discrepantes em relação ao mercado, bem como em relação a sua referência.

Proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026

 IPOJUCA A PREVIDÊNCIA DA GENTE AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA		
CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2026		
 COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
Reuniões	Data	Horário
1ª reunião de 2026	27/01/2026	10:00
2ª reunião de 2026	25/02/2026	10:00
3ª reunião de 2026	25/03/2026	10:00
4ª reunião de 2026	29/04/2026	10:00
5ª reunião de 2026	27/05/2026	10:00
6ª reunião de 2026	30/06/2026	10:00
7ª reunião de 2026	29/07/2026	10:00
8ª reunião de 2026	26/08/2026	10:00
9ª reunião de 2026	24/09/2026	10:00
10ª reunião de 2026	27/10/2026	10:00
11ª reunião de 2026	25/11/2026	10:00
12ª reunião de 2026	23/12/2026	10:00
Para mais informações sobre o local ou link para acesso as reuniões entre em contato.  PREFEITURA DO IPOJUCA TRABALHO DE VERDADE		

 IPOJUCA A PREVIDÊNCIA DA GENTE AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA		
CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2026		
 CONSELHO DELIBERATIVO		
Reuniões	Data	Horário
1ª reunião de 2026	27/01/2026	10:30
2ª reunião de 2026	25/02/2026	10:30
3ª reunião de 2026	25/03/2026	10:30
4ª reunião de 2026	29/04/2026	10:30
5ª reunião de 2026	27/05/2026	10:30
6ª reunião de 2026	30/06/2026	10:30
7ª reunião de 2026	29/07/2026	10:30
8ª reunião de 2026	26/08/2026	10:30
9ª reunião de 2026	24/09/2026	10:30
10ª reunião de 2026	27/10/2026	10:30
11ª reunião de 2026	25/11/2026	10:30
12ª reunião de 2026	23/12/2026	10:30
Para mais informações sobre o local ou link para acesso as reuniões entre em contato.  PREFEITURA DO IPOJUCA TRABALHO DE VERDADE		

 IPOJUCA A PREVIDÊNCIA DA GENTE AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA		
CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2026		
 CONSELHO FISCAL		
Reuniões	Data	Horário
1ª reunião de 2026	27/01/2026	11:00
2ª reunião de 2026	25/02/2026	11:00
3ª reunião de 2026	25/03/2026	11:00
4ª reunião de 2026	29/04/2026	11:00
5ª reunião de 2026	27/05/2026	11:00
6ª reunião de 2026	30/06/2026	11:00
7ª reunião de 2026	29/07/2026	11:00
8ª reunião de 2026	26/08/2026	11:00
9ª reunião de 2026	24/09/2026	11:00
10ª reunião de 2026	27/10/2026	11:00
11ª reunião de 2026	25/11/2026	11:00
12ª reunião de 2026	23/12/2026	11:00
Para mais informações sobre o local ou link para acesso as reuniões entre em contato.  PREFEITURA DO IPOJUCA TRABALHO DE VERDADE		



AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA

1ª Reunião Ordinária – 2026

Pautas da Reunião

- ▶ 01 – Apresentação dos Resultados e do Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento – Dezembro/2025;
- ▶ 02 – Proposta de Alocação para Fevereiro/2026;
- ▶ 03 – Atualização/Credenciamento das Instituições e Produtos de Investimento;
- ▶ 04 – Atualização da Política de Investimentos para o ano de 2026;
- ▶ 05 – Proposta de Calendários de Reuniões dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026;
- ▶ 06 – Fim do Mandato e Renovação das portarias dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IpojucaPrev;
- ▶ 07 – Prestação de Contas do mês de Dezembro/2025 – Diretoria Administrativa Financeira.

06 – Fim do Mandato e Renovação das portarias dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IpojucaPrev;



PORTARIA Nº 7679/2023 de 01 de Fevereiro de 2023.

A PREFEITA DO IPOJUCA, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas, em conformidade com as Leis Municipais.

CONSIDERANDO o que estabelece os artigos 64 e 65 da Lei Municipal nº 1.442, de 04 de setembro de 2006, e suas posteriores alterações que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município do Ipojuca;

CONSIDERANDO os ofícios de resposta de indicações dos servidores da Câmara Municipal do Ipojuca, ofício nº 035/2023, do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Ipojuca - PE, ofício nº 012/2023 e do Gabinete da Prefeita, ofício nº 102/2023;

RESOLVE:

I – **Designar**, para compor o Conselho Deliberativo da Autarquia Previdenciária do Município do Ipojuca, como Membros Titulares e Membros Suplentes, representantes das entidades indicadas, os seguintes servidores:

CONSELHO DELIBERATIVO	
MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTE
Poder Executivo Municipal (Indicados Pela Prefeita)	
(Presidente) MARCOS PAULO ALVES CAVALCANTI DE OLIVEIRA Matrícula nº - CPF: 8801511 - CPF 071.421.484-78	MOISES BARBOSA CAMPOS Matrícula nº 559/1 - CPF 493.819.974-20
MARIA DE LOURDES C. MUNIZ DE SOUZA Matrícula 1081/1 - CPF 794.315.954-00	PALLA DEUS GOMES DO NASCIMENTO Matrícula nº 1098/1 - CPF nº 023.614.594-03
Poder Legislativo Municipal (Indicados Pelo Presidente da Câmara)	
MARCOS BASTOS LINS Matrícula nº 180042/6 - CPF nº 079.502.224-40	JOALDO JOSÉ DA SILVA Matrícula nº 190051/2 - CPF nº 879.517.204-10
Servidores Efetivos (Indicados Pelo Sindicato Dos Servidores)	
ADRIANO MARQUES DE ASSIS GUERRA Matrícula nº 1104 - CPF nº 857.785.884-53	MARCELO RICARDO DE SANTANA Matrícula nº 67964/1 - CPF 921.574.184-04
RICARDO MARLON DE OLIVEIRA PEREIRA Matrícula nº 152 - CPF nº 898.230.814-82	JOSÉ RICARDO CURATO Matrícula nº 1032 - CPF nº 433.812.354-08
Inativos E Pensionistas (Indicados Pelo Sindicato Dos Servidores)	
JOSÉ MARCELO DE OLIVEIRA Matrícula nº 782/1 - CPF nº 509.079.064-53	MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA CHAGAS Matrícula nº 1218/1 - CPF nº 757.911.324-72

II – **DETERMINAR** que o mandato dos membros ora designado vigore por três anos, até dia 03 de Fevereiro de 2026, conforme prazo estabelecido no § 2º do artigo 64 da Lei Municipal nº 1.442, de 04 de setembro de 2006.

III – **Determinar** que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia de sua publicação.

IV – **REVOGAR** as disposições em contrário.

CELIA AGOSTINHO LINS DE SALES
Prefeita do Município do Ipojuca

ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br



PORTARIA Nº 7678/2023 de 01 de Fevereiro de 2023.

A PREFEITA DO IPOJUCA, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas, em conformidade com as Leis Municipais.

CONSIDERANDO o que estabelece os artigos 66 e 67 da Lei Municipal nº 1.442, de 04 de setembro de 2006, e suas posteriores alterações que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município do Ipojuca;

CONSIDERANDO os ofícios de resposta de indicações dos servidores da Câmara Municipal do Ipojuca, ofício nº 035/2023, do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Ipojuca - PE, ofício nº 013/2023 e do Gabinete da Prefeita, ofício nº 103/2023;

RESOLVE:

I – **Designar**, para compor o Conselho Fiscal da Autarquia Previdenciária do Município do Ipojuca, como Membros Titulares e Membros Suplentes, representantes das entidades indicadas, os seguintes servidores:

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTE
Poder Executivo Municipal (Indicados Pela Prefeita)	
ANDERSON JOFRE GOMES DA SILVA Matrícula nº 88815/1 - CPF nº 913.585.874-11	GABRIELA FARIAS GOMES BEZERRA VERA Matrícula nº 73235/1 - CPF 993.373.314-38
Poder Legislativo Municipal (Indicados Pelo Presidente)	
MÁRCIO FERNANDO SOARES DA SILVA Matrícula nº 180005/0 - CPF nº 224.865.914-04	JIMMY DE LIMA PESSOA Matrícula nº 183047/7 - CPF nº 088.313.664-68
Servidores Efetivos (Indicados Pelo Sindicato Dos Servidores)	
SEVERINO PAULO DA FONSECA Matrícula nº 850 - CPF nº 770.434.724-15	ADRIELIA RAMOS SILVA DE OLIVEIRA Matrícula nº 78553/1 - CPF nº 091.525.334-84
Inativos E Pensionistas (Indicados Pelo Sindicato Dos Servidores)	
SEVERINO GONÇALVES DE ASSIS GUERRA Matrícula nº 131 - CPF nº 051.428.894-04	JOÃO LUIZ DA SILVA Matrícula nº 518 - CPF nº 760.211.308-04

II – **DETERMINAR** que o mandato dos membros ora designado vigore por três anos, até dia 03 de Fevereiro de 2026, conforme prazo estabelecido no § 2º do artigo 66 da Lei Municipal nº 1.442, de 04 de setembro de 2006.

III – **Determinar** que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia de sua publicação.

IV – **REVOGAR** as disposições em contrário.

CELIA AGOSTINHO LINS DE SALES
Prefeita do Município do Ipojuca

ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br

FONES: (81) 3551-2533 | 3551-3964

Página 1 de 1

Calendário de Reuniões Para o Ano de 2026



IPOJUCA
A PREVIDÊNCIA DA GENTE **PREV**

AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA

CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2026



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Reuniões	Data	Horário
1ª reunião de 2026	27/01/2026	10:00
2ª reunião de 2026	25/02/2026	10:00
3ª reunião de 2026	25/03/2026	10:00
4ª reunião de 2026	29/04/2026	10:00
5ª reunião de 2026	27/05/2026	10:00
6ª reunião de 2026	30/06/2026	10:00
7ª reunião de 2026	29/07/2026	10:00
8ª reunião de 2026	26/08/2026	10:00
9ª reunião de 2026	24/09/2026	10:00
10ª reunião de 2026	27/10/2026	10:00
11ª reunião de 2026	25/11/2026	10:00
12ª reunião de 2026	23/12/2026	10:00

Para mais informações sobre o local ou link para acesso as reuniões entre em contato.



PREFEITURA DO IPOJUCA
TRABALHO DE VERDADE



IPOJUCA
A PREVIDÊNCIA DA GENTE **PREV**

AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA

CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2026



CONSELHO DELIBERATIVO

Reuniões	Data	Horário
1ª reunião de 2026	27/01/2026	10:30
2ª reunião de 2026	25/02/2026	10:30
3ª reunião de 2026	25/03/2026	10:30
4ª reunião de 2026	29/04/2026	10:30
5ª reunião de 2026	27/05/2026	10:30
6ª reunião de 2026	30/06/2026	10:30
7ª reunião de 2026	29/07/2026	10:30
8ª reunião de 2026	26/08/2026	10:30
9ª reunião de 2026	24/09/2026	10:30
10ª reunião de 2026	27/10/2026	10:30
11ª reunião de 2026	25/11/2026	10:30
12ª reunião de 2026	23/12/2026	10:30

Para mais informações sobre o local ou link para acesso as reuniões entre em contato.



PREFEITURA DO IPOJUCA
TRABALHO DE VERDADE



IPOJUCA
A PREVIDÊNCIA DA GENTE **PREV**

AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA

CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2026



CONSELHO FISCAL

Reuniões	Data	Horário
1ª reunião de 2026	27/01/2026	11:00
2ª reunião de 2026	25/02/2026	11:00
3ª reunião de 2026	25/03/2026	11:00
4ª reunião de 2026	29/04/2026	11:00
5ª reunião de 2026	27/05/2026	11:00
6ª reunião de 2026	30/06/2026	11:00
7ª reunião de 2026	29/07/2026	11:00
8ª reunião de 2026	26/08/2026	11:00
9ª reunião de 2026	24/09/2026	11:00
10ª reunião de 2026	27/10/2026	11:00
11ª reunião de 2026	25/11/2026	11:00
12ª reunião de 2026	23/12/2026	11:00

Para mais informações sobre o local ou link para acesso as reuniões entre em contato.



PREFEITURA DO IPOJUCA
TRABALHO DE VERDADE



FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - FUNPREI

Exercício
2025

Balancete da Receita Orçamentária

Mês de: Dezembro

Unid. Orçamental						Unid. Gestora				
MUNICÍPIO DO IPOJUCA - PODER EXECUTIVO						CONSOLIDAÇÃO PARCIAL				
Código	Ficha	Descrição	Fonte de Recurso	Receita Prevista (a)	Receita Atualizada (b)	Arrecadado no Mês (c)	Anulado no Mês (d)	Total Arrecadado no Mês (c - d)	Arrecadado até o Mês (e)	Diferença p/ (+ / -) (b - e)
Unidade Gestora: 001.005 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - FUNPREI - FUNDO ESPECIAL										
1.0.0.0.00.0.0.00.000		RECEITAS CORRENTES.		101.559.000,00	101.559.000,00	12.111.380,96	0,00	12.111.380,96	65.920.388,07	35.638.611,93
1.2.0.0.00.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÕES		39.937.000,00	39.937.000,00	10.828.422,63	0,00	10.828.422,63	45.865.050,69	-5.928.050,69
1.2.1.0.00.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		39.937.000,00	39.937.000,00	10.828.422,63	0,00	10.828.422,63	45.865.050,69	-5.928.050,69
1.2.1.5.00.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA		39.937.000,00	39.937.000,00	10.828.422,63	0,00	10.828.422,63	45.865.050,69	-5.928.050,69
1.2.1.5.01.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL		39.902.000,00	39.902.000,00	10.828.422,63	0,00	10.828.422,63	45.862.879,28	-5.960.879,28
1.2.1.5.01.1.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO		36.028.000,00	36.028.000,00	10.079.544,97	0,00	10.079.544,97	41.079.202,50	-5.051.202,50
1.2.1.5.01.1.1.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL		36.028.000,00	36.028.000,00	10.079.544,97	0,00	10.079.544,97	41.079.202,50	-5.051.202,50
1.2.1.5.01.2.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO		3.815.000,00	3.815.000,00	742.431,97	0,00	742.431,97	4.727.421,76	-912.421,76
1.2.1.5.01.3.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS		59.000,00	59.000,00	6.445,69	0,00	6.445,69	56.255,02	2.744,98
1.2.1.5.02.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL		35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	2.171,41	32.828,59
1.2.1.5.02.1.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO		35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	2.171,41	32.828,59
1.2.1.5.02.1.1.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -		35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	2.171,41	32.828,59
1.3.0.0.00.0.0.00.000		RECEITA PATRIMONIAL		61.100.000,00	61.100.000,00	132.642,32	0,00	132.642,32	17.738.716,90	43.361.283,10
1.3.2.0.00.0.0.00.000		VALORES MOBILIÁRIOS		61.100.000,00	61.100.000,00	132.642,32	0,00	132.642,32	17.738.716,90	43.361.283,10
1.3.2.1.00.0.0.00.000		JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS		61.100.000,00	61.100.000,00	132.642,32	0,00	132.642,32	17.738.716,90	43.361.283,10
1.3.2.1.04.0.0.00.000		REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE		61.100.000,00	61.100.000,00	132.642,32	0,00	132.642,32	17.738.716,90	43.361.283,10
1.3.2.1.04.0.1.00.000		REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO		61.100.000,00	61.100.000,00	132.642,32	0,00	132.642,32	17.738.716,90	43.361.283,10
1.9.0.0.00.0.0.00.000		OUTRAS RECEITAS CORRENTES		522.000,00	522.000,00	1.150.316,01	0,00	1.150.316,01	2.316.620,48	-1.794.620,48
1.9.2.0.00.0.0.00.000		INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		10.000,00	10.000,00	22.103,30	0,00	22.103,30	47.166,48	-37.166,48
1.9.2.2.00.0.0.00.000		RESTITUIÇÕES		10.000,00	10.000,00	22.103,30	0,00	22.103,30	47.166,48	-37.166,48
1.9.2.2.99.0.0.00.000		OUTRAS RESTITUIÇÕES		10.000,00	10.000,00	22.103,30	0,00	22.103,30	47.166,48	-37.166,48
1.9.2.2.99.0.1.00.000		OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL		10.000,00	10.000,00	22.103,30	0,00	22.103,30	47.166,48	-37.166,48
1.9.9.0.00.0.0.00.000		DEMAIS RECEITAS CORRENTES		512.000,00	512.000,00	1.128.212,71	0,00	1.128.212,71	2.269.454,00	-1.757.454,00
1.9.9.9.00.0.0.00.000		OUTRAS RECEITAS CORRENTES		512.000,00	512.000,00	1.128.212,71	0,00	1.128.212,71	2.269.454,00	-1.757.454,00
1.9.9.9.03.0.0.00.000		COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE		502.000,00	502.000,00	1.128.212,71	0,00	1.128.212,71	2.259.781,96	-1.757.781,96
1.9.9.9.03.0.1.00.000		COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE		502.000,00	502.000,00	1.128.212,71	0,00	1.128.212,71	2.259.781,96	-1.757.781,96
1.9.9.9.99.0.0.00.000		OUTRAS RECEITAS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	9.672,04	327,96
1.9.9.9.99.2.0.00.000		OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	9.672,04	327,96
1.9.9.9.99.2.1.00.000		OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	9.672,04	327,96
7.0.0.0.00.0.0.00.000		RECEITAS CORRENTES.		92.521.000,00	92.521.000,00	27.067.573,95	0,00	27.067.573,95	111.002.662,87	-18.481.662,87
7.2.0.0.00.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÕES		92.521.000,00	92.521.000,00	27.067.573,95	0,00	27.067.573,95	111.002.662,87	-18.481.662,87
7.2.1.0.00.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		92.521.000,00	92.521.000,00	27.067.573,95	0,00	27.067.573,95	111.002.662,87	-18.481.662,87
7.2.1.5.00.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA		92.521.000,00	92.521.000,00	27.067.573,95	0,00	27.067.573,95	111.002.662,87	-18.481.662,87
7.2.1.5.01.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
7.2.1.5.01.1.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
7.2.1.5.01.1.2.00.000		CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
7.2.1.5.02.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL		91.154.000,00	91.154.000,00	26.939.018,26	0,00	26.939.018,26	109.502.747,08	-18.348.747,08
7.2.1.5.02.1.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO		91.154.000,00	91.154.000,00	26.939.018,26	0,00	26.939.018,26	109.502.747,08	-18.348.747,08
7.2.1.5.02.1.1.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -		91.144.000,00	91.144.000,00	26.939.018,26	0,00	26.939.018,26	109.502.619,02	-18.358.619,02
7.2.1.5.02.1.1.01.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -		91.144.000,00	91.144.000,00	26.939.018,26	0,00	26.939.018,26	109.502.619,02	-18.358.619,02
7.2.1.5.02.1.2.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	128,06	9.871,94
7.2.1.5.51.0.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PARCELAMENTOS		1.357.000,00	1.357.000,00	128.555,69	0,00	128.555,69	1.499.915,79	-142.915,79
7.2.1.5.51.1.0.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -		1.357.000,00	1.357.000,00	128.555,69	0,00	128.555,69	1.499.915,79	-142.915,79
7.2.1.5.51.1.1.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -		491.000,00	491.000,00	40.879,44	0,00	40.879,44	490.553,28	446,72
7.2.1.5.51.1.2.00.000		CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -		866.000,00	866.000,00	87.676,25	0,00	87.676,25	1.009.362,51	-143.362,51
SubTotal por Gestora				194.080.000,00	194.080.000,00	39.178.954,91	0,00	39.178.954,91	176.923.050,94	17.156.949,06



FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - FUNPREI

Exercício
2025

Balancete da Receita Orçamentária

Mês de: Dezembro

			Unid. Orçamental		Unid. Gestora					
			MUNICÍPIO DO IPOJUCA - PODER EXECUTIVO		CONSOLIDAÇÃO PARCIAL					
Código	Ficha	Descrição	Fonte de Recurso	Receita Prevista (a)	Receita Atualizada (b)	Arrecadado no Mês (c)	Anulado no Mês (d)	Total Arrecadado no Mês (c - d)	Arrecadado até o Mês (e)	Diferença p/ (+ / -) (b - e)
Total				194.080.000,00	194.080.000,00	39.178.954,91	0,00	39.178.954,91	176.923.050,94	17.156.949,06

Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO PARCIAL



FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - FUNPREI

Exercício
2025

Balancete da Despesa Orçamentária - Geral (Sintético)

Mês de: Dezembro

Especificação	Dotação Inicial Autorizada	Créditos no mês até mês	Anulações no mês até mês	Empenhos no mês até mês	Liquidação no mês até mês	Pagamentos no mês até mês	Saldo a pagar da Dotação
001.005 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - FUNPREI - FUNDO ESPECIAL							
Poder: EXECUTIVO							
Órgão: 12 GOVERNADORIA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO							
Unidade Executora: 12.06 FUNDO PREV DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - FUNPREI							
Unidade Orçamentária: 12.06. FUNDO PREV DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - FUNPREI							
3.1.90.01 APOSENTADORIAS E REFORMAS	87.736.000,00	0,00	0,00	-4.824.531,09	11.096.035,64	11.096.035,64	0,00
	102.736.000,00	15.000.000,00	0,00	93.911.468,91	93.911.468,91	93.911.468,91	8.824.531,09
3.1.90.03 PENSÕES	13.273.000,00	0,00	0,00	573.666,51	1.351.404,79	1.351.404,79	0,00
	13.273.000,00	0,00	0,00	11.493.666,51	11.493.666,51	11.493.666,51	1.779.333,49
3.1.90.86 COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	100.000,00	0,00	0,00	-286.960,91	0,00	0,00	0,00
	600.000,00	500.000,00	0,00	313.039,09	313.039,09	313.039,09	286.960,91
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	1.258,98	1.258,98	1.258,98	8.741,02
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	936.292,90	0,00	840.447,40	840.447,40	840.447,40	0,00
	946.292,90	936.292,90	0,00	840.447,40	840.447,40	840.447,40	105.845,50
9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	93.812.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	78.312.000,00	0,00	15.500.000,00	0,00	0,00	0,00	78.312.000,00
Total da Unidade Orçamentária:	194.961.000,00	936.292,90	0,00	-3.697.378,09	13.287.887,83	13.287.887,83	0,00
	195.897.292,90	16.436.292,90	15.500.000,00	106.559.880,89	106.559.880,89	106.559.880,89	89.337.412,01
Total da Unidade Executora:	194.961.000,00	936.292,90	0,00	-3.697.378,09	13.287.887,83	13.287.887,83	0,00
	195.897.292,90	16.436.292,90	15.500.000,00	106.559.880,89	106.559.880,89	106.559.880,89	89.337.412,01
Total do Órgão:	194.961.000,00	936.292,90	0,00	-3.697.378,09	13.287.887,83	13.287.887,83	0,00
	195.897.292,90	16.436.292,90	15.500.000,00	106.559.880,89	106.559.880,89	106.559.880,89	89.337.412,01
Total do Poder:	194.961.000,00	936.292,90	0,00	-3.697.378,09	13.287.887,83	13.287.887,83	0,00
	195.897.292,90	16.436.292,90	15.500.000,00	106.559.880,89	106.559.880,89	106.559.880,89	89.337.412,01
Total por Gestora:	194.961.000,00	936.292,90	0,00	-3.697.378,09	13.287.887,83	13.287.887,83	0,00
	195.897.292,90	16.436.292,90	15.500.000,00	106.559.880,89	106.559.880,89	106.559.880,89	89.337.412,01
Total do Geral:	194.961.000,00	936.292,90	0,00	-3.697.378,09	13.287.887,83	13.287.887,83	0,00
	195.897.292,90	16.436.292,90	15.500.000,00	106.559.880,89	106.559.880,89	106.559.880,89	89.337.412,01

CONSOLIDAÇÃO PARCIAL



AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICIPIO DO IPOJUCA-IPOJUCAF

Exercício
2025

Balancete da Receita Orçamentária

Mês de: Dezembro

Unid. Orçamental						Unid. Gestora				
MUNICÍPIO DO IPOJUCA - PODER EXECUTIVO						CONSOLIDAÇÃO PARCIAL				
Código	Ficha	Descrição	Fonte de Recurso	Receita Prevista (a)	Receita Atualizada (b)	Arrecadado no Mês (c)	Anulado no Mês (d)	Total Arrecadado no Mês (c - d)	Arrecadado até o Mês (e)	Diferença p/ (+ / -) (b - e)
Unidade Gestora: 001.008 - AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICIPIO DO IPOJUCA-IPOJUCAPREV - AUTARQUIA										
1.0.0.0.00.0.0.00.000		RECEITAS CORRENTES.		406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43
1.3.0.0.00.0.0.00.000		RECEITA PATRIMONIAL		406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43
1.3.2.0.00.0.0.00.000		VALORES MOBILIÁRIOS		406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43
1.3.2.1.00.0.0.00.000		JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS		406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43
1.3.2.1.04.0.0.00.000		REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE		406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43
1.3.2.1.04.0.1.00.000		REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO		406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43
SubTotal por Gestora				406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43
Total				406.000,00	406.000,00	123.653,13	0,00	123.653,13	1.038.817,43	-632.817,43

Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO PARCIAL



AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICIPIO DO IPOJUCA-IPOJUCAF

Exercício
2025

Balancete da Despesa Orçamentária - Geral (Sintético)

Mês de: Dezembro

Especificação	Dotação Inicial Autorizada	Créditos no mês até mês	Anulações no mês até mês	Empenhos no mês até mês	Liquidação no mês até mês	Pagamentos no mês até mês	Saldo a pagar da Dotação
001.008 - AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICIPIO DO IPOJUCA-IPOJUCAPREV - AUTARQUIA							
Poder: EXECUTIVO							
Órgão: 12 GOVERNADORIA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO							
Unidade Executora: 12.05 AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - IPOJUCAPR							
Unidade Orçamentária: 12.05. AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - IPOJUCAPR							
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.350.000,00	0,00	0,00	-130.885,80	70.948,71	70.948,71	0,00
	1.025.000,00	0,00	325.000,00	769.114,20	769.114,20	769.114,20	255.885,80
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.000,00	0,00	0,00	-84.189,23	8.414,67	8.414,67	0,00
	200.000,00	0,00	0,00	95.810,77	95.810,77	95.810,77	104.189,23
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	100.000,00	33.526,14	0,00	13.566,47	70.598,36	70.598,36	0,00
	458.526,14	358.526,14	0,00	432.092,61	432.092,61	432.092,61	26.433,53
3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,00	0,00	0,00	-2.115,41	3.570,03	3.570,03	0,00
	20.000,00	0,00	0,00	14.884,59	14.884,59	14.884,59	5.115,41
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	250.000,00	0,00	0,00	-3.889,60	-3.889,60	764,02	0,00
	250.000,00	0,00	0,00	142.750,28	142.750,28	142.750,28	107.249,72
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	125.000,00	0,00	0,00	-57.515,12	983,68	983,68	0,00
	125.000,00	0,00	0,00	40.709,09	40.709,09	40.709,09	84.290,91
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	215.000,00	0,00	0,00	-33.531,48	0,00	0,00	0,00
	95.000,00	0,00	120.000,00	46.468,52	46.468,52	46.468,52	48.531,48
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	250.000,00	0,00	0,00	0,00	6.300,00	6.300,00	0,00
	207.421,00	0,00	42.579,00	37.800,00	37.800,00	37.800,00	169.621,00
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	440.000,00	0,00	33.526,14	-47.441,02	29.476,38	29.476,38	0,00
	406.473,86	0,00	33.526,14	189.571,14	189.571,14	189.571,14	216.902,72
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.020.000,00	0,00	0,00	-26.983,82	154.257,34	162.934,44	0,00
	1.345.579,00	325.579,00	0,00	857.552,32	857.552,32	857.552,32	488.026,68
3.3.90.46 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.900.000,00	0,00	0,00	-179.032,01	19.590,04	19.590,04	0,00
	1.737.000,00	0,00	163.000,00	1.357.967,99	1.357.967,99	1.357.967,99	379.032,01
3.3.90.49 AUXÍLIO - TRANSPORTE	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	30.000,00	20.000,00	0,00	29.778,44	29.778,44	29.778,44	221,56
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	4.412,44	4.412,44	4.412,44	5.587,56



AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA-IPOJUCAF

Exercício
2025

Balancete da Despesa Orçamentária - Geral (Sintético)

Mês de: Dezembro

Especificação		Dotação Inicial Autorizada	Créditos no mês até mês	Anulações no mês até mês	Empenhos no mês até mês	Liquidação no mês até mês	Pagamentos no mês até mês	Saldo a pagar da Dotação
001.008 - AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA-IPOJUCAPREV - AUTARQUIA								
Unidade Executora: 12.05		AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - IPOJUCAPR						
Unidade Orçamentária: 12.05.		AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA - IPOJUCAPR						
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		20.000,00	0,00	0,00	1.308,49	1.308,49	1.308,49	18.691,51
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		150.000,00	0,00	0,00	51.501,24	51.501,24	51.501,24	98.498,76
4.4.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Total da Unidade Orçamentária:		6.270.000,00	33.526,14	33.526,14	-552.017,02	360.249,61	373.580,33	0,00
		6.270.000,00	704.105,14	704.105,14	4.071.722,12	4.071.722,12	4.071.722,12	2.198.277,88
Total da Unidade Executora:		6.270.000,00	33.526,14	33.526,14	-552.017,02	360.249,61	373.580,33	0,00
		6.270.000,00	704.105,14	704.105,14	4.071.722,12	4.071.722,12	4.071.722,12	2.198.277,88
Total do Órgão:		6.270.000,00	33.526,14	33.526,14	-552.017,02	360.249,61	373.580,33	0,00
		6.270.000,00	704.105,14	704.105,14	4.071.722,12	4.071.722,12	4.071.722,12	2.198.277,88
Total do Poder:		6.270.000,00	33.526,14	33.526,14	-552.017,02	360.249,61	373.580,33	0,00
		6.270.000,00	704.105,14	704.105,14	4.071.722,12	4.071.722,12	4.071.722,12	2.198.277,88
Total por Gestora:		6.270.000,00	33.526,14	33.526,14	-552.017,02	360.249,61	373.580,33	0,00
		6.270.000,00	704.105,14	704.105,14	4.071.722,12	4.071.722,12	4.071.722,12	2.198.277,88
Total do Geral:		6.270.000,00	33.526,14	33.526,14	-552.017,02	360.249,61	373.580,33	0,00
		6.270.000,00	704.105,14	704.105,14	4.071.722,12	4.071.722,12	4.071.722,12	2.198.277,88

CONSOLIDAÇÃO PARCIAL



IPOJUCA
A PREVIDÊNCIA
DA GENTE **PREV**

AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO IPOJUCA



Prestação de contas Dezembro de 2025

Atendimento



Descrição	Quantidade
Protocolos	15

Assuntos: Solicitação de aposentadoria, 1/3 de férias dos servidores Ativos do IpojucaPREV, contracheques, cálculo proporcional de pensão, ficha funcional, solicitação de simulação de aposentadoria, pensão por morte, averbação do tempo de serviço, boleto para pagamento do tempo da licença prêmio (Jurídico), devolução do difícil acesso.

Contratos Setor de Licitações

Situação	Quantidade	Objeto
Processo em andamento	00	Nenhum
Contratos realizados no mês	03	Instituto Totum de Desenvolvimento, J.M. e Silva Bolos e Salgados, R.P. da Silva Eventos e Locação.
Contratos Vigentes	22	3IT, LEMA, CESPAM, Antonio Neto, Rocha treinamentos, Actuarial Consultoria, Paramita tecnologia, DataPREV, LDG Soluções, ART JET, LGPD, Bezerra e Martins, Totum, ILÔ Travel, Super Estágios, Q.F da Silva Papa Água, Q.F da Silva Papa Luz, Prime Consultoria e NUI Cursos e Treinamentos LTDA, Instituto Totum de Desenvolvimento, J.M. e Silva Bolos e Salgados, R.P. da Silva Eventos e Locação.
Valor Total de contratos ativos		R\$ 61.040,42

Folha de Pagamento - RH

Descrição	Quantidade
Aposentadorias concedidas	03
Pensão concedidas	00
Óbitos	00
Aposentados	779
Pensionistas	232
Total	1011

Folha de Pagamento - RH

Descrição	Assunto
Novos Aposentados	Etiene Maria da Silva Cardoso,Adriana Ribeiro Alves Lins e Janilson Barbosa Rodrigues Viana.
Nova Pensionista	nenhum
Óbitos	nenhum

Folha de Pagamento – RH

Resumo da Folha	Valor
Aposentados	R\$7.358.243,59
Pensionistas	R\$931.255,30
Total	R\$8.289.498,89

Pagamento do 13º salário

Resumo da Folha	Valor
Aposentados	R\$3.683.323,59
Pensionistas	R\$449.824,22
Total	R\$4.133.147,81

Financeiro - Contabilidade

Ente	Contribuição R\$	Repasse
Prefeitura Municipal de Ipojuca	20.865.379,38	30/12/2025
Fundo Mun. de Saúde	10.063.399,08	30/12/2025
Fundo Mun. Assistência Social	45.184,34	30/12/2025
Câmara	1.206.876,96	30/12/2025
IpojucaPREV	4.974,75	30/12/2025
Total	32.183.814,51	

Financeiro - Contabilidade

Receitas FUNPREI

Ente	Contribuição R\$	Repasse
COMPREV- INSS	1.128.212,71	07/12/2025
Parcelamento PMI	85.390,83	25/12/2025
Parcelamento Saúde	43.164,86	28/12/2025
Repasse ExtraOrçamentárias	503.647,79	28/12/2025
Contribuições (Entes)	32.183.814,51	10/12/2025
Total	33.946.230,70	

Financeiro - Contabilidade

Receitas x Despesas - FUNPREI

Descrição	Valor R\$
Receitas/Repasses	33.946.230,70
Despesas- Folha de Pagamento	-12.422.646,70
Despesas-COMPREV	00,0
Despesas ADM	-201.554,11
Total	21.150.003,67

**EDUARDO SILVA
PRESIDENTE EXECUTIVO DO
IPOJUCAPREV**

<https://ipojucaprev.ipojuca.pe.gov.br>

Telefone: (81) 3551.2523 / (81) 3551.2984

Email: contabilidade.ipojucaprev@gmail.com

ATA 1ª Reunião Ordinária - Conselho Fiscal pdf

Código do documento 0bdc2bf-aaf8-4fb4-9da2-9dff13f762c2

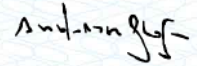
Anexo: 01. Rel. de Acompanhamento P.I. 12-2025.pdf
Anexo: 02. Relatório Analítico 12-2025.pdf
Anexo: 03. Apresentação dos Resultados 12-2025.pdf
Anexo: 04. Proposta de Alocação 02-2026.pdf
Anexo: 05. Política de Investimentos 2026.pdf
Anexo: 06. Proposta de Calendário 2026.pdf
Anexo: 07. Apresentação - Dir de Investimentos.pdf
Anexo: 08. Balancetes FUNPREI 12-2025.pdf
Anexo: 09. Balancetes IpojucaPrev 12-2025.pdf
Anexo: 10. Apresentação - Dir. ADM Financeira.pdf



Assinaturas



Anderson Jofre Gomes da Silva
andersonjofre@hotmail.com
Assinou



Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras
gabifarias_14@hotmail.com
Assinou

Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras



Márcio Fernando Soares da Silva
marciof0211@gmail.com
Assinou

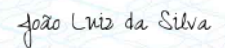


ADRICLELIA RAMOS SILVA OLIVEIRA
adrirdsilva@gmail.com
Assinou

ADRICLELIA RAMOS SILVA OLIVEIRA



João Luiz da Silva
Joaoluiz123@outlook.com
Assinou



Eventos do documento

28 Jan 2026, 14:56:09

Documento 0bdc2bf-aaf8-4fb4-9da2-9dff13f762c2 **criado** por MARCELO VILAS BOAS MARINHEIRO DA SILVA (9ca0d6e9-2dc0-4b7a-9919-ee34f26451b3). Email: d.invest.ipojucaprev@hotmail.com. - DATE_ATOM: 2026-01-28T14:56:09-03:00

28 Jan 2026, 14:57:10

MARCELO VILAS BOAS MARINHEIRO DA SILVA (9ca0d6e9-2dc0-4b7a-9919-ee34f26451b3). Email: d.invest.ipojucaprev@hotmail.com. **REMOVEU** o signatário **andersonjofre@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2026-01-28T14:57:10-03:00

28 Jan 2026, 15:03:36

Assinaturas **iniciadas** por MARCELO VILAS BOAS MARINHEIRO DA SILVA (9ca0d6e9-2dc0-4b7a-9919-ee34f26451b3). Email: d.invest.ipojucaprev@hotmail.com. - DATE_ATOM: 2026-01-28T15:03:36-03:00

28 Jan 2026, 16:22:25

MÁRCIO FERNANDO SOARES DA SILVA **Assinou** (d6f874c3-e2f7-42b9-b717-eb18fbc78084) - Email: marciof0211@gmail.com - IP: 191.58.110.219 (191.58.110.219 porta: 50240) - Documento de identificação informado: 024.869.914-84 - DATE_ATOM: 2026-01-28T16:22:25-03:00

29 Jan 2026, 12:10:12

ANDERSON JOFRE GOMES DA SILVA **Assinou** (ade1dddb-1fc3-4deb-acfa-3171855aee21) - Email: andersonjofre@hotmail.com - IP: 179.189.242.58 (179.189.242.58 porta: 36774) - Documento de identificação informado: 013.595.874-11 - DATE_ATOM: 2026-01-29T12:10:12-03:00

29 Jan 2026, 12:30:47

GABRIELA FARIAS GOMES BEZERRA VERAS **Assinou** - Email: gabifarias_14@hotmail.com - IP: 179.189.242.58 (179.189.242.58 porta: 63544) - **Geolocalização:** -8.399936583819265 -35.063757196642435 - Documento de identificação informado: 093.373.314-38 - DATE_ATOM: 2026-01-29T12:30:47-03:00

29 Jan 2026, 12:30:57

JOÃO LUIZ DA SILVA **Assinou** (715eb890-438f-4fce-ab13-cab898f13444) - Email: Joaoluizs123@outlook.com - IP: 179.189.242.58 (179.189.242.58 porta: 44694) - Documento de identificação informado: 760.211.308-04 - DATE_ATOM: 2026-01-29T12:30:57-03:00

29 Jan 2026, 15:52:32

ADRICLELIA RAMOS SILVA OLIVEIRA **Assinou** - Email: adrirdsilva@gmail.com - IP: 200.124.166.193 (200.124.166-193.nexus.telecom porta: 28388) - **Geolocalização:** -8.022324595145259 -34.89777653415848 - Documento de identificação informado: 091.525.334-84 - DATE_ATOM: 2026-01-29T15:52:32-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5651509506c44c8f170ddd87a0db7260eae45196c2b97ca134d767c332bd61d4
(SHA512):2550133e9966452df6a0f06cae8ef906033a11aa9ead1fbc8f1bb52f89cc99481bb60bfe064f7c4dd62bcb71a1377e94a7b20e4612bb93dd69333f43e5408d7a

Hash dos documentos anexos

Nome: 01. Rel. de Acompanhamento P.I. 12-2025.pdf

(SHA256):8150c72f26127d5da0881b453eee4a6b41128b86c7ebb2efefac4f3204bc2cfb
(SHA512):7cf93963ad95523c2285710529c189e317a8e37dc1ce97c75dcf81c988b40f9eb16397311efaf622c4789bb898d2958f31d9905f49e1bfd5cc24784a0c99dd91

Nome: 02. Relatório Analítico 12-2025.pdf

(SHA256):c23218478c5572c53f15dcd9a443c87cf14bdec42bb8f1b039f91f4cd09eb175
(SHA512):c7b395974ca4cbebb32f7cae8e60ae12edfddf3be223c4d20bc201fff6c971e23cfafb071af9e4b1361bcb992fb9e913cdec040869545034004d621b18508893

Nome: 03. Apresentação dos Resultados 12-2025.pdf

(SHA256):27b778b32e0d8e5cd7087ef18f7b309fd01355d7b625b698df4668726375a30c
(SHA512):6d76b2fd267286f2fd8f6e1bc82001988e50644f9ba2086c430234f0e433b0e0e8a72810603ff1fda8f85390f1a7867d38655c7503f03a95ccfafa3b62deaed1

Nome: 04. Proposta de Alocação 02-2026.pdf

(SHA256):a03272c3ac388c04fe86bf8f79c06a79ede4de3c0d04827e5b4a8c3f38e0c302
(SHA512):e7f247ae266b7bf98da670436daa2b7aeac76433241f049f593f700d8d6f8735b6fdbb6b2665aa55d242102b7c47a435a7999a24179e43de1f0933a137ff59aeb

Nome: 05. Política de Investimentos 2026.pdf

(SHA256):220750f7065c2b43e0c6c8e16695b9bc8025435886ac93c1a78df7dcad34516a
(SHA512):bb70db2356f17bc7ffb41a185341b23c9b90efcd066fe222a1cfa86199825659a0e83a18339eed2a29783afec7f9004afe9912703a6339f983ae489c107a023

Nome: 06. Proposta de Calendário 2026.pdf

(SHA256):a9b04e767fd2c12d4da6af365117bc6448ca15ea901ec00a535692fdf1942104
(SHA512):fdfbb720c52ee7312d1999059015bdc437744b9178c53edd7c8e00884dd0e71230df7832eed6d51df439bac0369b8ece9ae0819a97a28e5ddd24862458435c6b

Nome: 07. Apresentação - Dir de Investimentos.pdf

(SHA256):740e5875ffb243e8c88caf42a658c8e0ca4d6cad62e749afe5f1e10676d845

(SHA512):a6dd74b7a72e061dd237a62c06f199c28a5d42b64d8c6ffb390c6a0bea4db214cc9543897727584eeb4b24827e67e0d68400544055191d8b31512c294f6f6405

Nome: 08. Balancetes FUNPREI 12-2025.pdf

(SHA256):ec45edd102a00ae08254e9b145fc366bf5a34707f6b6eee711a2f304d888f536

(SHA512):325e9401c7be0ebb911e64bf77cab871b76909e5af81a696b77a947757a278e6197b5d3ce4cd49fd738fa32c77e5bf828120771486f6cb6fabbb682e4ff0f841

Nome: 09. Balancetes IpojucaPrev 12-2025.pdf

(SHA256):95866803977b41849c27a32533009f9884403a60c8949c0600ff47cab6e4d8f3

(SHA512):65c565827a5ed98f4a6fef96590d80295ba5eaca268f51709ee8fbf3b69989a11731dc635d104bf5eb96f187011c4efd1ca6bc469ae8f01b4b43c4140789a819

Nome: 10. Apresentação - Dir. ADM Financeira.pdf

(SHA256):c22200501eb92e4e3b075487845054eeba3e55b1313e3de8fd9a605b23321242

(SHA512):cc31ae3930632e424f638e34465bd3cf595f1e30ebe3fa5ccd90abbcb699ffb77818e0d9c803cff5fa8b915b34c504df40d8acac3989cf2152342fb60707708a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.